

ANAIS DO XIII SIMPÓSIO CEFAS

**“SOFRIMENTO PSÍQUICO NA PÓS-MODERNIDADE:
Patologias atuais”**



**Antonios Terzis
Maria Cristina Zago
Carla Pontes Donnataria
Maria Aparecida Orlandi
Organizadores**

**Centro de Formação e Assistência à Saúde – CEFAS
Campinas – SP
2011**

AUTORIZAMOS A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

XIII SIMPÓSIO CEFAS – Sofrimento Psíquico na Pós-Modernidade: Patologias atuais. Campinas, SP, 2011

p.

ANAIS – Centro de Formação e Assistência à Saúde- Antonios Terzis, Maria Cristina Zago & Carla Pontes Donnamaria

1. Psicanálise de grupos 2. Casal 3. Comunidade 4. Família 5. Instituição

ISBN – 978-85-6366804-2

ISBN 978-85-63668-04-2



9 788563 668042

Comissão Organizadora:

Presidente Honorário: Antonios Terzis.

Presidente do Congresso: Silvana A. Crivellari.

Vice-Presidente: Deise Maria Basso.

Coordenadora Geral: Maria Cristina Zago.

Vice-coordenadora Geral: Carla Pontes Donnamarca.

Suporte Administrativo: Maria Aparecida M. Holanda; Eliane Silva; Isabela Fernandes.

Representantes CEFAS-Sorocaba: Cybele C. Moretto; Francine Dela Torre Camargo

Representante dos alunos: Andréa Vicentin; Renata F. Pimenta.

Comissão Científica: Carla Pontes Donnamarca; Maria Cristina Zago; Maria Aparecida Orlandi; Cybele Carolina Moretto; Francine D. T. Camargo; Gustavo Presídio de Oliveira; Ana Paula Costa.

Arte e Criação: Filipe Terzis; Maria Cristina Zago.

SUMÁRIO

Programação p.06

A-TRABALHOS COMPLETOS

1- O dispositivo grupal e o modelo de assistência à saúde mental no Brasil

Maria Cristina Zago e Antonios Terzis p.07

2- Terapia Online: Por que considerarmos essa prática?

Carla Pontes Donnamaria p.12

3- O mito dos argonautas: Algumas compreensões psicanalíticas de grupo.

Cybele Carolina Moretto p.20

4- Novo paradigma nos laços familiares: Consequências identitárias no período da latência.

Maria Aparecida Orlandi p.28

5- A noção winnicottiana de “integração psique-soma” como referência para o atendimento de distúrbios psicossomáticos.

Cláudia Mezzarano Faria p.33

6-A Importância da Relação Transferencial entre Professor-Aluno

Francine Dela Torre Camargo Pinho e Antonios Terzis p.46

**B- TRABALHOS APRESENTADOS: CONFERÊNCIA DE ABERTURA E MESAS
REDONDAS****1- Vincularidade da família e casal em tempos atuais.**

Lia Rachel Colussi Cypel p.51

2- A construção da imagem corporal na infância.

Sônia Novaes de Rezende p.59

3- Violência: ato destrutivo e ação simbólica.

Eva Maria Migliavacca p.64

4- A intrusão de narciso: Violência nas construções vinculares.

Bruneide Menegazzo Padilha p.80

5- Os lugares e o ato analítico: A cidade entre a 'polis' e a aglomeração.

Beatriz Helena Peres Stucchi; Francisca Vieitas Vergueiro;
Lourdes Tisuca Yamane; Luís Carlos Menezes; Marina Kon Bilenky;
Marina Ramalho Miranda; Patrícia Bohrer Pereira Leite;
Silvia Martinelli Deroualle. p.91

Programação:

07:30 às 08:00h	RECEPÇÃO E NOVAS INSCRIÇÕES
08:00 às 08:30h	ABERTURA Prof. Dr. Antonios Terzis (Prof. Pós-Graduação PUCCAMP; Ex-Pres. FLAPAG) Silvana A. Crivellari (Psicanalista, Profa. CEFAS)
08:30 às 10:20h	“VINCULARIDADE DA FAMÍLIA E CASAL EM TEMPOS ATUAIS” Lia Rachel Colussi Cypel (Didata da SBPSP; Coord. do Grupo de Estudos de Psicanálise dos Vínculos de Família e Casal da SBPSP, Coord. Comitê de Psicanálise de Família e Casal da América Latina – FEPAL) “A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM CORPORAL NA INFÂNCIA” Sônia Novaes de Rezende (Psicóloga Clínica; Psicanalista; Profa. UNICAMP) <i>Presidente da mesa: Silvana A. C. Crivellari</i>
10:20 às 10:45 h	COFFEE BREAK Exposição Arteterapia/ Lançamento de Livros
10:45 às 12:30 h	“VIOLÊNCIA: ATO DESTRUTIVO E AÇÃO SIMBÓLICA” Eva Maria Migliavacca (Psicanalista, Membro Efetivo da SBPSP, Professora Titular no Instituto de Psicologia da USP) “A INTRUSÃO DE NARCISO: VIOLÊNCIA NAS CONSTRUÇÕES VINCULARES” Bruneide Menegazzo Padilha (Doutora Puc-Campinas; Supervisora da Rede de Saúde Mental do município de Campinas). <i>Presidente da mesa: Maria Cristina Zago</i>
12:30 às 14:00 h	INTERVALO PARA ALMOÇO
14:00 às 16:45 h	“OS LUGARES E O ATO ANALÍTICO- A CIDADE ENTRE A ‘POLIS’ E A AGLOMERAÇÃO” Mariana Kon Bilenky (Membro Assoc. SBPSP; Ex-presidente dos Cand. da SBPSP: Membro da Com. Editorial da Rev. Bras. de Psicanálise;) “ESTADOS AUTÍSTICOS: sofrimento psíquico? Construindo ligações” Mariângela Mendes de Almeida (Mestrado – Tavistock Clinic e University of East London; Membro da Soc. Bras. de Psican. de S. P.; UNIFESP. <i>Presidente da mesa: Deise Maria Basso</i>
16:45 às 17:15 h	COFFEE BREAK E SESSÃO DE POSTERS
17:15 às 17:45h	Conselho Regional de Psicologia: “O PSICÓLOGO DE HOJE” Thiago Galassi Maraccini
17:45h	FÓRUM DE DISCUSSÃO Prof. Dr. Antonios Terzis e Profa. Maria Cristina Zago

O dispositivo grupal e o modelo de assistência à saúde mental no Brasil

Maria Cristina Zago
Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia – PUC-Campinas
maria_zago@uol.com.br

Antônio Terzis
Professor Dr. Do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PUC-Campinas
aterzis@uol.com.br

Resumo: O grupo se constitui em dispositivo terapêutico efetivo para pacientes psiquiátricos como mostra a história do surgimento da psicoterapia de grupo desde o século passado. Ressalta-se que a clínica grupal tem sua origem em instituições, notadamente em hospitais psiquiátricos. O movimento da Reforma Psiquiátrica iniciado no final dos anos 70 se re-atualiza dia-a-dia nas Unidades de tratamento dos Serviços de Saúde Mental brasileiros. Neste estudo reafirma-se a legitimidade terapêutica do dispositivo grupal para pacientes psiquiátricos e ao mesmo tempo, propõe-se uma reflexão sobre a importância da formação do psicoterapeuta de grupo para que as atividades propostas sejam coerentes com os objetivos estabelecidos e com a realidade Institucional na qual se insere.

Palavras-chave: psicoterapia de grupo, reforma psiquiátrica, saúde mental.

Embora o ser humano tenha alcançado o século XXI, um momento histórico em que o progresso tecnológico avança a passos largos, a “loucura” permanece como um desafio intrigante ao conhecimento científico. A descoberta de novos fármacos trouxe outras possibilidades à clínica das psicoses. No entanto, o ser humano, revela dia a dia, nas Unidades de tratamento, sua complexidade. Não basta apenas suprimir sintomas, “medicalizar” o sofrimento humano. O desafio é ainda maior. Trata-se de resgatar o sujeito em meio a um padecimento atroz.

A doença mental é muitas vezes definida pelos mesmos métodos conceituais da doença orgânica, isto é, trata-se de se isolar e reunir sintomas psíquicos e sintomas fisiológicos (Foucault, 1954/2008). Foucault (1954/2008), na segunda metade do século XX já se interrogava a respeito das relações entre a Medicina Mental e a Medicina Orgânica. Indubitavelmente, como afirma Foucault (1954/2008), é necessário investigar as especificidades da doença mental, as formas

concretas que a psicologia pode atribuir-lhe. Assim, a patologia mental, para a psicologia, não deve significar um prejuízo de funções; a doença não é tão somente perda, obscurecimento da consciência, suspensão de certa função. Deve-se ater ao sujeito com sofrimento psíquico, resgatar sua história investindo em suas potencialidades. Existe um sujeito que não deve ser obscurecido por seus sintomas.

O correr dos séculos nos mostra que o doente mental foi ignorado (Idade Média e Renascimento), excluído, banido; tido como “esquisito”, possuído por demônio, demente, etc. (Foucault, 1954/2008). Apesar do avanço da ciência no âmbito da psiquiatria e o nascimento da psicanálise no século XX, ainda é notória a marginalização dos que apresentam sofrimento mental grave. A busca pela inclusão do doente mental ainda é tema recorrente neste início de século XXI. Desde Franco Basaglia (1985), que se propôs a buscar um tratamento mais humanizado aos pacientes psiquiátricos na Itália, influenciando vários outros movimentos de Reforma Psiquiátrica pelo mundo, inclusive o brasileiro, este desafio permanece e deve permanecer, perante os profissionais vinculados a Serviços de Saúde Mental. Assim, o movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil iniciado no final dos anos 70 se reatualiza dia a dia nas Unidades de tratamento, na medida em que há a necessidade de se pensar novas práticas que possibilitem o acesso ao paciente psiquiátrico.

Com as mudanças nas leis governamentais que regem o atendimento do paciente psiquiátrico no Brasil no final do século XX e o advento dos Caps (Centros de Atenção Psicossocial) novas técnicas vêm sendo propostas. O Caps é um serviço de saúde aberto e comunitário do SUS, local de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e persistentes e demais quadros que justifiquem sua permanência num dispositivo de atenção diária, personalizado e promotor da vida¹. Tem como objetivo oferecer atendimento a população de sua área de abrangência realizando acompanhamento clínico e reinserção social promovendo o acesso dos usuários ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários².

A Lei Federal 10.216, de 06 de abril de 2001, conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica, redireciona o modelo de assistência em saúde mental. Ministério da Saúde publicou várias portarias que regulamentam a assistência em saúde mental no SUS, criando incentivos

¹ http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fNocoetes_gerais_grupo_2.pdf

² Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

financeiros para a implantação de serviços extra-hospitalares³. Até abril de 2005, o Brasil tinha 622 CAPS em todo país, 260 Serviços Residenciais Terapêuticos, inúmeros ambulatórios, serviços em hospitais gerais e a participação cada vez mais atuante da atenção básica no atendimento relativo à Saúde Mental. O Ministério da Saúde relata que em 2010 o número de CAPS em funcionamento em todo o País sobe para 1.502⁴. Assim, o modelo “hospitalocêntrico” vem progressivamente se retirando do contexto brasileiro ocorrendo uma ampliação no financiamento destinado à atenção extra-hospitalar.

Faz-se interessante assinalar que a portaria 224 de 29 de janeiro de 1992⁵ do Ministério da Saúde (Brasil) regulamentou o trabalho com grupos recomendando sua aplicação em todos os Serviços públicos de Saúde Mental. O grupo se constitui em dispositivo terapêutico efetivo para pacientes psiquiátricos como mostra a história do surgimento da psicoterapia de grupo desde o século passado com Lazell (1920) e Marsh (1931), W. R. Bion (1963/2006), Pichon-Rivière (1971), dentre outros. Ressalta-se que a clínica grupal tem sua origem em instituições, notadamente com hospitais psiquiátricos. Autores como Bion (1963/2006), Foulkes & Anthony (1967), Pichon-Rivière (1971), envolveram-se em experiências desenvolvidas em hospitais psiquiátricos. Ao mesmo tempo, pode-se dizer, que a reforma psiquiátrica tem como base a atividade coletiva e os dispositivos grupais (Lancetti, 1993).

No entanto, aqui no Brasil, existem poucas Instituições formadoras de Psicoterapeutas de Grupo de base analítica (apenas três vinculadas a *Federación Latinoamericana de Psicoterapia Analítica de Grupos* – FLAPAG), as quais possuem um contingente aparentemente pequeno de alunos em relação à demanda desafiadora por tratamento psicoterapêutico, especialmente em Serviços Públicos de Saúde Mental⁶. Internacionalmente, vê-se também a importância do dispositivo grupal na atenção à Saúde Mental. Nesse sentido, Zimerman (1997) aponta que o *Nacional Institute of Mental Health* (USA) mostrou que mais da metade dos pacientes agudos ou reagudizados admitidos em hospitais psiquiátricos americanos participou de alguma forma de psicoterapia de grupo.

Existe a urgência de se pensar a eficácia de novos dispositivos, para que esse “fazer” em Saúde Mental, não signifique apenas atividades que apenas ocupam os pacientes, não fazendo sentido para eles. Trazer outras possibilidades de tratamento para pacientes inseridos em Centros de Atenção Psicossocial. Com certeza, estar em contato com o cotidiano de Unidades que se

³ http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fNocoes_gerais_Grupo_2.pdf.

⁴ http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=11208

⁵ http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/saude-mental/PORTARIA_224.pdf

⁶ Federación Latinoamericana de Psicoterapia Analítica de Grupos - <http://www.flapag.org/>

propõem a desenvolver práticas terapêuticas para pacientes psiquiátricos gera inúmeras repercussões intrapsíquicas que mobilizam a procura por referenciais teóricos que possam dar conta da realidade em questão, dos questionamentos, angústias, sensação de impotência. Estar em proximidade com a “loucura” dos pacientes, e por vezes com a “louca” dinâmica que se estabelece nos Serviços exige do profissional uma preparação pessoal (análise pessoal) e técnica para não ser esmagado, por exemplo, pelo uso intenso que os pacientes fazem de identificações projetivas e por um “fazer” Institucional cristalizado e reprodutor da doença que se propõe a tratar (Bleger, 1991).

Por outro lado, às vezes, os gerentes de Unidades que atendem pacientes psiquiátricos parecem não lançar mão do modelo de intervenção grupal dentro das práticas disponíveis para responder as demandas de atendimento em Saúde Mental. Nesse sentido, Foulkes (1963/1969) comenta que às vezes os responsáveis pela administração da Instituição estão mal informados ou não sabem das vantagens e desvantagens da psicoterapia de grupo e assinala: “(...) a administração da instituição geralmente se preocupa com três fatores: 1) economia; 2) efetividade, e 3) pessoal disponível (Foulkes, 1963/1969, p. 35)⁷.

As palavras de Foulkes (1963/1969) na década de 60 sobre os diferentes aspectos relativos a introdução da psicoterapia de grupo nas instituições ainda se fazem pertinentes. Sem dúvida, a psicoterapia de grupo figura como uma possibilidade de intervenção econômica respondendo a crescente demanda de tratamento em Saúde Mental. No entanto, é necessário que a administração se comprometa efetivamente com o desenvolvimento da atividade grupal legando recursos físicos e materiais. Toda a Instituição está implicada direta ou indiretamente com a atividade grupal a ser desenvolvida. Rotineiramente, assiste-se ao surgimento de propostas de intervenção grupal nos Serviços. Contudo, poucos são os grupos que se mantêm ao longo do tempo. Esvaem-se. Parecem ir agonizando lentamente sem causar alarde; são por vezes consumidos pela rotina caótica, “enlouquecedora”.

Não resta dúvida, de que o profissional envolvido pelos pressupostos da psicoterapia de grupo, deva se preocupar com sua formação, com sua análise pessoal (quando se tem uma base teórica analítica), para que possa responder as exigências diárias de atendimento terapêutico no contexto em que está inserido. O suporte teórico-técnico adquirido será a base para a formulação e resposta das perguntas norteadoras de sua prática profissional, mais especificamente, do enquadre grupal: para quem? Para que? Quando? Por quanto tempo? De que maneira? Dessa maneira, o projeto de atividade grupal pode ser estruturado de maneira ética e coerente.

⁷ “(...) la administración de la institución generalmente se preocupa de tres factores: 1) economía; 2) efectividad, y 3) personal disponible” (Foulkes, 1963/1969, p. 35).

Referências Bibliográficas

- Basaglia, F. (1985). *A Instituição Negada*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Bion, W. R. (1963/2006). *Experiencias em grupos*. Buenos Aires: Paidós.
- Bleger, J. II. (1991). O Grupo como Instituição e o Grupo nas Instituições. In Käes, R. et. al. *A Instituição e as Instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
- Foucault, M. (1954/2008). *Doença mental e psicologia*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Lda.
- Foulkes, S. H. (1963) Psicoterapia Y Psicoterapia de Grupo. In: Kadis, A. L.; Krasner, C. W.; Foulkes, S. H. (1963) *Manual de Psicoterapia de Grupo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1ª ed. em español, 1969.
- Foulkes, S. H. & Anthony, E. J. (1967). *Psicoterapia de Grupo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular S. A..
- Lancetti, A. (1993). Clínica grupal com psicóticos: a grupalidade que os especialistas não entendem. In Lancetti A. (organizador), *Grupos e coletivos: n.º4. SaúdeLoucura*. (155-172). São Paulo: Hucitec.
- Lazell, E. W. (1921). The group treatment of dementia praecox. *Psychoanal Rev*, 8, 168-79.
- Marsh, L. C. (1931). Group treatment of the psychoses by the psychological equivalent of the revival. *Ment Hyg*, 15, 328-49.
- Ministério da Saúde .
http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=11208
- Pichon-Rivière, E. (1971). *El proceso grupal. Del psicoanálisis a la psicología social*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Zimmerman, D. E.; Osório, L. C. & col. (1997). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artmed.

Terapia Online: Por que considerarmos essa prática?

Carla Pontes Donnataria

Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia – PUC-Campinas

carlapd@uol.com.br

Como conceber a ideia de um encontro terapêutico através da fria tela de um computador? Essa proposta confronta a certeza que tínhamos de que somente a presença física poderia oferecer as condições necessárias para essa realização. Essa certeza, entretanto, não tinha qualquer sustentação científica. Antes da Internet, raros estudos abordaram a questão do atendimento psicológico a distância, e ainda que poucos, os resultados teriam sido, além de tudo, favoráveis (Simpson, 2009). Com as novas ferramentas para comunicação a distância, a prática expandiu-se e tornou-se polêmica. Ocorre que a Internet, através de seu espaço desterritorializado (Lévy, 2005) exige a revisão de conceitos que nos pareceriam imutáveis, em especial o conceito de “presença”.

Depois do estranhamento, a pergunta: por que colocarmos o computador no meio de uma relação tão humana como é a relação terapêutica? A primeira resposta é relativamente simples: porque existem pessoas para as quais o atendimento online constituiria o único meio disponível de assistência (Molina, 2005). Dentre elas, estariam: emigrados não familiarizados com o idioma ou com a cultura do novo país, viajantes, pessoas com dificuldade de locomoção, e moradores de pequenos centros.

Não é por acaso que a modalidade reflete uma prática emergente no mundo, sendo há mais de quinze anos regularmente exercida por profissionais em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Rússia, Argentina e Israel (Simpson, 2009).

À parte os impedimentos concretos da distância física, a terapia online também já foi apontada como um interessante recurso para a minimização de determinadas dificuldades psíquicas que teriam bloqueado algumas pessoas da tentativa de buscar ajuda presencial, como, por exemplo, em alguns casos de agorafobia. A ansiedade que a pessoa experimentaria diante da presença física de um profissional teria sido minimizada pela mediação do computador (Vallejo e Jordan, 2007).

O efeito da desinibição online (Suler, 2004), uma característica desse tipo de comunicação, pode também favorecer a iniciativa da busca pela ajuda profissional por parte de pessoas que teriam deixado de procura-la pelo temor que de seriam estigmatizadas por isso.

Se as justificativas parecem plausíveis, o próximo passo é perceber que não bastaria transferir os conhecimentos adquiridos em presença para a prática mediada pelo computador. Tampouco bastaria apenas somar os conhecimentos sobre o manuseio das ferramentas de comunicação a distância aos conhecimentos da clínica tradicional. A ausência – ainda que parcial quando optamos pela utilização da webcam e do microfone - da gestualidade e de outros dados paralinguísticos da comunicação implica na necessidade de pesquisas para o reconhecimento das condições particulares que podem tornar o encontro terapêutico realmente possível e eficaz nesse contexto. Em outras palavras, estamos em pleno acordo com a Resolução 012/2005 do Conselho Federal de Psicologia (CFP 012/2005), que autoriza a prática com restrições em virtude da insuficiência de estudos científicos no país envolvendo as possibilidades e os riscos no uso das tecnologias de comunicação para o desenvolvimento de um trabalho terapêutico a distância.

Um dos principais desafios nesse intento provavelmente seja compreender as consequências do que Tantam (2008) denominou de “presença incorpórea”, na experiência que teria o internauta de se sentir projetado e em movimento naquele espaço desterritorializado (Lévy, 2005) que se forma na comunicação mediada pelo computador, denominado de ciberespaço, e, particularmente, as implicações dessa vivência para o processo terapêutico.

É preciso também se ter atenção às diferentes utilidades que podem ser dadas ao computador nas práticas da atenção psicológica a distância. Há propostas bastante distintas envolvendo o aproveitamento da informática na prestação de serviços de psicologia. Estaria distante de nossos propósitos, por exemplo, fazer da tela do computador um ambiente para a simulação de realidades.

É preciso também considerar as especificidades de cada ferramenta, visto as possibilidades e os desafios que cada uma oferece ao se pensar na sua utilização para o propósito da atenção psicológica.

O correio eletrônico, certamente a ferramenta de comunicação via Internet mais conhecida, permite que o paciente elabore e reelabore suas mensagens antes da decisão de encaminhá-la ao profissional. Tantam (2008) sugere que esse processo já implicaria em si mesmo um importante efeito terapêutico. Essa escolha talvez possa depender do tipo de demanda e da técnica terapêutica implicada, considerando que a possibilidade de edição inviabilizaria, por exemplo, o emprego da associação livre, ou pelo menos do acesso do terapeuta às associações realmente mais livres do seu paciente.

Por outro lado, o fácil arquivamento das mensagens eletrônicas, facilitando sua releitura em qualquer ponto do processo terapêutico, poderia favorecer o desencadeamento de novas discussões ou de elaborações atualizadas, o que poderia ser aproveitado em novas técnicas de trabalho para casos em que o e-mail seria o único veículo de comunicação possível, em virtude da flexibilidade que esse recurso oferece (Barak, 1999; Suler, 2001).

A ausência completa dos indícios da corporeidade e dos complementos não verbais da comunicação, excluindo, por exemplo, a entonação que teriam as palavras, exige uma leitura diferenciada. Para lidar com esse desafio, Farah (2004) e sua equipe, que trabalham especificamente com a proposta da orientação psicológica via e-mail, propõem atenção à escolha dos termos e ao modo como o sujeito utiliza as palavras e frases, de maneira similar a que é feita na análise dos testes projetivos ou das autobiografias, através da qual observa tornar possível a percepção dos estados emocionais.

Ainda no formato de textos, as mensagens instantâneas (MSN, *Skype*, Chats, entre outros aplicativos criados para contatos online em tempo real), são as que melhor se aproximam da fluidez de uma conversa, em favorecimento ao sentimento de pertencimento (Turkle, 1999) e por consequência, à evolução do vínculo a distância.

Esses recursos instantâneos que já recuperam a espontaneidade, mas que ainda não se utilizam da imagem também pode significar uma especial oportunidade para a revelação de segredos que teriam sido inconfessáveis em outras terapias. É o que constata Pachuk (2010) ao recordar-se de uma paciente que teria revelado um trauma da infância justamente porque sabia que não a veriam. Nesse caso, a ausência da entonação da voz e da imagem teria sido compensada pela liberação do reprimido.

Aproximando-nos um pouco mais das condições de uma conversa presencial, optamos, para a realização de nossa prática de pesquisa em terapia online, pelo emprego dos recursos de vídeo e voz. De qualquer forma, como os demais recursos, essa opção também reserva suas vantagens e limitações.

Pachuk (2010) compara a disposição dos rostos na tela a um filme bergmaniano de primeiros planos, onde, paradoxalmente, as expressões são percebidas com maior profundidade na comparação às condições presenciais, e sugere o nome de “terapia por espelho” ao processo terapêutico realizado com o recurso da webcam em função do paciente ver a si mesmo enquanto fala.

Simpson et al. (2002) referem o caso de uma paciente que, ao ver-se no vídeo, adquiriu maior consciência sobre o próprio corpo.

A imagem em tempo real também se torna favorável à percepção do terapeuta no que diz respeito ao impacto de suas intervenções.

Do lado da limitação, a visualização apenas dos rostos, ou qualquer prejuízo que ocorra à qualidade da imagem, impedem, de qualquer forma, a observação da totalidade dos sinais não-verbais. Isso não significa, entretanto, que a terapia online estaria necessariamente prejudicada. Kaës (2005), que supomos nunca ter trabalhado com terapia online, realizou uma interessante experiência no intuito de explorar uma situação que neutralizasse o efeito impactante do agrupamento face a face, cujos resultados talvez guardem similaridades com o que poderemos registrar dessas vivências à distância.

A experiência de Kaës (2005) consistiu na realização de um grupo de costas, de tal maneira que cinco pessoas, dispostas em círculo, não pudessem se olhar nem se tocar. Ao grupo assim formado, ele propôs a associação livre. Dentre os resultados, ele verificou que as representações de finalidade dramática (ações, mímicas, olhares, posturas) foram convertidas em palavras.

Essa possibilidade não exclui evidentemente outras reais limitações. Dentre elas, a capacidade concreta que teria o terapeuta de oferecer um lenço ao paciente que chora. São limites que precisam ser considerados, ainda que não se tornem significativamente impactantes sobre o processo online (Germain et al., 2010).

É preciso considerar também quais seriam os casos que tornariam a terapia online contraindicada. Algumas opiniões divergem nesse aspecto, mas é possível registrar a existência de um consenso de que o atendimento online seria contraindicado em casos de abuso sexual, relações violentas, transtornos alimentares e psiquiátricos envolvendo distorções da realidade e também agitação psicomotora, em virtude da dificuldade na avaliação da periculosidade numa comunicação midiaticizada (Esparcia, 2002; Ragusea e Vandecreek, 2003; Shaw e Shaw, 2006).

O profissional que pretende trabalhar por essa via também precisa saber que existem internautas que buscam o atendimento online com expectativas que não condizem com a realidade dos serviços de psicologia oferecidos via Internet. Isso envolve, por exemplo, a fantasia de que o profissional já estaria ali, pronto para o atendimento, a qualquer hora do dia ou da noite, inclusive nos horários improváveis de consultório ou de outras instituições (Farh, 2004; Fortim e Cosentino, 2007). Os primeiros resultados de nossa experiência, inclusive, confirmam esse fenômeno, que permanece atual, portanto.

Se os benefícios da terapia online poderão efetivamente superar os seus limites é uma questão empírica. Há vários estudos internacionais apresentando resultados favoráveis envolvendo alguns casos clínicos específicos, como quadros de ansiedade, depressão, transtorno do pânico e

agorafobia, transtorno obsessivo-compulsivo, estresse pós-traumático e conflitos de relacionamento (Simpson, Bell, Knox e Mitchell, 2005; Esparza, 2008; Simpson, 2009).

Não há ainda no Brasil nenhum estudo envolvendo a atenção a distância para situações clínicas específicas. Na verdade, há muito pouco estudo brasileiro envolvendo a temática da terapia online. Trata-se de um fato curioso, visto que os resultados positivos das experiências internacionais poderiam já ter servido como um estímulo para as pesquisas locais, e também considerando que o estudo pioneiro no tema em território nacional, conduzida por Prado (2006), já havia tocado no ponto provavelmente mais delicado da questão: a aliança terapêutica.

Prado (2006) recrutou profissionais voluntários de diferentes abordagens para a realização de psicoterapia online por meio de mensagens eletrônicas. A partir da aplicação de um inventário visando a avaliação da relação terapêutica assim estabelecida, encontrou resultados favoráveis.

Não seria insuficiência de demanda que justificaria a falta de investimentos nessa área. Logo nos primeiros dias da divulgação de nossa pesquisa, fomos surpreendidos com o número de candidatos e também com o fato de que muitos deles relatavam em sua apresentação a ausência de qualquer outra oportunidade de atendimento psicológico em sua região ou cidade. Esse dado confere a observação que já havia registrado Farah (2004), ao discorrer sobre o serviço de orientação psicológica via e-mail do qual é coordenadora, de que a demanda seguia crescente desde a inauguração da proposta, a partir de pedidos de ajuda reveladores de alto grau de sofrimento psíquico.

Tudo isso nos impulsionou a estudar essa realidade e a elaborar, assim, a tese de doutorado atualmente em curso. Como podemos notar, há muito ainda por ser investigado. É preciso que compreendamos melhor que atribuições podem ter o terapeuta nesse contexto, que condições podem ou precisa ter o paciente, além de outras variáveis específicas desse processo, na maneira como poderão efetivamente contribuir para o sucesso da terapia online. E devido às condições peculiares desse estudo, introduzimos ainda uma discussão do ponto de vista da ética.

Ética

Proveniente da palavra grega *ethos*, ética diz respeito ao conjunto de hábitos e ações que buscam o bem comum de determinada comunidade, e que se converte no conjunto de regras e princípios que guiam a conduta dos seres humanos (Aristóteles, 2010), podendo ser também definida como “o conjunto de princípios que regem, transculturalmente, o comportamento humano para que seja realmente humano no sentido de ser consciente, livre e responsável” (Boff, 1999, p. 195). No campo profissional, a conduta ética pode ser compreendida como aquela que é baseada em

valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, portanto sujeita a transformações no tempo e devendo ser rediscutida cada vez que uma prática nova é proposta (Resolução CFP No. 10/05).

Nos atendimentos online, a primeira discussão do ponto de vista da ética sem dúvida recai em torno da questão da confidencialidade da comunicação. É indiscutível a necessidade de se proteger o computador do acesso de pessoas desautorizadas, utilizando-se de senhas e de programas de proteção de eficácia reconhecida, mas é também devida a atenção ao ambiente físico a partir do qual o paciente (ou grupo) pode ter condições adequadas para fazer sua conexão ao ambiente virtual de atendimento. Esse cuidado é importante nos atendimentos individuais e se torna ainda mais delicado nos grupos. Trata-se do compromisso que o profissional deve ter de orientar seu paciente sobre a importância e os cuidados quanto à reserva no seu espaço físico.

A Sociedade Internacional para Saúde Mental Online (ISMHO, 2000), organizada por profissionais interessados na discussão de estudos de caso que utilizam o suporte online, propõe diretrizes para a ação ética e também para a atenção aos problemas legais que podem envolver a prática da terapia online. A principal recomendação, nesse sentido, envolve a utilização do consentimento informado. A facilidade que a própria Internet oferece para fazer circular informações reforça a necessidade dessa formalização.

A possível presença de sentimentos de desconfiança merece atenção especial nesse contexto. Se ainda não dispomos de recursos tecnológicos suficientemente desenvolvidos de modo a garantir a absoluta privacidade da comunicação a distância - por minimizados que já estejam os riscos de invasão no sistema - desconfianças em torno dessa possibilidade talvez devam ser consideradas como critério para contraindicação dessa modalidade de atendimento. A desconfiança nem sempre refletirá uma representação psíquica ou um preconceito contra a proposta de utilização da tecnologia para o fim de um atendimento psicológico. Há riscos reais a serem considerados. Como diz Tantam (2006) “em matéria de segurança e confidencialidade de comunicação, ter um *hacker* é provavelmente mais grave do que ter alguém a escutar do outro lado da porta” (p. 2). Isso confere a relevância do compromisso que tem o profissional de informar ao paciente sobre os riscos relativos à privacidade das comunicações inerentes ao meio utilizado, conforme prevê a Resolução No. 12/2005 do Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP No. 12/05).

Para finalizar, trazemos a seguinte fala de uma voluntária em nosso estudo, moradora de fora do país, que reflete a importância de se enfrentar a todos esses desafios:

“Eu sei que o tratamento frente a frente é ótimo... Ela [a psicóloga] poderia estar vendo como estou com minhas mãos, como me comporto... Mas pra quem não pode sair de casa por

algum motivo ou pra quem está em outro país... Gente! Isso é maravilhoso! Para mim está sendo ótimo. Cada dia que eu venho aqui... aliás, hoje foi meu melhor dia, porque eu pude falar do fundo do meu coração (...). A imagem sumir de vez em quando, a voz ficar cortada de vez em quando é pinto pra quem está se sentindo sozinha, isolada, como eu.”

A terapia online não substitui e nem deve substituir a presença em qualquer circunstância em que ela puder acontecer. Mas tê-la ao alcance talvez possa refletir em menor sofrimento àqueles que estão impossibilitados de estar conosco em presença.

Referências

Aristóteles (2010). *Ética a Nicômano*. São Paulo: Martin Claret, 241 p.

Boff, L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes.

ISMHO – Internacional Society for mental health online. *Suggested principles for the online provisions of mental health services*. Acesso em 10 de março de 2009, de <http://www.ismho.org/suggestions.asp>.

Barak, A. (1999). Psychological applications on the Internet: a discipline on the threshold of a new millennium [Versão eletrônica]. *Applied & Preventive Psychology*, 8, 231-245.

Esparcia, A.J. (2002). La psicología de internet y la psicología en internet. Regulación deontológica y ética de la intervención psicológica a través de internet [Versão eletrônica]. *Psicologia em Revista*, 8(12), 11-23.

Esparza, D.P. (2008). Asesoramiento psicológico en Internet: valoración crítica. *Interpsiquis*, 1. Acesso em 28 de janeiro, 2010, de http://www.psiquiatria.com/articulos/psiq_general_y_otras_areas/internet/34406

Farah, R. M. (2004). NPPI – Núcleo de Pesquisas em Psicologia e Informática: Serviço de Informática da Clínica-Escola Ana Maria Poppovic. In R. M. Farah (org.). *Psicologia e Informática: o ser humano diante das novas tecnologias*. São Paulo: Oficina do Livro, pp. 19-23.

Fortim, I.; Cosentino, L. A. M. (2007). Serviço de orientação via e-mail: Novas considerações [Versão eletrônica]. *Psicologia: ciência e profissão*, 27(1), 164-175.

Germain, V.; Marchand, A.; Bouchard, S.; Guay, S.; Droin, M. (2010). Assessment of the therapeutic alliance in face-to-face or videoconference treatment for posttraumatic stress disorder [Versão eletrônica]. *Cyberpsychology, Behavior and Social Networking*, 13 (1), 29 – 35.

Kaës, R. (2005). *La palabra y el vínculo: Procesos asociativos en los grupos*. Madrid: Amorrortu editores, 357 p.

Leibert, T.; Archer Jr., J.; Munson, J.; York, G. (2006). An exploratory study of client perceptions of internet counseling and the therapeutic alliance [Versão eletrônica]. *Journal of mental health Counseling*, 28, 69-83.

Lévy, P. (2005). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.

Molina, F.J.R. (2005). Claves para la comunicación: la intervención psicológica a través de Internet [Versão eletrônica]. *Comunicar*, 24, 188-191.

Prado, O.Z.; Meyer, S.B. (2006). Avaliação da relação terapêutica na terapia assíncrona via internet [Versão eletrônica]. In *Psicologia em Estudo*, Maringá, 11 (2), pp 247-257.

Ragusea, A.S.; Vandecreek, L. (2003). Suggestions for the ethical practice of online psychotherapy. *Psychotherapy: Theory, research, practice, training*, 40 (1/2), 94-102. Acesso em 28 de março, 2009, de <http://www.danserandkudsen.com/htm/ethics.pdf>

Resolução CFP No.010/05. Aprova do código de ética profissional do psicólogo. Acesso em 3 de março de 2009, de http://www.pol.org.br/pol/export/sites/Default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/código_etica.pdf.

Resolução CFP No. 012/05. Regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados pelo computador e revoga a Resolução CFP No. 003/2000. Acesso em 3 de março de 2009, de <http://www.pol.br/legislacao/pdf/resolucao/2005-12.pdf>.

Shaw, H.; Shaw, S. (2006). Critical ethical issues in online counseling: Assessing current practices with an ethical intent checklist [Versão eletrônica]. *Journal of counseling & development*, 84(1), 41-53.

Simpson, S. (2009). Psychotherapy via videoconferencing: A review [Versão eletrônica]. *British Journal of Guidance & Counselling*, 37 (3), 271-286.

Simpson, S.; Bell, L.; Knox, J.; Mitchell, D. (2005). Therapy via videoconferencing: a route to client empowerment? [Versão eletrônica]. *Clin. Psychol. Psychother.*, 12, 156-165.

Suler, J. (2001). The online clinical case study group: An e-mail model [Versão eletrônica]. *CyberPsychology & Behavior*, 4, 711-722.

Suler, J. (2004). The online disinhibition effect [Versão eletrônica]. *CyberPsychology & Behavior*, 7 (3), 321-326.

Tantam, D. (2008). Opportunities and risks in e-therapy. *Advances in psychiatric treatment*, 12, 368-374.

Tantam D. (2006). The machine as intermediar: personal communication via a machina. *Advances in psychiatric treatment*, 12, 427-431.

Turkle, S. (1999, Dezembro). Fronteiras do real e do virtual. Entrevistador: Federico Casalegno. *FAMECOS*, Porto Alegre, 11, 117-123.

Vallejo, M.A.; Jordán, C.M. (2007). Psicoterapia a través de internet: Recursos tecnológicos nas práticas de psicoterapia [Versão eletrônica]. *Boletín de Psicología*, 91, 27-42.

O mito dos argonautas: Algumas compreensões psicanalíticas de grupo

Cybele Carolina Moretto

Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia – PUC-Campinas

Resumo: Este artigo apresenta uma re-leitura do Mito Grego conhecido como “Jasão e os Argonautas”, relacionando-o com o aporte teórico-metodológico da psicanálise e, mais especificamente, da psicanálise de grupo, de modo a ampliar a compreensão do mito e enriquecer os conhecimentos acerca dos dinamismos grupais. Pretende, ainda, contribuir para a instrumentalização de trabalhos com grupos desenvolvidos em instituições hospitalares, psiquiátricas ou demais organizações. Ao final, o estudo traz parte da atuação profissional da autora, a partir de uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, a qual utiliza narrativas míticas como tarefa de um grupo de adolescentes.

Palavras-chave: psicanálise, grupo, mitos gregos, adolescência.

Mitos: Interpretação psicanalítica

Procuraremos desenvolver algumas noções sobre o mito grego e a sua importância. Iniciando pelo significado da palavra *mito*, no dicionário HOUAISS (2001), encontramos que se refere a um personagem, fato ou particularidade que, não tendo sido real, simboliza não obstante uma generalidade que devemos admitir; coisa ou pessoa que não existe, mas que se supõe real; coisa só possível por hipótese; quimera. A etimologia da palavra, a qual procede do grego *mythos*, ligada ao verbo *mythevo*, que significa *crio uma história imaginária*, sugere que o mito é uma criação imaginária que se refere a uma crença, a uma tradição ou a um acontecimento. E mitologia se define pelo conjunto de mitos e lendas que um povo construiu, bem como o estudo dos mitos.

Os mitos ocupam um lugar privilegiado na psicanálise. A teoria freudiana considera, tanto o sonho como o mito, expressões codificadas do inconsciente, só que, ao contrário dos sonhos, os mitos são partilhados em público e ao serem compreendidos, poderão fornecer acesso à mente humana, pois se configuram como pistas para a própria história psíquica da pessoa.

Na obra “A Interpretação dos Sonhos” (1900), FREUD descreve o funcionamento dos sonhos e compara o seu mecanismo com o dos mitos. Considerando que o material dos sonhos reaparece igualmente nos mitos, nas lendas, assim como nas anedotas da vida cotidiana (FREUD, 1900; ABRAHAM, 1909), de modo semelhante ao sonho, o funcionamento do mito reside na representação consciente dos medos e desejos reprimidos inconscientes, no nível social e coletivo. No plano pessoal, o sujeito sonha para se aliviar da tensão provocada por pensamentos perigosos. No nível social, os membros de toda uma comunidade tentam reconciliar ilusões e situações inconscientes que se ligam a ações proibidas. Tanto nos mitos, como nos sonhos, a censura jamais é suprimida completamente, por isso a manifestação é dissimulada para escapar ao seu reconhecimento consciente (CALDWELL, 1989).

Fragmentos e análise do mito: “Jasão e os Argonautas”

A seguir, descrevemos alguns fragmentos do mito de “Jasão e os Argonautas”, o qual faz parte do projeto piloto de uma pesquisa de doutorado⁸ (MORETTO, 2009). Analisamos e interpretamos cada trecho do mito, buscando desvelar significados simbólicos, tomando como base as teorias psicanalíticas de grupo, tendo respaldo teórico nos seguintes autores: BRANDÃO (1987), ANZIEU (1966), BION (1961), MORETTO (2010), TERZIS & ORLANDI (2010).

Consideramos que cada mito traz diversas possibilidades de investigação, portanto a que propomos aqui não pretende esgotar as possibilidades de interpretações do mesmo, e sim contribuir para a reflexão e o desenvolvimento do trabalho com grupos.

O texto em itálico abaixo é a descrição da narrativa mítica, e o texto em letra normal será a análise.

Muito menino ainda, Jasão sofreu as amarguras do exílio, porque seu pai, herdeiro do trono, foi derrubado do poder por seu meio-irmão. Assim, Jasão foi educado pelo sábio centauro Quirion.

Ao terminar sua educação, na adolescência, o jovem príncipe resolveu reivindicar o trono junto ao tio. Apresentou-se ao rei e, sem vacilar, pediu que lhe entregasse o poder. O rei Pélias fingiu aceitar. No entanto, na esperança de se desvencilhar do sobrinho, propôs uma troca. Disse que lhe daria o trono do reino, desde que Jasão lhe trouxesse o Velocino de Ouro.

⁸ Pesquisa de Doutorado, em andamento, pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia como Profissão e Ciência da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC, sob orientação do prof. Dr. Antonios TERZIS; título: “Crônicas de um grupo de adolescentes: uma experiência psicanalítica”.

Jasão aceitou e para sua missão mandou construir um grande navio, chamou-o de Argo. Convidou os heróis mais valentes da Grécia, que foram chamados de Argonautas, ou seja, os navegantes do Argo.

Podemos partir da etimologia da palavra “grupo” como forma de compreender o mito dos Argonautas. Encontramos no antigo vocábulo “group” (laço ou nó) derivado do germano ocidental “kruppa” (massa circular), a consideração de duas linhas de força: o laço demonstrando a união e o círculo representando o espaço fechado, cuja metáfora é envoltura corporal e o corpo materno. Desta forma, uma das características de um grupo é a possibilidade de oferecer um espaço que acolhe seus participantes e também poder provocar sentimentos de aprisionamento e frustração (ANZIEU, 1966).

No mito podemos observar estas duas linhas de força: o grupo que se une em torno de um objetivo único, encontrar o velocino de ouro, causando sentimentos de auto-estima e importância; e também gerar sentimentos de sufocamento em seus membros a partir do momento em que aceitaram a proposta de embarcar no navio Argo. O grupo enfrentará sentimentos de frustração constante e os membros não poderão “abandonar o barco”.

A primeira parada foi na ilha de Lemnos, onde eles uniram-se às Lemníades e lhes deram filhos, uma vez que eles haviam assassinado todos os seus esposos. A segunda foi na ilha de Samotrácia, onde Orfeu recomendou que se iniciassem nos Mistérios dos Cabiros, que eram protetores da navegação. A próxima parada foi na cidade de Cízico, onde foram muito bem recebidos com banquetes e presentes. Após sua saída, porém, depararam-se com grande tempestade e tiveram de voltar. Na volta não foram reconhecidos, mas confundidos com piratas saqueadores e uma grande batalha ocorreu. Jasão acabou por matar o rei Cízico e a batalha só cessou ao amanhecer, quando o equívoco foi resolvido. Grandes funerais foram levantados para homenagens de honra.

O psicanalista BION (1961) diz que todo grupo de pessoas que se reúne para qualquer tarefa tem um funcionamento mental voltado para a execução do trabalho especificado. Porém, os objetivos do grupo também são às vezes interrompidos ou ocasionalmente promovidos por emoções inconscientes. BION acredita que ansiedades psicóticas extremamente primitivas estão presentes nos grupos e os supostos básicos seriam formas do grupo defender-se dessas ansiedades. A partir disto, o autor formulou três suposições básicas presentes em todo grupo humano: o suposto de dependência, o suposto de luta e fuga e o suposto de acasalamento.

Inicialmente, podemos referir o mito dos Argonautas ao suposto de **dependência**, quando para se reunir o grupo de heróis depende da figura central de Jasão. Este reúne o grupo e propõe uma tarefa: conquistar o velocino de ouro.

Para BION, no suposto de dependência o líder é o centro de um culto em pleno poder, uma estrutura grupal em que um dos membros é um deus, uma teocracia em miniatura. É esperado de o líder assumir a posição de suprir as necessidades e fornecer amparo para o grupo imaturo, o qual permanece na posição de ser saciado completamente. Neste grupo, o líder é um ser que existe para providenciar que nenhum acontecimento desagradável seja causado pelas irresponsabilidades dos membros.

A parada seguinte ocorreu em Mísia, onde o herói Hílas foi atraído pelas ninfas náíades e arrastado para as profundezas das águas. Hércules e Polifemo foram à sua busca, o que os fez perder a expedição, que partiu ao amanhecer.

Depois o navio aportou na terra dos bêbricos, na qual o gigante rei Ámico desafiava e matava a soco os que por ali passavam. Os argonautas também foram desafiados e Pólux com sua habilidade e astúcia, venceu o gigante. Não tirou sua vida, mas o fez prometer respeitar os estrangeiros.

Nas costas da Trácia os heróis viveram uma de suas maiores aventuras, quando tiveram que ultrapassar as Ciâneas, os Rochedos Azuis. Estes eram dois recifes móveis que se fechavam violentamente quando qualquer coisa ousasse passar em seu meio, esmagando o que quer que fosse. Entretanto, haviam recebido instruções de Fineu e sabiam que se deviam fazer preceder por uma pomba. Se ela conseguisse cruzar os rochedos, eles também conseguiriam. A pomba enviada pelos heróis conseguiu cruzar a salvo, mas foi atingida em suas penas finais, sendo cortadas. Assim, a nau também conseguiu efetuar a travessia, mas ao final a popa do barco foi ligeiramente atingida. Após essa passagem os rochedos se imobilizaram, pois estava determinado que quando algum navio conseguisse ultrapassá-los, eles jamais se fechariam. Fizeram mais uma última parada na terra dos mariandinos e chegaram enfim à Cólquida.

Jasão então se dirigiu à corte de Eetes, pai de Calcíope, Medéia e Apsirto e disse a que vinha. Eetes prontificou-se a devolver-lhe o velocino, mas propôs ao herói quatro tarefas que deveriam ser realizadas num único dia, de sol a sol e eram impossíveis de ser realizadas por qualquer humano. A primeira era por o jugo em dois touros bravos, que lançavam chamas pelas narinas e atrelá-los a um charrua de diamante; a segunda era lavrar com eles uma vasta área e semear dentes de um dragão, matar os gigantes que nasceriam desses dentes; e finalmente eliminar o dragão que guardava o velocino, no bosque sagrado do deus da guerra. Jasão estava pra desistir

quando surgiu Medéia, que era mágica e apaixonara-se por ele. Jasão prometeu casar-se com ela e levá-la para Grécia e então, ela lhe ofereceu os recursos para vencer as provas: um bálsamo que o tornava invulnerável ao ferro e ao fogo e truques para distrair os dragões. Medéia, com sua mágica, fez dormir o dragão que guardava o velocino e Jasão o atravessou com sua lança.

O suposto de **luta ou fuga**, de BION, por sua vez, pode ser representado pelos Argonautas e seu líder Jasão nas inúmeras situações que eles enfrentam perigos e inimigos que precisam combater ou deles fugir.

Para BION, este suposto opera contra algo a que o grupo percebe vagamente como tais inimigos. O líder considerado adequado é aquele que protege e mobiliza o grupo para atacar ou fugir.

Entretanto Eetes se recusou a possibilitar a saída com o velocino. Jasão e Medéia então fugiram, levando Apsirto como refém. Durante o caminho, Medéia matou e esquartejou seu irmão, espalhando seus membros, para que o pai se demorasse juntando as partes e não conseguisse alcançá-los. Na viagem de volta pararam ainda em Minos, onde Medéia matou os gigantes Talos, nas Espórades e Egina. Retornaram quatro meses após a partida.

No suposto básico de **acasalamento** surge o sentimento de esperança, de que algo está por vir e a atenção se volta para o futuro, será uma pessoa ou uma idéia que salvará o grupo. No caso do mito, o velocino de ouro simboliza o divino, a salvação e purificação, pois é resultado de sacrifícios e dificuldades. Surgirá o sentimento de esperança que salvará o povo e devolverá o reinado ao seu verdadeiro herdeiro.

BION também formula o conceito de grupo de trabalho (grupo T), ou evoluído, que se opõe ao grupo (ou momentos do grupo) dominado pelos supostos básicos. Estes fenômenos (grupo de trabalho e supostos básicos) são próprios da realidade de grupo. O grupo T reconhece a necessidade da compreensão e do desenvolvimento e ao longo de seu desenvolvimento se sobressai, a despeito das interferências das emoções regredidas.

No mito dos Argonautas, o grupo evoluído se sobressai, os membros conseguem realizar sua missão e obter êxito, conquistando o desejado troféu.

Uma das versões do mito conta que ao retornar, Jasão entrega o velocino de ouro a Pélias, que não lhe concede o trono. Medéia então convence as filhas do rei que se o

esquartejassem e o cozinhassem em determinada poção mágica, este rejuvenesceria. As filhas do rei assim fizeram e quando perceberam que o pai não ressuscitava, fugiram.

Jasão e Medéia são banidos de Iolco com seus dois filhos, vão para Corinto e vivem em paz por um tempo. Porém o rei de lá, Creonte, decide casar sua filha Glauce com Jasão. Este não se opõe e repudia Medéia. Tomada pela ira, Medéia elabora um presente à futura noiva: um belo véu e uma coroa de ouro impregnados de poções mágicas. Quando a jovem os veste, sua pele e ossos são devorados pelo fogo, assim como seu pai, quando se aproximou. Como se não bastasse, Medéia assassina os próprios filhos, para fazer sofrer Jasão e depois foge para Atenas.

Jasão permanece em Corinto. Um dia, descansando sob a nau é atingido por uma viga e morre.

ANZIEU (1966) parte da perspectiva do grupo como objeto de investimento pulsional propondo a analogia do grupo com o sonho, dizendo que o desejo realizado no grupo e no sonho é um desejo reprimido no dia anterior. No entanto, o desejo realizado no grupo e no sonho é, também, um desejo reprimido de infância, pois o contexto grupal promove uma regressão de seus membros. Além disso, o desejo, no grupo e no sonho, diz mais respeito ao desejo fixado em um sintoma ou uma estrutura patológica que ao desejo emergindo do inconsciente.

Este universo da realização do desejo está em estreita relação com aquilo que o autor identificou como ilusão grupal que para ele é um estado psíquico particular que se observa em todo grupo humano e que os integrantes expressam como um sentimento de integrarem um bom grupo e tendo um bom líder. Os argonautas simbolizam esta formulação proposta por ANZIEU, pois o grupo se une e é formado por heróis, todos são bons e têm um líder bom.

A Pesquisa

A pesquisa de doutorado citada na seção anterior terá por objetivo investigar os processos psíquicos produzidos no aqui-agora de um grupo de adolescentes; compreender a estrutura e o funcionamento psíquico do grupo; verificar se a técnica grupal é eficaz para sensibilizar os participantes aos fenômenos do grupo e se possibilitará a busca de meios apropriados para compreender alguns dos problemas que ali se manifestarem.

Formaremos um grupo com 8 adolescentes, de ambos os sexos, entre 14 e 16 anos, que realizam ou já realizaram atendimento no Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSia), no município de Sorocaba, interior do estado de São Paulo.

Ao grupo de adolescentes de nossa pesquisa, será proposta a tarefa de refletir e discutir a respeito dos sentimentos, pensamentos e fantasias suscitados por meio da leitura de mitos gregos. Partimos do pressuposto que o uso dos mitos para o entendimento de situações psicológicas dos adolescentes poderá ser valioso e exercer uma função terapêutica para os participantes do grupo. A leitura dos mitos pode despertar no grupo reações emocionais, podendo trazer uma catarse, e certas situações conflituosas se tornarem acessíveis a uma elaboração consciente. De acordo com BETTELHEIM (1980) “certas tensões internas, que são a consequência de situações passadas há muito, podem ser aliviadas; um material previamente inconsciente pode então entrar na consciência da pessoa e tornar-se acessível a uma elaboração consciente” (p.48). Portanto, levantamos a hipótese de que a leitura das narrativas míticas sensibilizará os participantes e poderá auxiliá-los na compreensão de alguns problemas emocionais.

O funcionamento do grupo

O grupo se reunirá uma vez por semana, durante aproximadamente seis meses. Dentre alguns mitos, elegemos aqueles que mais apresentam características comuns a faixa etária da adolescência, como: a busca de identidade, enfrentamento e coragem, agressividade e vingança, arrogância e vaidade, atitudes impulsivas, busca do prazer, liberdade e independência, tendência grupal e socialização (MORGADO, 2004). Além do mito de “Jasão e os Argonautas”, descrito anteriormente, no grupo de adolescentes serão relatados os mitos de: Dioniso, Édipo, Ícaro, Hércules, Perseu, Teseu e Narciso. Outra razão para utilizarmos esses relatos míticos é por serem clássicos e mais conhecidos do público (TAPLIN, 1990).

Dentre os resultados esperados, estimamos que a pesquisa signifique para os participantes uma oportunidade de autoconhecimento, sensibilização e compreensão dos fenômenos psíquicos de grupo. Além disso, esperamos auxiliar na compreensão desta faixa etária e propor novas estratégias de prevenção e intervenção em saúde mental dos adolescentes do mundo de hoje.

Considerações Finais

O grupo é o meio que instrui os participantes nos procedimentos e nas regras, que ensina, que pensa, num espaço e tempo comuns com determinados objetivos. Representa o filtro para as emoções e pensamentos e pode ter a representação do corpo materno, pois se observa que o indivíduo apega-se ao grupo como se apegava ao corpo da mãe. No mito do Jasão e os Argonautas,

o grupo permanece coeso, unido e forte e alcança seu objetivo, seus membros apegaram-se ao grupo, se sacrificaram e deram a vida por ele.

Dessa forma, consideramos que o grupo constitui um contexto realmente enriquecido, no sentido de proporcionar condições em termos de prevenção e promoção da saúde mental dos seus participantes.

REFERÊNCIAS:

- Abraham, K. (1909) *Dreams and myths. A study of race psychology*, New York: White.
- Anzieu, D. (1966) *O grupo e o Inconsciente: imaginário grupal*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1990.
- Bettelheim, B. (1980) *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.
- Bion, W. R. (1961) *Experiências com Grupos os fundamentos de psicoterapia de grupo*. Trad. de Oliveira, W.I., Rio de Janeiro, Imago, 1975.
- Brandão, J. de S. (1987) *Mitologia Grega*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Caldwell, R.S. (1989) *The origin of the gods. A psychoanalytic study of Greek Theogonic myth*, New York: Oxford.
- Campbell, J. (1995) *O poder do mito*. Trad. Moisés, C; São Paulo: Editora Palas Athena.
- Freud, S. (1900) *A interpretação dos sonhos* (Trad. De J. Salomão). Ed. Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Vol 4. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1996.
- Houaiss, A. (2001) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Moretto, C.C. (2009) *Experiências com um grupo de adolescentes através dos mitos gregos*. In: Caderno dos Anais VII Jornada APOIAR: Saúde mental e enquadres grupais: a pesquisa e a clínica. São Paulo: IP/USP, p.180-191.
- Moretto, C.C. (2010) Trabalho em equipe: um estudo psicanalítico de grupo. In: TERZIS, A. (org) *Psicanálise aplicada na América Latina: novos contextos grupais*, Campinas: Via Lettera.
- Morgado, F.O. (2004) *Adolescência e Mitos: um estudo psicológico*. Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC – Campinas.
- Taplin, O. (1990). *Fogo grego*. Lisboa: RTC/Gradiva.
- Terzis, A.; Orlandi, M. A. B. (2010) Relacionando Mito-sonho-inconsciente. *Mental (Barbacena)*, v. 14, p. 32-50.

**Novo paradigma nos laços familiares:
Consequências identitárias no período da latência**

Maria Aparecida B. Orlandi
Grupanalista, Doutoranda em Psicologia Puc-Campinas
maria.abo@puccampinas.edu.br

Introdução

Os processos generativos da identidade têm implicações que vão além da psicanálise de possíveis transtornos subjetivos, pois, transborda para o campo transgeracional e incorpora as consequências do novo paradigma dos laços do grupo primário e com seus desdobramentos para o grupo social da criança.

Os lugares fantasmáticos deparados pelo sujeito hoje, dentro da nova geografia da família, contém muitos enigmas nos vínculos que se estabelecem entre: pais, padrastos, mães, madrastas, irmãs, meio-irmãs, irmãos, meio-irmãos além de outras secundárias. São agravantes acrescidos às vicissitudes do processo identificatório no emblemático período da latência, pois, os impulsos de caráter incestuosos reprimidos vê ampliado seu campo de possibilidades para distorções identificatórias. Surgem novos formatos de personalidade e, como consequência, novos contornos à psicopatologias tais como: o *passivo*, uma personalidade narcísica, um tipo de sujeito dependente, frágil e sujeito à depressão; o *perverso*, um sujeito que não sente culpa e por isso tira proveito dos outros em benefício próprio e os *borderlines*, que mesmo sendo capazes de socializar, seus vínculos são curtos e demandam por gratificações rápidas (Lazartiques et col. (2005).

Conceitos psicanalíticos genéricos sobre o processo identificatório

Freud estabelece três conceitos genéricos como principais: a) identificação primária; b) substituto regressivo de uma escolha; c) identificação histórica. O termo 'identificação' deve ser diferenciado de seus significados próximos como: incorporação; introjeção e interiorização. As duas primeiras são protótipos da identificação, enquanto que as diferenças com a interiorização está na qualidade daquilo que é assimilado pelo sujeito (Laplanche & Pontalis, 2001).

Em *Totem e Tabu* Freud (2006/1914) contextualiza, em que dimensão a problemática da constituição da identidade pode ajudar a compreender aspectos da confusão de identidade introduzidos pelo meio ambiente (que aqui consideramos pelo viés da latência), como um período transicional entre dois períodos de sua maturação, da criança para a idade adulta.

Segundo a teoria psicanalítica, o declínio do complexo de Édipo marca um período onde tem início: a intensificação do recalque; há uma transformação dos investimentos de objetos para a identificação com os pais e o desenvolvimento das sublimações. O sujeito vive entre o luto e o desejo e, é assim que constrói sua subjetividade, investindo libidinal e narcisicamente naquele que é permitido a ele conservar como ancoragem de sua integridade subjetiva e, se necessário em momentos de angústia refugiar-se no ‘paraíso perdido’ (Mc DOUGAL, 2002).

A herança psíquica da identidade do sujeito, que *Totem e Tabu* explicita desde o complexo de Édipo aos vínculos libidinais e, que são exercitados no terreno do grupo familiar, expõe o sujeito também aos fatores tópicos e econômicos inscritos na dinâmica da *psique*. As proibições obsessivas, diz Freud (2006/1914), estão extremamente sujeitas ao deslocamento, estendem-se de um objeto a outro por quaisquer caminhos que o contexto possa proporcionar e esse novo objeto que, então, se torna impossível. Ele diz que, não é necessário “nenhuma ameaça externa de punição, pois há uma certeza interna” (p.44).

Dentre as muitas implicações que as variáveis implicadas no processo identificatório do sujeito acarrearão no inconsciente reprimido, estão as que se referem aos impulsos instintuais de gênero. Em *Uma Criança é Espancada*, Freud (2006/1917), falando sobre as conseqüências das formações ‘substitutivas de natureza perturbadora’ evoca uma questão comum ao período da latência, onde, haveria um reforço nas representações do complexo daquelas neuroses, porque, no avanço de seu desenvolvimento o modelo de sexualidade que se lhe apresenta pelo grupo familiar é ambíguo. Atualmente existem outras variáveis complicativas acrescidas ao material reprimido quanto ao caráter de masculino/feminino das fantasias edípicas, ou seja, havia uma mãe e um pai num momento, em outro uma madrasta ou padrasto no lugar daquela fantasia, exercendo papéis nem sempre compatíveis com os mesmos modelos dos outros daquele que foi fantasiado e reprimido.

Em *Além do Princípio do Prazer*, Freud (2006/1920), nos remete ao grupo intrapsíquico e seus elementos, com o ego no seu processo inicial de identificação emocional com o objeto. É deste primeiro passo que os contornos da identidade darão forma ao sujeito. Desde o início o complexo de Édipo vai marcar esta construção que apresenta “dois laços psicologicamente distintos: uma catexia de objeto sexual e direta para com a mãe e uma identificação com o pai que o toma como modelo” (p.115). É neste cenário que o complexo de Édipo ‘normal’ se instala, o

‘ser’ um e o ‘ter’ o outro. Ele os resume assim: a identificação é o primeiro laço emocional com o objeto; sucede a introjeção do objeto no ego acatando aquele primeiro laço como parâmetro para a libidinização deste objeto e uma terceira modalidade de identificação é o desejo de colocar-se em lugar de outra pessoa em relação a outro objeto.

A vulnerabilidade do sujeito no período da latência

A vulnerabilidade do sujeito no período da latência por seu funcionamento hysteriogênico (mais soma, menos psique) o predispõe às experimentações empáticas. Pode ocorrer segundo Freud (2006/1920), que “uma identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação” (p. 116). O narcisismo passa a ser um elemento que atrai para si diversas tarefas discriminatórias no processo identificatório. Como tal, é apresentado na teoria freudiana em posições de ponto e contraponto no sentido de delimitar estes campos: autosatisfação-autonomiaXoutro-realidade.

O problema da inter-relação (onde já há um posicionamento da identidade ou de confusão da identidade), em termos de identificações cruzadas, revelam os termos em que a identidade se estabelece. Winnicott (1975), diz: “*no estádio no qual se pode dizer que o indivíduo se tornou uma unidade... este é o estádio do ‘eu sou’... o ‘eu sei’ tem de preceder ‘eu faço’, pois de outra maneira, ‘eu faço’ torna-se desprovido de significado para o sujeito*” (p.177). Ele lembra muito bem, que o meio ambiente possui o seu ideal, e que a imposição de suas exigências podem não ser compatível com os critérios estabelecidos pela identidade que o sujeito está disposto a assumir, ou mesmo, se é capaz de fazê-lo, uma questão muito sintomática na latência, quando as atividades de seleção de padrões de comportamento estão mais ativos. Na sua clínica a confusão de identidade do eu é qualificado como ‘*falso self*’ e, em um dos seus casos emblemáticos, o de ‘*Piggle*’, ele revela toda a trama que há na construção da identidade.

O contexto de nosso trabalho com grupos de crianças na latência

Nosso trabalho com grupos de crianças com sintomatologia depressiva, incorpora a preocupação sobre as origens dos elementos constituintes da psique como: a posição que os sujeitos intrapsíquicos ocupariam na estruturação da psique, as formas como ocorrem alianças e conflitos entre eles.

Adotamos o modelo teórico de Kaës (1997), que ao instituir o debate sobre o sujeito, flexibiliza de certo modo a posição do narcisismo da teoria freudiana, introduzindo seu modo de

pensar a grupalidade psíquica com a idéia intrínseca do dinamismo dos verbos ‘associar’, e ‘dissociar’ para “descrever uma atividade fundamental, originária e constante da psique: a de associar o material psíquico, combinar seus elementos, diferenciá-los e organizá-los em conjuntos de complexidade variável, mas também de dissociá-los, ou de reduzi-los a uma massa compacta e indiferenciada ou ainda de aglomerá-los em formações compósitas e heterogêneas” (p. 126).

A condição da atividade de associação e dissociação, entre os elementos, ou grupos de elementos psíquicos, tidos na teoria freudiana como sendo atividade própria da *psique* e, que juntamente com a abertura que Kaës introduz, faz menção à dinâmica de agrupar/desagrupar, remete ao tema do processo identificatório. Este movimento mostra que na realidade psíquica as transformações imitam uma batalha entre sujeitos com interesses antagônicos. Esta condição, nos levou a delinear uma estratégia de trabalho que pudesse elucidar algumas questões relacionadas ao registro identificatório e seus reflexos no período da latência.

Considerações Finais

O novo paradigma de família produz um sujeito dividido pela imposição de parâmetros sociais muito diversificados. Isto, repercute na clínica atualmente, que se depara cada vez mais com as psicopatologias ligadas à problemática do processo identificatório.

As especificidades do período da latência conferem ao sujeito uma vulnerabilidade que o predispõe a jogar com seu corpo no enlaçamento emocional com o objeto, marcando o tipo de registro de sua opção: o ‘ser’, identificatório ou, o ‘ter’, objetal, resultado que pode evoluir para: as bulimias, anorexias e depressões em idade cada vez mais precoce. E, é neste sentido, que escolhemos trabalhar com a filosofia da prevenção com grupos de crianças com sintomas depressivos no período da latência.

Por último, fica evidente o papel do grupo familiar que, mesmo sob novo paradigma, continua sendo o núcleo formador de um sujeito que terá a continuidade do seu próprio material psíquico na constituição do novo sujeito e, cujas conseqüência que recairá sobre a sociedade como um todo.

Referências

Freud, S. (2006/1914). Totem e Tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (2006/1917). Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (2006/1920). Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kaës, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- McDougall, J. (2000). *Teatros do Corpo*. O psicossoma em Psicanálise. Martins Fontes, São Paulo.
- Laplanche & Pontalis. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lazartiques, A.; Morales, H; Planché, P. (2005). Consensus, hédonisme: lês coordonnés de La nouvelle famille e sés conséquences sur le développement de lénfant. Paris: *Encephale*, p. 457-465.
- Winnicott, D.W. (1975). *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

A noção winnicottiana de “*integração psique-soma*” como referência para o entendimento dos distúrbios psicossomáticos

Cláudia Mezzarano Faria

Mestranda do Programa de Pós-Graduação da PUC-Campinas (Bolsista CAPES II)

Prof. Dr. Leopoldo Fulgencio

Professor do Programa de Pós-Graduação da PUC-Campinas.

Introdução à Psicossomática

Atualmente, um grande desafio das disciplinas científicas dedicadas à saúde tem sido a compreensão e o tratamento dos distúrbios psicossomáticos. Uma diversidade de doenças ou manifestações físicas relacionadas com dificuldades afetivo-emocionais tem exigido dos profissionais de saúde estudo e dedicação, com o objetivo de sanar ou, ao menos, minimizar o sofrimento físico e psíquico envolvidos no processo de adoecimento. Segundo Zimmerman (2001), a influência dos fatores psicológicos na determinação de doenças orgânicas é um fato incontestável, afirmando a inseparabilidade entre psiquismo e corpo.

A relação mente-corpo, assim como os conceitos de saúde e doença, tem sido foco de interesse ao longo de séculos. As doenças já foram atribuídas a forças cósmicas, aos deuses ou demônios, a até ao pecado (Castro, Andrade, & Muller, 2006). Na Antiguidade, segundo Volich (2000), o adoecer era considerado uma manifestação de forças sobrenaturais, e a cura era buscada em rituais religiosos. As práticas terapêuticas e as concepções de vida, de saúde e de morte estavam intimamente ligadas a essas crenças.

A origem da Medicina costuma ser personificada em Hipócrates, nascido por volta de 460 a.C. Ele desenvolveu um grande corpo de conhecimentos e descreveu muitas das concepções filosóficas, etiológicas e terapêuticas que fundaram a medicina moderna. Hipócrates introduziu a idéia de unidade funcional do corpo, no qual a *psyché*, compreendida como alma, exerce uma função reguladora. Ele considerava o Homem como uma unidade organizada, passível de desorganizar-se, sendo que essa desorganização propiciaria a emergência de uma doença. Ressaltou ainda a importância da observação clínica e da anamnese, destacando a relevância do histórico do

paciente para se compreender o presente e fazer prognósticos para o futuro. Afirmava que cada caso é único e singular, devendo ser ouvido como uma história inédita (Volich, 2000).

Outro nome importante na história da medicina, o médico e filósofo Galeno de Pérgamo (nascido por volta de 130 d.C.) acreditava que as causas das doenças eram endógenas, estavam dentro do próprio homem, em sua constituição física ou em hábitos de vida que levavam ao desequilíbrio do organismo (Castro et al., 2006). Ele defendeu a estreita relação entre corpo e espírito, e desenvolveu, a partir da teoria dos humores de Hipócrates, uma *tipologia psicológica* que estaria relacionada com diferentes manifestações patológicas (Volich, 2000).

Esse conceito de “causas endógenas” prevaleceu por vários séculos, até o médico suíço Paracelsus (1493-1541) afirmar que as doenças eram provocadas por agentes externos. Paracelsus defendeu o uso de substâncias químicas no tratamento médico e antecipou a homeopatia, propondo a cura pelo semelhante (Castro et al., 2006).

Cerca de um século depois, o filósofo René Descartes (1596-1650), vivendo em um contexto em que era crescente o interesse pelas ciências naturais, postulou a separação total entre corpo e mente (ou corpo e espírito), sendo que o estudo da mente deveria ser atribuído à religião e à filosofia, e o corpo, entendido como uma máquina, deveria ser objeto de estudo da medicina (Castro et al., 2006). Essa visão dualista teve grande influência no pensamento médico, deixando resquícios que permanecem até hoje, e são combatidos pela visão holística da medicina psicossomática.

Na literatura, encontramos o conceito *psicossomático* como “toda perturbação somática que comporta no seu determinismo um fator psicológico intervindo não só de modo contingente, como pode acontecer qualquer que seja a afecção, mas por uma contribuição essencial à gênese da doença” (Jeammet, Reynaud, & Consoli, 2000, pp. 211-212). No entanto, para Mello Filho (2002) a concepção psicossomática foi amplamente criticada por conter, implicitamente, uma única direção (da psique para o soma), e evoluiu desta primeira posição unidirecional para outra, mais atual, que “procura abranger todo o conjunto de fenômenos relacionados com o adoecer” (p. 22).

O termo *psicossomática* foi criado pela psiquiatra alemã Johan Heinroth (1773-1843), em 1818, defendendo a criação de uma disciplina que se opusesse à visão de saúde predominante na época, a de que todas as doenças têm origem em processos orgânicos. Heinroth também cunhou a expressão *somatopsíquica*, em 1828, distinguindo assim os dois tipos de influência e as duas direções.

No início do século XX, Freud, desenvolvendo a teoria psicanalítica, ressalta a importância dos aspectos internos do homem. Freud introduziu o conceito de *inconsciente dinâmico*, descreveu os *fenômenos histéricos* (que foram as primeiras manifestações psicossomáticas por ele estudadas), e demonstrou que todos os fenômenos humanos têm motivações e significações. A clássica

afirmação de Freud de que o ego é, antes de tudo, um ego corporal (Freud, 1923b), além dos estudos sobre a histeria e as conversões, demonstram que a psicanálise se interessou, desde seu início, pela interação entre corpo e psiquismo (Castro et al., 2006).

O movimento que propunha uma medicina integradora consolidou-se em meados do século XX, a partir dos trabalhos do psicanalista Franz Alexander (1891-1964) que liderava os pesquisadores do grupo conhecido como Escola de Chicago. Alexander e seus colaboradores estudaram e descreveram as chamadas *sete doenças psicossomáticas* (asma brônquica, úlcera gástrica, artrite reumatóide, retocolite ulcerativa, neurodermatose, tireotoxicose e hipertensão essencial), atribuindo a cada uma delas uma especificidade de conflito psicogênico (Castro et al., 2006; Mello Filho, 2002, 2010; Zimmerman, 2001).

A evolução da psicossomática no século XX também contou com as contribuições dos pesquisadores da Escola Psicossomática de Paris e dos norte-americanos Sifneos e Nemiah, entre as décadas de 60 e 70. A Escola Psicossomática de Paris, cujos trabalhos foram iniciados principalmente pelo psicanalista Pierry Marty, introduziu o conceito de *pensamento operatório*, cuja idéia central é a de que os pacientes psicossomáticos se diferenciariam dos demais pela pobreza do mundo simbólico e pela pouca elaboração psíquica. Esse conceito descreve o pensamento destes pacientes como sendo “do tipo operatório, aprisionado ao concreto e à orientação pragmática, tendo pouca ligação com seu inconsciente” (Castro et al., 2006, p. 41).

Peter Sifneos e John Nemiah, psiquiatras da Harvard Medical School, desenvolveram um conceito equivalente, o de *alexitimia*, que corresponde à dificuldade, comum nos pacientes psicossomáticos, de conseguir perceber e descrever suas emoções e sentimentos, de forma que esses acabam expressando-se pelo corpo (Castro et al., 2006; Mello Filho, 2002; Zimmerman, 2001).

No Brasil, a Psicossomática (enquanto prática clínica e campo de estudo) se desenvolveu principalmente a partir do trabalho de psicanalistas em hospitais de ensino, especialmente em São Paulo, Porto Alegre e no Rio de Janeiro, na década de 50 do século passado. Em 1965 foi fundada, em São Paulo, a Associação Brasileira de Medicina Psicossomática, com objetivo de promover a chamada “conduta psicossomática”, uma nova atitude na assistência, educação e pesquisa médicas que visava à integração dos aspectos psicodinâmicos e biológicos envolvidos nas patologias e no processo do adoecimento (Eksterman, 2010).

De acordo com Mello Filho (2010), a Psicossomática evoluiu de uma prática exclusivamente médica para um campo de conhecimentos útil para qualquer profissional da área, contribuindo para uma prática de saúde efetivamente integral. Eksterman (2010) afirma que a concepção psicossomática atual deve levar em conta três perspectivas: (1) a doença com sua dimensão

psicológica; (2) a relação médico-paciente com seus inúmeros desdobramentos e (3) a ação terapêutica voltada para a pessoa do doente, entendido como um ser biopsicossocial.

Em síntese, Mello Filho define a Psicossomática como “uma ideologia sobre a saúde, o adoecer e sobre as práticas de Saúde; é um campo de pesquisa sobre esses fatos e, ao mesmo tempo, uma prática – a prática de uma Medicina integral” (2010, p. 29).

O paciente psicossomático

Santos Filho (2010) afirma que ainda não é possível estabelecer um diagnóstico estrutural do paciente psicossomático. Comumente, fala-se do afeto nos pacientes psicossomáticos como não-reconhecido ou inexistente; são atribuídos a eles os conceitos de *alexitimia*, como uma falha no reconhecimento dos estados afetivos e a impossibilidade de nomear os próprios sentimentos, e de *pensamento operatório*, como escassez de elaboração psíquica. Além disso, Santos Filho (2010) afirma que alguns autores correlacionam a eclosão psicossomática à acontecimentos reais, como situações de perda (morte, desemprego, separação, etc.) ou às chamadas crises vitais, como a adolescência, o vestibular ou o casamento.

Segundo Rocco (2010), “espera-se do doente que ele deseje a cura e a procure” (p. 61). No entanto, o adoecer pode envolver mecanismos inconscientes de adaptação e defesa, de regressão, negação e racionalização. Campos (2010) nos coloca que a manifestação psicossomática pode ser entendida como uma forma primitiva de expressão e de defesa. Sobre o paciente psicossomático, ele diz:

O indivíduo fala com o corpo e com ele se defende. Com o corpo ele obtém atenção e cuidados; com o corpo ele exprime seus desejos e fantasias; com o corpo ele enfrenta as situações estressantes; e provavelmente com o corpo ele se recrimina, ele também se culpa. (Campos, 2010, p. 326)

De acordo com Campos (2010), o uso do corpo como meio de comunicação e de defesa parece ser o mecanismo básico do fenômeno psicossomático. É como se o paciente voltasse a reagir de forma primitiva, ou seja, somaticamente, como modo de lidar com o ambiente hostil ou ameaçador. Enquanto meio de comunicação, a reação somática pode ser entendida como “um grito, um apelo, um gesto que busca um interlocutor” (p. 326).

Montagna (2003) ressalta que a conexão corpo-mente, ou soma-psique, fica em evidência nos casos psicossomáticos; paradoxalmente, isso ocorre justamente em circunstâncias nas quais essa conexão está rompida. No entanto, Zimerman (2001) defende que o binômio corpo-mente é muito escasso para explicar a complexidade da somatização, e que deveríamos considerar a tríade bio-

psico-social, envolvendo os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, familiares e espirituais, entre outros, na busca da compreensão desse fenômeno.

Segundo Zimerman (2001), o processo de somatização, como resposta ao sofrimento psíquico, é uma das respostas mais comuns que o ser humano é capaz. Montagna (2003) concorda, afirmando que a somatização é uma reação universal (e, em muitas situações, a mais imediata) diante de estímulos potencialmente lesivos. Mas ressalta que só devemos denominar *psicossomáticos* “aqueles que têm na somatização a forma habitual de reagir a estímulos desprazerosos, ou, então, de lidar com a angústia” (p. 680).

Aspectos gerais da teoria winnicottiana

O pediatra e psicanalista inglês D. W. Winnicott propôs uma compreensão dos fenômenos psicossomáticos a partir do desenvolvimento emocional dos indivíduos, trazendo uma nova concepção dentro do campo da psicanálise. A partir de conceitos como *integração*, *alojamento da psique no corpo* e *personalização*, Winnicott apresentou uma forma diferente de compreender a unidade psicossomática e suas perturbações, modificando a teorização da psicanálise clássica freudiana que tem na histeria o modelo para se explicar os distúrbios psicossomáticos⁹.

Para Winnicott, os problemas psicossomáticos estão relacionados a dificuldades no processo de *integração*, ocasionadas por falhas do cuidado ambiental. Os sintomas podem ser entendidos como *pedidos de socorro*, ou tentativas de integração entre psique e soma. Já nos distúrbios psicossomáticos, haveria uma dissociação na personalidade, que impediria o paciente de perceber a relação entre sua perturbação somática e seu psiquismo.

O interesse do pediatra Winnicott pela compreensão dos aspectos psicodinâmicos o levou a psiquiatria infantil e a psicanálise, e, ao constatar que muitos dos fenômenos que ele enxergava não eram abordados adequadamente por essas disciplinas, iniciou o desenvolvimento de uma teoria própria. Winnicott criticava o fato de a psicanálise tradicional enfatizar apenas os aspectos internos, negligenciando a influência dos fatores ambientais. Também criticava a falta de estudo dos aspectos emocionais mais primitivos, do bebê pequeno, já que era o Complexo de Édipo, entre os dois e quatro anos de idade, o “ponto crucial” e foco de atenção da psicanálise (Winnicott, 1989f, pp. 433-443).

Embora o próprio Winnicott admitisse que “é sempre estranho quando um psicanalista enfatiza o fator ambiental” (Winnicott, 1984e, p. 245), ele também ressaltava que “na busca da

⁹ Para estudo do fenômeno da Histeria na teoria freudiana, cf. Freud (1893), (1894a), (1895d), (1896a), (1896b) e (1905e).

etiologia da doença, os próprios psicanalistas descobriram que é necessário recuar às questões da interação entre o bebê ou a criancinha e o meio ambiente” (idem, p. 246).

Winnicott desenvolveu, aos poucos, uma teoria que está fundada em duas concepções principais: a de que todo indivíduo tem uma tendência inata à integração, e que é necessário um ambiente facilitador para que ocorra essa integração e o processo de amadurecimento.

Winnicott nos coloca que todo indivíduo possui uma tendência inata a integrar-se em um todo unitário, alcançando assim um *status* de unidade. No entanto, essa tendência não seria suficiente para garantir esse processo. No início, o bebê é um ser não-integrado, e ainda não há um “eu” constituído. Será apenas através de um ambiente facilitador e confiável que a tarefa da integração poderá ser alcançada.

Segundo Dias (2003), a teoria winnicottiana do desenvolvimento conceitua e descreve as conquistas e dificuldades que são inerentes ao processo de amadurecer, como *tarefas* que precisam ser cumpridas ou alcançadas. Os estágios mais primitivos do desenvolvimento, na fase da dependência absoluta, apresentam ao bebê importantes tarefas, como a *integração* e a *personalização* (ou *alojamento da psique no corpo*), fundamentais para o estabelecimento da parceria psicossomática e, conseqüentemente, para a saúde.

No início, o bebê vive em um estado de não-integração; ele é um conjunto não-organizado de fenômenos sensórios motores que são reunidos pelo suporte ambiental. Essa não-integração faz parte do estado de imaturidade do bebê, que ainda não está organizado em uma unidade; não é um déficit, nem uma falha, apenas um estágio primitivo do bebê que irá, se tudo correr bem, amadurecer (Winnicott, 1958j, 1965n, 1965s).

É no colo da mãe, sendo sustentado e acolhido por ela, que o bebê poderá ter suas partes reunidas, resultando numa experiência de integração. Phillips (1988) explica esse processo:

Na vida do bebê winnicottiano, há longos períodos em que ele é apenas um ajuntamento de impressões e sentimentos díspares e não parece se importar, como diria um adulto, que assim seja, desde que, Winnicott escreve, “de tempos em tempos ele possa reunir esses sentimentos e impressões e sentir algo”. (...) Essa natural “tendência a integrar-se” é possível através do cuidado da mãe, em que o bebê é “mantido aquecido, abraçado e banhado, embalado e nomeado”. (p. 121)

Durante o cuidado materno, um observador enxergará um recém-nascido e sua mãe; mas, para o bebê imaturo, não há a separação entre ele, sua mãe, e o mundo (Winnicott, 1965s). Deverá acontecer um processo de amadurecimento, possibilitado pelo ambiente facilitador, até o bebê ser integrado em uma unidade e poder ser considerado uma pessoa inteira, que reconhece os outros também como pessoas inteiras e separadas dele. Segundo Dias (2003),

O conceito winnicottiano de “ambiente” inicial deve ser entendido segundo seus dois aspectos essenciais: a) ele não é externo nem interno; b) ele é a instância que sustenta e responde à dependência: o bebê necessita totalmente de um outro *que ainda não é um outro, separado* ou externo a ele. (p. 131, grifos dela)

Nessa fase primitiva, o bebê vive em uma situação de dependência absoluta. É impossível vermos um bebê pequeno, imaturo, sem um ambiente cuidador a sua volta. Nessa fase, a *mãe-ambiente* (que pode ser a mãe verdadeira, mas também inclui todos os cuidados que o bebê recebe) deve se adaptar de forma absoluta ao bebê. Winnicott denominou de *preocupação materna primária* o processo de adaptação absoluta da mãe ao seu bebê. Esse processo inclui a capacidade da mãe de se identificar com o recém-nascido, numa situação que se assemelha a um retraimento, conseguindo entender as necessidades dele e, assim, atendê-las (Winnicott, 1958n [1956]).

Winnicott chamou de *holding* o conjunto de cuidados que envolve e sustenta o bebê. É o *holding* que possibilita que o recém-nascido tenha suas partes não-integradas reunidas, proporcionando experiências de integração. O abraço, o colo, o “embalar” e “ninar”, assim como o banho, os cuidados de higiene e as massagens, são de extrema importância para o desenvolvimento saudável e reúnem os cuidados que o bebê pequeno percebe como “amor”. Winnicott explica: “Num momento ainda mais recuado, o bebê é seguro pela mãe e só entende o amor que é expresso em termos físicos, isto é, pelo *holding* vivo do ser humano” (Winnicott, 1965s, p. 215).

No início, o ambiente deve ser “perfeito”; mas não perfeito de uma forma absoluta ou obsessiva (já que a mãe é humana e, portanto, falível), mas deve falhar pouco no atendimento das necessidades do bebê, numa medida que seja suportável para ele. O cuidado adequado e a satisfação das necessidades proporcionam ao bebê experiências unificadoras, e gradualmente os cuidados que recebe vão sendo incorporados como aspectos do si-mesmo, ao mesmo tempo em que o ambiente vai se transformando em algo externo e separado dele (Dias, 2003).

Aos poucos, na saúde, as experiências de integração serão cada vez mais frequentes e duradouras, e passarão a fazer parte do si-mesmo do bebê. Esse passará a suportar cada vez mais as falhas do ambiente, ao mesmo tempo em que a mãe começa a sair do estado de adaptação absoluta e volta a se preocupar consigo e com sua própria vida. O bebê começará, então, a perceber a mãe como externa e separada dele. Se os cuidados ambientais tiveram sido suficientemente bons, a confiabilidade e a previsibilidade do ambiente farão com que a desilusão seja suportável para o bebê. Winnicott denominou de *mãe suficientemente boa* aquela que não apenas é capaz de adaptar-se de forma absoluta ao bebê, mas que também passa a se desadaptar e a falhar gradativamente no momento adequado.

A experiência de integração em uma unidade ocorre de forma cada vez mais frequente no bebê que amadurece, até se tornar, se tudo correr bem, em uma conquista alcançada, embora não irreversível. Integrar-se e alcançar o status de unidade não é apenas a primeira tarefa do ser humano, mas também a mais importante, já que é requisito para o sucesso das tarefas seguintes.

A integração psique-soma

Para Winnicott, em primeiro lugar há o corpo com suas funções somáticas, e é a partir do corpo que se desenvolve a parceria psicossomática. A psique surge no processo de dar sentido ao funcionamento, às sensações e aos movimentos do corpo, enfim, à vitalidade física. Esse processo, denominado *elaboração imaginativa* das funções corporais, faz com que a mera sensação física se torne uma experiência, e é a primeira tarefa da psique. Seria como dar uma “coloração”, um sentido pessoal às funções do corpo.

Segundo Dias (2003), no bebê “seja o que for que esteja sendo experienciado – e tudo, no início, é experienciado no corpo e por meio do corpo – *está sendo personalizado pela elaboração imaginativa*” (p. 106, grifos dela). “A mera sensação física torna-se experiência pelo fato de a elaboração imaginativa fornecer-lhe um sentido” (Dias, 2003, p. 106, nota 15).

A psique também é responsável pela integração no tempo e no espaço, além da reunião e armazenamento das memórias de experiências corporais:

A base da psique é o soma, e, em termos de evolução, o soma foi o primeiro a chegar. A psique começa como uma elaboração imaginativa das funções somáticas, tendo como sua tarefa mais importante a interligação das experiências passadas com as potencialidades, a consciência do momento presente e as expectativas para o futuro. (Winnicott, 1988, p. 37)

Deve-se salientar que a elaboração imaginativa não é um processo mental. Está mais próxima de uma “esquematisação” do corpo, ou seja, uma apropriação do sentido das sensações, dos movimentos e do funcionamento geral do corpo, sem ser um mecanismo mental (Dias, 2003, p. 108). Embora Winnicott tenha escolhido o termo *imaginative* (termo original, no inglês), fica claro que esse processo de dar sentido é anterior “às operações mentais de representação, verbalização e simbolização, operações para as quais o bebê é ainda muito imaturo” (Dias, 2003, p. 106, grifos dela). Winnicott afirma que “isto começa anteriormente à época em que é necessário adicionar os conceitos de intelecto e verbalização” (Winnicott, 1971d, p. 209).

Dessa forma, a psique não se restringe ao funcionamento mental. No entanto, se o desenvolvimento for saudável, a psique irá se desenvolver em funções cada vez mais complexas, que incluem todas as operações mentais, mas sem nunca abandonar sua primeira função (que é dar

sentido às experiências somáticas). A mente, na saúde, é apenas uma parte da psique, um *ornamento* (Winnicott, 1988, p. 44), ou um *caso especial do funcionamento do psique-soma* (Winnicott, 1954a, p. 345), mas nunca uma entidade distinta ou separada (Winnicott, 1954a, p. 333). Segundo Dias (2003), essa distinção entre psique e mente é essencial para a compreensão do pensamento winnicottiano.

Para Winnicott, a natureza humana não é uma questão de corpo e mente, e sim “uma questão de psique e soma inter-relacionados” (Winnicott, 1988, p. 44). Soma e psique são intimamente interligados, pela própria tendência inata a integração, uma integração que é psicossomática. Ao mencionar o soma, Winnicott não se refere a um corpo meramente fisiológico ou anatômico, mas sim a um corpo em íntima e constante relação com a psique.

Na saúde, os aspectos psíquicos e somáticos do bebê começam, gradualmente, a se inter-relacionar. Na criança saudável, com cerca de um ano de idade, “a psique e o soma já aprenderam conviver”, e estão em “íntima relação” (Winnicott, 1958j, p. 08). Segundo Winnicott, “a integração no ser humano em desenvolvimento assume uma ampla variedade de formas, uma das quais é o desenvolvimento de um arranjo operacional satisfatório entre a psique e o soma” (Winnicott, 1971d, p. 209).

O funcionamento mental

Segundo Winnicott, na saúde, a mente do bebê começa a se desenvolver na mesma época em que a mãe inicia o processo de adaptação a ele, passando a “falhar” mais frequentemente. Nesse momento, a adaptação absoluta inicial da mãe, possibilitada pela *preocupação materna primária*, já proporcionou importantes experiências de integração ao bebê. Este está cada vez mais preparado para suportar falhas ambientais, e a intelectualização tem papel fundamental nesse processo.

Estando integrado no espaço e no tempo, o bebê começa a perceber que se passa um tempo entre ele começar a chorar até receber o alimento; aos poucos, também se torna capaz de perceber que alguns sinais, como ouvir os sons que vêm da cozinha, indicam que ele será alimentado em breve. Ele usa essa compreensão para aprender a esperar (Winnicott, 1965r).

O início da compreensão intelectual do bebê ocorre, então, ao mesmo tempo que a adaptação gradual da mãe, que por sua vez acontece como resposta ao desenvolvimento apresentado por seu bebê. Nessa fase, a mãe apresenta o mundo ao bebê, e este se torna, aos poucos, consciente de sua própria dependência (Abram, 2000).

O bebê, que na fase de dependência absoluta acreditava criar o mundo e os objetos que o satisfaziam, passa a compreender (intelectualmente) a importância da mãe, uma mãe que é real e externa, demonstrando ansiedade ao se separar dela. A ansiedade do bebê revela que ele “já está apto a efetuar a distinção entre o eu e o não-eu” (Abram, 2000, p. 108).

Na saúde, a necessidade de um ambiente perfeito, que no início é absoluta, torna-se relativa. Se o desenvolvimento ocorreu de forma satisfatória, o bebê conseguirá suportar as falhas através de sua atividade mental; é a compreensão do bebê que liberará a mãe da necessidade de ser quase perfeita (Winnicott, 1954a, p. 335).

Dessa forma, Winnicott coloca que, no início, a adaptação ativa da mãe é fundamental, mas que também é essencial que ela passe a falhar gradativamente, de acordo com a crescente capacidade do bebê de suportar as falhas por meio de sua atividade mental, ou seja, por meio da compreensão.

No entanto, quando o ambiente inicial não é suficientemente bom, e não se adapta ativamente e de forma absoluta ao bebê, o indivíduo em desenvolvimento pode tentar compensar as falhas ambientais através de uma “hiperatividade do funcionamento mental”. Quando ocorre esse crescimento excessivo da função mental, surge, por consequência, uma separação entre psique e soma. De acordo com Winnicott, isso ocorre porque a psique é “seduzida” para transformar-se nessa mente, rompendo a integração que ela tinha com o soma.

Na saúde, o ambiente é que se encarrega de cuidar do indivíduo em desenvolvimento, e o funcionamento mental pode ser apenas uma parte do psique-soma integrado, como um “ornamento”, e nunca uma entidade separada deste (Winnicott, 1988, p. 44).

O alojamento da psique no corpo

Além da integração psicossomática, Winnicott ressalta a importância de outro fenômeno, o *alojamento da psique no corpo*, também fundamental para o processo de amadurecimento: “Igualmente importante, além da integração, é o desenvolvimento do sentimento de estar dentro do próprio corpo” (Winnicott, 1945d, p. 225).

O *alojamento da psique no corpo* faz parte do processo de desenvolvimento, mas requer a facilitação de um ambiente sustentador para acontecer. Esse processo de *habitar o próprio corpo*, chamado por Winnicott de *personalização*, costuma ser tido como óbvio (Winnicott, 1945d, p. 223), mas não é automático e nem está previamente determinado. Além disso, mesmo que essa integração seja alcançada, ela pode ser perdida em situações críticas, mesmo que temporariamente.

Segundo Abram (2000), Winnicott utiliza o termo *personalização* em oposição à *despersonalização*, que caracteriza uma cisão na qual o indivíduo não se sente como pertencente a seu próprio corpo. Em sua obra, Winnicott apresenta inúmeros exemplos de *despersonalização*, como o caso de uma paciente psicótica que achava que sua irmã gêmea era ela mesma, e se surpreendia quando alguém pegava a irmã no colo e ela permanecia parada (1945d, p. 223), a história de um paciente que dizia viver em uma caixa situada dez metros acima de seu corpo, conectada a esse apenas por um frágil fio (idem), e até a não rara sensação que algumas pessoas têm de terem saído do próprio corpo, como se tivessem “desencarnado” (1988, p. 143).

Dessa forma, enquanto que a *personalização* pode ser descrita como o *alojamento da psique no corpo*, ou ainda o *habitar o próprio corpo*, o termo *despersonalização* é utilizado para descrever a perda da vinculação entre psique e soma, ou seja, da integração psicossomática (Winnicott, 1971d).

Winnicott ressalta que, novamente, é o *holding* que possibilita o processo saudável de *personalização*. O *holding* é caracterizado não apenas pela mãe segurando o bebê, mas pelo conjunto de cuidados que o bebê recebe do ambiente. O manejo e a manipulação do bebê, feitos de forma amorosa e atenciosa, contribuem para o sentimento de estar no próprio corpo. Abram (2000) afirma: “o toque que é suficientemente-bom inaugura uma ‘psique que habita o soma’” (p. 138).

Mas as experiências instintivas também são importantes para esse processo. Winnicott diz que a localização da psique no corpo se produz a partir de duas direções: (1) a experiência pessoal, que envolve as sensações da pele, o erotismo, os impulsos instintivos e a excitação, e (2) a ambiental, que se refere aos cuidados do corpo e à satisfação das necessidades (Winnicott, 1988, p. 144). Winnicott explicita a importância desses dois fatores afirmando: “(...) é a experiência instintiva e a repetida e silenciosa experiência de estar sendo cuidado fisicamente que constroem, gradualmente, o que poderíamos chamar de *personalização satisfatória*” (1945d, p. 225).

Conclusão

Considerando que todo indivíduo tem uma tendência inata à integração, e que essa integração é psicossomática; considerando que a integração, enquanto tarefa do processo do amadurecimento, depende da existência de um ambiente facilitador e confiável para ocorrer; considerando que os aspectos psíquicos e orgânicos se relacionam e se influenciam mutuamente, e que não se pode negligenciar, nessa relação, a influência dos fatores ambientais, podemos então compreender os distúrbios psicossomáticos como uma ruptura da conexão saudável entre psique e

soma, que pode ocorrer a partir de dificuldades na conquista ou manutenção da integração psicossomática, que, por sua vez, podem estar relacionadas às falhas na provisão ambiental.

Dessa forma, a partir da teoria winnicottiana, podemos concluir que os problemas psicossomáticos estão relacionados a dificuldades no processo de integração, provavelmente ocasionadas por falhas no cuidado ambiental (*holding*). Nesses casos, a importante e íntima relação entre a psique e o soma pode estar enfraquecida, ou até mesmo ter sido rompida (Winnicott, 1988). Essa dissociação, presente nos pacientes psicossomáticos, impede o paciente de perceber a relação entre a perturbação somática e seu psiquismo.

De acordo com Hisada (2000), a teoria winnicottiana nos apresenta um aspecto negativo e um positivo da defesa psicossomática. O negativo seria a “própria dissociação, em que alguma área não faz parte do self, não é integrada devido à própria cisão” (p. 85). O positivo seria o fato de a doença resultar em um *holding* para o paciente, uma situação de cuidado ambiental que pode auxiliar na retomada do processo de integração entre psique e soma.

Como foi exposto, a teoria winnicottiana oferece elementos plausíveis para auxiliar na compreensão e na prevenção dos distúrbios psicossomáticos, além de se apresentar como uma alternativa de entendimento desses problemas dentro do próprio campo da psicanálise.

Referências Bibliográficas

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott: Dicionário das Palavras e Expressões Utilizadas por Donald W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Campos, E. P. (2010). Aspectos psicossomáticos em Cardiologia: mecanismos de somatização e meios de reagir ao estresse. In J. Mello Filho & M. Burd (Eds.), *Psicossomática Hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Castro, M. G., Andrade, T. M. R., & Muller, M. C. (2006). Conceito Mente e Corpo através da História. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 39-43.
- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Eksterman, A. (2010). Medicina Psicossomática no Brasil. In J. Mello Filho & M. Burd (Eds.), *Psicossomática Hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Freud, S. (1893). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: Comunicação Preliminar. In *Obras Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira* (Vol. II). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1894a). As neuropsicoses de defesa. In *Obras Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira* (Vol. III). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1895d). Estudos sobre a histeria. In *Obras Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira* (Vol. II). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1896a). A etiologia da histeria. In *Obras Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira* (Vol. III). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1896b). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In *Obras Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira* (Vol. III). Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1905e). Fragmentos da análise de um caso de histeria. In *Obras Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira* (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923b). O ego e o id. In *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago.
- Hisada, S. (2000). Transtornos Psicossomáticos: uma visão winnicottiana. *Mudanças*, 8(14), 81-88.
- Jeammet, P., Reynaud, M., & Consoli, S. (2000). *Psicologia Médica*. Rio de Janeiro: MEDSI Editora Médica e Científica Ltda.
- Mello Filho, J. (2002). *Concepção Psicossomática: Visão Atual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mello Filho, J. (2010). Introdução. In J. Mello Filho & M. Burd (Eds.), *Psicossomática Hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Montagna, P. (2003). O paciente psicossomático. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 37(2/3), 679-686.
- Phillips, A. (1988). *Winnicott*. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.
- Rocco, R. P. (2010). Relação Estudante de Medicina-Paciente. In J. Mello Filho & M. Burd (Eds.), *Psicossomática Hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Santos Filho, O. C. (2010). Psicoterapia Psicanalítica do Paciente Somático. In J. Mello Filho & M. Burd (Eds.), *Psicossomática Hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Volich, R. M. (2000). *Psicossomática: de Hipócrates à Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Winnicott, D. W. (1945d). Desenvolvimento Emocional Primitivo. In *Da Pediatria à Psicanálise: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. W. (1954a). A Mente e sua Relação com o Psicossoma. In *Da Pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. W. (1958j). O primeiro ano de vida. Concepções modernas do desenvolvimento emocional. In *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Winnicott, D. W. (1958n [1956]). A Preocupação Materna Primária. In *Da pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. W. (1965n). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- Winnicott, D. W. (1965r). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- Winnicott, D. W. (1965s). Influências de grupo e a criança desajustada. In *A família e o desenvolvimento do individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Winnicott, D. W. (1971d). As Bases para o Self no Corpo. In *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- Winnicott, D. W. (1984e). A liberdade. In *Tudo Começa em Casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, (W14) (escrito em 1969).
- Winnicott, D. W. (1988). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Winnicott, D. W. (1989f). D.W.W. sobre D.W.W. In *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- Zimerman, D. (2001). O paciente psicossomático. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 35(3), 717-727.

A Importância da Relação Transferencial entre Professor-Aluno

Francine Dela Torre Camargo Pinho

Professora da Esamc – Sorocaba. Mestranda em Psicologia – PUC-Campinas.

Antônio Terzis

Professor Dr. Do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PUC-Campinas

aterzis@uol.com.br

Muitos aspectos podem ser discutidos no âmbito das relações entre professor e aluno, porém aqui faremos um recorte que privilegiará refletir sobre a relevância de pensarmos sobre a relação transferencial entre estes dois personagens do cenário educativo. Pretende-se assim, discutir o conceito de transferência que se estabelece na relação afetiva entre professor e aluno no ensino superior sob a luz da psicanálise. O interesse por esta reflexão surgiu a partir da prática dos autores como docentes e nas observâncias de inúmeros exemplos de manifestações inconscientes notados no exercício de sua profissão. Por meio das contribuições de Freud à educação, analisaremos as transferências que se desenvolvem entre esses dois personagens no processo de ensino-aprendizagem e o “lugar” que o professor ocupa no inconsciente do aluno, posição essa que pode ou não propiciar uma aprendizagem efetiva.

Sigmund Freud, num discurso proferido no ano de 1914, em comemoração ao quinquagésimo aniversário de fundação do colégio em que estudou dos 9 aos 17 anos, em Viena, diz:

“Minha emoção ao encontrar meu velho mestre-escola adverte-me de que antes de tudo, devo admitir uma coisa: é difícil dizer se o que exerceu mais influência sobre nós e teve importância maior foi a nossa preocupação pelas ciências que nos eram ensinadas, ou pela personalidade de nossos mestres. É verdade, no mínimo, que esta segunda preocupação constituía uma corrente oculta e constante em todos nós e, para muitos, os caminhos das ciências passavam apenas através de nossos professores. Alguns detiveram-se a meio caminho dessa estrada e para uns poucos

– porque não admitir outros tantos? – ela foi por causa disso definitivamente bloqueada” (Freud, 1969, p. 286).

Neste ensaio ele se propõe a analisar suas recordações acerca do impacto do professor no aluno. Este impacto por sua vez, mesmo que inconsciente, é mais significativo e de memória mais duradoura, do que o próprio conteúdo ensinado em sala de aula. Nessa perspectiva, a aprendizagem não está focada nos conteúdos, mas no campo que se estabelece entre professor e aluno, e isso pode favorecer ou não a aprendizagem, independente dos conteúdos.

Freud sinaliza o fenômeno da transferência, se positiva ou negativa, entre alunos e seus professores. Mais adiante, ele discorre sobre porque os professores sempre parecem tão sábios e mais velhos na percepção de seus alunos. De acordo com Freud, os professores são imagos do pai da infância, ao qual a criança atribui onisciência e, ao qual deve obediência.

“(…) estes homens, nem todos pais na realidade, tornam-se nossos pais substitutos. Foi por isso que, embora ainda bastante jovens, impressionaram-nos como tão maduros e tão inatingivelmente adultos. Transferimos para eles o mesmo respeito e as expectativas ligadas ao pai onisciente de nossa infância e depois começamos a tratá-los como tratávamos nossos pais em casa”. (Freud, 1969, p. 288)

Terzis (2005) aborda a questão transferencial, inferindo que Freud deixa claro desde o início que “(…) as transferências não são uma produção da psicanálise, mas que, sempre existiram tanto em meios clínicos como nos educativos e a psicanálise somente se encarregará de desvelá-las” (Terzis, 2005, p. 47).

Desta maneira consideramos pertinente o aprofundamento no campo da transferência na relação entre professor e aluno.

O ser humano, por sua própria constituição, estabelece inúmeras relações de afeto ao longo da vida. Essas relações baseiam-se, segundo a psicanálise, em dois afetos básicos constituintes da vida psíquica: o amor e o ódio. As ações, expressões e pensamentos humanos não podem ser devidamente compreendidos se não forem considerados os afetos que os acompanham.

Cotidianamente estabelecemos relações de amor e de ódio com as pessoas presentes em nosso ciclo de convivência. Muitas vezes esses dois afetos se confundem, se mesclam, se fundem, e então, amamos e odiamos uma mesma pessoa ou situação. A esse sentimento de amor e ódio dirigido a uma mesma pessoa ou situação, damos o nome de ambivalência (Klein, 1937).

As relações humanas afetivas estão recheadas de significações e aparecem na simpatia, na amizade, na confiança, das quais podemos tirar bom proveito em nossas vidas, porque elas encontram-se vinculadas à nossa história pessoal e desenvolvem-se a partir de desejos inconscientes. Envolvem a nossa existência como um todo, dando sentidos inesperados e ignorados a gestos, palavras, afetos, sonhos, erros, tristezas, esquecimentos, e também às atividades sociais (como o trabalho, a arte, a política) que, à primeira vista, nada tem de simbólico ou de significativo.

Esses aspectos estão presentes também nas relações interpessoais escolares, na educação formal e nos processos de aprendizagem. Assim, o que buscamos quando queremos aprender alguma coisa? Essa questão aparece no texto freudiano em vários momentos. A psicanalista Kupler (2004) remete a questão a Freud e endossa sua posição, citando:

“Freud, por sua própria posição frente ao conhecimento, gostava de pensar nos determinantes psíquicos que levam alguém a ser um desejante de saber. Nessa categoria, incluem-se os cientistas, que devotam a vida à pergunta por quê, e às crianças que, a partir de um determinado momento, bombardeiam ao pai com porquês”. (Kupler, 2004, p.79)

O relacionamento professor-aluno é, portanto, atravessado por afetos de amor e de ódio (ambivalência). Na educação infantil e no ensino fundamental essas relações podem ser percebidas de maneira mais clara, já que para as crianças os professores ocupam o papel de “pais substitutos”, herdando os sentimentos que inicialmente foram endereçados a esses. No ensino superior as transferências de afeto também acontecem, ainda que de maneira menos perceptível, onde o professor ocupa “lugares” na psique do aluno que, na maioria das vezes, não corresponde ao seu lugar na vida real.

Nesta perspectiva, fica o professor diante do fato de que é alvo de afetos transferenciais que abrigam do amor a repulsa, passando por toda a gama de sentimentos, dependendo do que o sujeito do inconsciente estiver demandando ao reeditar ali a marca de sua relação primordial. A tarefa do professor passa a incluir a oferta tanto do conteúdo teórico e do recurso metodológico, mas também a de contratransferencialmente oferecer o seu próprio desejo pelo conhecimento, como reconhecimento do amor transferencial que lhe é dirigido. Terzis (2005) explica que a contratransferência trata-se de um fenômeno inerente à relação humana.

A transferência é tanto motor quanto obstáculo às relações; ela é dinâmica e paradoxal, portanto, sujeita ao encontro e ao desencontro.

Desta forma, a transferência constitui condição de trabalho para o professor, mas também é o que obstaculiza o trabalho. Dependendo do seu manejo pelo professor, a transferência, permite que o aluno apresente um particular interesse pelo mestre, este passa a ter uma imagem idealizada e supõe que tenha o poder sobre o saber do aluno. Isso produz um efeito imaginário e põe o aluno em trabalho, produzindo lembranças e associações. O que se transfere, na relação com o outro, são imagens que se relacionam com as antigas vivências com outras pessoas, especialmente com as figuras materna e paterna.

No campo da relação transferencial professor-aluno, verifica-se que:

“(...) o que está em jogo é o que representa este ou aquele aluno no inconsciente do professor, na sua constelação de insígnias, e de que lugar, imaginário ou simbólico, ele responde ao desejo de saber do aluno ou à sua obstinação de nada querer saber”. (Almeida, 2002, p. 97)

Assim, há transferência de sentido quando o desejo se liga a um elemento muito particular, que ocorre de um lugar a outro.

Kupfer (2004) afirma que instalada a transferência, o professor torna-se depositário de algo que pertence ao aluno. Consequentemente, a figura do professor fica inevitavelmente carregada de uma importância especial. E é dessa importância que emana o poder que inegavelmente têm sobre o indivíduo.

A figura do professor passa a fazer parte do cenário inconsciente do aluno, recebendo uma significação própria e, a partir de então, esse só será escutado e entendido através desse lugar que é colocado. Na verdade o professor servirá como uma “forma” esvaziada de seu valor real que receberá significações através das transferências do aluno. Este com certeza não é um lugar fácil de suportar, afinal, o professor também é um sujeito desejante, que tem vida própria.

O que o aluno, supostamente quer do seu professor na transferência é que ele suporte esse lugar vazio e permaneça ali onde o colocou. Mas, considerando que o professor é também um sujeito marcado pelo desejo inconsciente, sua posição de mestre tenderá a abusar do lugar que ocupa, submetendo seu aluno, impondo-lhe suas próprias concepções, valores e modelos preconcebidos do aluno ideal. Isso significa que professor e aluno são acolhidos nesse cenário inconsciente, o que quer que seja dito e comunicado ali será interpretado por eles, desde esse lugar suposto, no campo transferencial.

São estas formulações, dentre outras, dirigidas ao campo transferencial que devem ser alvo de reflexões por parte dos profissionais da área de educação. É importante que o professor entenda que o lugar que ocupa em relação aos seus alunos não é, apenas, o daquele que ensina. A dinâmica

transferencial atua no nível do simbólico, permitindo relações não perceptíveis, mas tão profundas a ponto de possibilitar ou não a aprendizagem de certos “ensinamentos” advindos de certos professores. O amor e o ódio irmanam-se nas relações desses dois personagens do processo pedagógico.

Referências

Almeida, S. F. C. de (2002). Psicanálise e educação: revendo algumas Observações e hipóteses a respeito de uma (im)possível conexão. *Revista Psicanálise Infância Educação*, São Paulo: Linear B./USP.

Freud, S. *A dinâmica da Transferência*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, V. 12).

_____. *Algumas reflexões sobre a Psicologia Escolar*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, V. 13).

_____. *Observações sobre o amor de transferência*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, V. 12).

_____. *O Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

Klein, M. (1937/1996). Amor, culpa e reparação. In: Amor, Culpa e Reparação e outros trabalhos (1921-1945). *Obras Completas de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago, v. 1.

Kupfer, M. C. (2004). *Freud e a Educação: o mestre do impossível*. 3ª edição. São Paulo: Scipione.

Terzis, A. (2005). *Psicanálise, Grupalidade e Cultura*. 1ª Edição, Campinas: Ed. Magister Baron.

**B- TRABALHOS APRESENTADOS: CONFERÊNCIA DE ABERTURA E MESAS
REDONDAS**

Vincularidade da família e casal nos tempos atuais

Lia Rachel Colussi Cypel

*Didata da Soc. Brs. Psicanálise-SP,
Coord. Do Grupos de Estudos de Psicanálise dos Vínculos de Família e Casal da SBPSP, Coord. Comitê de
Psicanálise de Família e Casal da América Latina FEPAL*

Entre todos os Grupos humanos, a família tem um papel primordial na transmissão da cultura, estabelece uma continuidade psíquica, além da biológica, entre as gerações e por sua vez, está sujeita as mudanças condicionadas pelos fatores sócio-culturais de cada época.

Isto quer dizer que não podemos perder de vista as significações imaginárias sociais a partir das quais uma diversidade de fatos são socialmente representados, refletindo e produzindo também transformações ou reações nos indivíduos componentes de uma determinada sociedade e em seus vínculos.É justamente por isto que os processos psíquicos internos não podem ser isolados do contexto sócio-cultural no qual se produzem tornando-se muito necessário reavaliar os fatores sociais nas relações humanas em geral e familiares em particular.

Como diz J.Elliot “As transformações de caráter social a que assistimos atualmente penetram até o núcleo mesmo da experiência psíquica e reestruturam as transações inconscientes entre os seres humanos de maneiras novas e com freqüência desconhecidas”.

Que elementos de transformações seriam estes? De que contexto sócio cultural falamos?

Destacando-se seus aspectos mais preocupantes,conforme o vértice psicanalítico,falamos de uma sociedade caracterizada pelo domínio da imagem, sem reflexão do pensar, da onipotência do

virtual, da velocidade inominável do desenvolvimento tecnológico, da massificação da informação pela globalização informatizada, mudando ou destruindo nossos referenciais, quebrando nossas representações, embora, quem sabe, até excessivamente sedimentadas. De qualquer forma resulta no predomínio do princípio do prazer sobre o de realidade, na busca da completude narcísica, na intolerância à frustração e à dor psíquica e na dificuldade de acessar o universo simbólico. Tempos de fluidez e indefinição.

A globalização ao oferecer um mundo sem barreiras, favorece a negação de limites e implica, na verdade, numa negação da subjetividade, acarretando por consequência a alienação em sentido subjetivo e social, pondo em crise os ideais sociais e individuais e gerando violência e desamparo.

De forma que, à diferença dos anos de ouro do racionalismo que brindavam à euforia de imaginar um futuro governado pela razão e pelo conhecimento, de sonhos utópicos de certeza e transparência passamos para um estado de ambigüidade e incertezas, para a fragmentação psicológica e para o relativismo, no lugar de verdades absolutas.

Ficam para trás os grandes tratados de Filosofia e as ciências tradicionais e a ênfase não está posta mais nas formas de pensamento que promovem a universidade e a uniformidade, mas sim na ênfase do individual, do diferente, do personalizado.

Como se compatibiliza então, esta mudança de paradigmas com a experiência compartilhada que é a vida em família, organizada segundo os ideais da modernidade, de disciplina e autoridade, na qual predomina a endogamia e se advém à subjetividade com dogmas inquestionáveis e ideais absolutos?

A forma da família se amolda às condições de vida que são dominantes em um lugar e tempo dados. No contexto sócio cultural atual, sabemos que, a família tradicional está mudando suas pautas, sua configuração e funcionamento, em função dos novos significantes sociais com a mesma velocidade que caracteriza as mudanças vertiginosas que se sucedem em outras áreas da vida.

Saindo da organização familiar patriarcal com sua rigidez, tirania e distância afetiva para modelos mais democráticos, em tese mais flexíveis por um lado, mas também incertos, encontra-se hoje a família num contexto sem regras estáveis, nos quais os direitos e deveres de cada membro estão confusos ou labilmente estabelecidos, papéis maternos, paternos e funções identificatórias esmaecidos, com limites e liberdade exercidos frequentemente sem critérios, afetada pela mudança nas relações entre os sexos e gerações, na sexualidade e no exercício do poder e tendo que absorver as vicissitudes criadas pela sociedade pós-moderna.

As separações e divórcios e a formação de famílias “reconstituídas” com filhos de casamentos anteriores e também próprios, a convivência previa como alternativa à união legal, o

aumento do número de mulheres como o principal sustento econômico, a liberdade sexual em ambos os membros do casal, modificou o modelo de família nuclear tradicional.

Mas talvez a mudança mais enfática tenha sido o da valorização do presente e do futuro, em detrimento do passado. Há a desvalorização dos mais velhos e idealização da juventude, do que está por vir, incessantemente. Há inversão de papéis familiares, pais tendo os filhos como modelos e não o contrário, criando relações fraternas, solapando a função paterna, o que dificulta a construção da subjetividade.

Também o papel das famílias de origem fica enfraquecido, assim como a transmissão intergeracional de significados. Será que poderíamos falar em ruptura, em maior ou menor intensidade, com a cadeia geracional, com nossa herança?

Na atual aceleração tecnológica cada hoje rapidamente se tornando ontem com conotação de ultrapassado, dispensável e rejeitado. Como o ser humano construirá sua história?

Verificamos que o conjunto de todos estes elementos, ocorrendo nos dias de hoje, traduzem-se por outro lado, no que poderíamos chamar, de um mal estar social, agora expresso como um frequente e persistente sentimento de vazio, de falta de sentido pela vida, acarretando dificuldades significativas para que o homem contemporâneo se construa como sujeito. Também se impõe a indagação, se por sua vez, como corolário, a família não se encontraria debilitada em seu papel essencial quanto à constituição dessa subjetividade. Com sua função, não somente de preservação, mas principalmente, de transformação precisando ser recontextualizada?

São muitos os desafios à família atualmente.

Lembramos que Freud em *Introdução ao Narcisismo*, menciona que o ideal do Ego tem, além da sua parte individual, sua parte social. É também o ideal comum de uma família, de uma classe, de uma nação.

Piera Aulagnier postula que o indivíduo é a si mesmo seu próprio fim e ao mesmo tempo membro de uma cadeia à qual deve sujeitar-se e acrescenta “os pais constituem ao filho como portador de seus sonhos, de seus desejos não realizados e o narcisismo daquele se inscreve sobre o dos pais”. O ideal do Ego é uma formação comum à psique singular e aos conjuntos sociais.

Quais são os ideais comuns dos filhos, dos pais e da sociedade atual? Acontecida a mudança profunda no imaginário social coletivo será que perderam validade então, todos os velhos modelos?

Chegamos ao mesmo ponto, ou seja, o que herdamos da geração passada o que significa hoje? E qual será nosso legado para a geração seguinte enquanto fator essencial da construção da subjetividade, já herdeira de um mundo muito diferente dos nossos pais e nosso? Ou, o que seria útil que refletíssemos em relação à transgeracionalidade, uma vez que é fator primordial de construção e inserção do sujeito no seu tempo e história.

Ou então pensemos na questão da individuação. Atualmente podemos pensar que o sujeito se individualiza ? ou é o mercado que diz como se individualizar? E justamente agora, quando mais precisamos , quando é mais urgente ter um pensamento sobre a individuação, esta parece estar em xeque. Está revogada porque todo o sistema econômico, industrial tecnológico se volta para a produção de um individuo no qual a escolha é aquela que o mercado diz que deve ser.

Rouanet, com certa ironia, reconhece um clima de liberdade nos dias de hoje. Para ele a violência sobre o pensamento não se manifesta mais como proibição ao pensar, e sim, como liberdade de pensar, o que nas condições atuais de condicionamento invisível significa liberdade de pensar, o que todos pensam.

Charles Melman feroz observador da realidade contemporânea menciona que pela primeira vez na historia a família esta desaparecendo, com a demolição da autoridade paterna. Que os jovens de hoje padecem não por reprimirem seus desejos, mas por não tê-los. Que hoje o sexo acessível, mas ocasional, sem compromisso, proporciona prazer rápido, são vividos, mas não organizam a existência, nem o futuro. E finalmente, que vivem coerentemente com o momento, uma vida virtual, um “como se”, sem compromisso e sem engajamento... “porque realidade demanda identidade, objetivo, perspectiva”.

São todos estes fatores mencionados que pelo ângulo psicanalítico, de um modo geral, tem atingido e perturbado a família contemporânea e a função parental,por conseqüência, e abala a sua possibilidade de subjetivação de sua prole e de sua inserção na cadeia transgeracional a que pertence, porque também se sentem estes pais removidos de seu lócus e status familiar recebido como herança de seus pais, mesmo supondo na melhor das hipóteses, ter havido elaboração e introjeção transformadora da mesma.

Penso que se instaura neste ponto, questões fundamentais para a nossa reflexão, porque reflete justamente uma condensação de fatores angustiantes, cuja face exacerbada da patologia, acolhemos em nossos consultórios expressos pelos distúrbios alimentares, anorexia, bulimia, pânico, borderlines, psicossomáticos.

Neste momento, portanto, vivendo esta formidável e aterradora revolução de costumes e valores, e de avanços e aquisições tecnológicas inimagináveis, o ser humano encontra-se atropelado, ameaçado e inundado por este “fluxo de novidades e mudanças”,

E é tal o impacto, que na falta de condições emocionais como vimos para pensar, elaborar e integrar suas experiências de vida, com freqüência o individuo elege mecanismos primitivos mágicos, de onipotência, cisão e negação expressos pela passagem ao ato para lidar tanto com seus vínculos com o outro como com a realidade externa, e ter a ilusão que a compreende, domina e até tira proveito dela (se beneficia).

A violência no meio social de um modo geral e no seio familiar, de modo particular, é a mais evidente manifestação resultante do conjunto de elementos descritos até agora.

Para abordá-la utilizando o referencial psicanalítico, aproximamos a violência à marginalidade, no sentido de ficar à margem, marginalidade que se dá (é vivida) na não participação. Participação esta a que nos referimos como sendo um modo de estar em um sistema (familiar, social), é estar relacionado, é existir para o outro, é ter voz e ser falado (referido), olhado, escutado...

E acreditamos que este modo de “estar em relação” é um aprendizado que para instalar-se requer acontecer na experiência emocional significativa com outro ser humano. A presença do outro que o reconheça como existindo é indispensável desde o início.

A violência familiar e social em suas manifestações iniciais temos que buscá-la na insegurança e desamparo que se instalam naqueles que vivem a incoerência de “pertencerem” no formal e não” existir” no real..” Não há violência maior que passar pelo mundo como um fantasma, disse M.Buber, aquele que não existe para o outro significativo está muito propenso à resposta violenta manifesta frente à violência encoberta da invisibilidade ou do exercício do poder e do domínio cruel, fator de aniquilamento do outro.

Esta experiência tem suas raízes nas primeiras relações afetivas familiares, como mencionamos, fonte da humanização do ser humano, mas que também são imprescindíveis no decorrer de toda a vida do indivíduo.

Nestas famílias, como disse, há uma impossibilidade de pensar. Os significados são mistificados, ou seja tendem a confundir, ofuscar, ocultar, impedindo a apreensão mais verdadeira da experiência emocional em curso

São famílias que, por carência de recursos egoicos de seus membros, não podem cumprir as funções introjetivas descritas por Meltzer e M.Harris, de uma figura estruturante, necessárias para um adequado desenvolvimento familiar. Que conforme a visão psicanalítica seria responsável pelo desenvolvimento do ser humano até possibilitar sua independência e autonomia, constituindo-o um ser criativo, livre, ético e responsável por si.

Poderíamos dizer que a violência é gerada pela existência de um outro diferente: surge, portanto no contexto da intersusjetividade. Se trata de eliminar o outro por ser fonte de sofrimentos (pela intolerável ferida narcísica) mas ao mesmo tempo, paradoxalmente, necessita deste outro como suporte e para poder exercer a violência.

Voltando a pensar na pergunta que ficou atrás, de fato, há fissuras e brechas nos velhos modelos sim, que revelam por um lado a necessidade de elaborar o luto por perdas irreversíveis, pertencentes a um “outro mundo” que passou. Mas por outro, revelam a carência geral dos dias de

hoje, nos quais o exagero, o excesso revela a falta. Carecem os pais, no momento, de elaboração suficiente para discriminar o que permanece útil, válido e necessário enquanto invariantes humanas atemporais necessárias para a instauração do psiquismo dos que seriam modos diversos, diferentes e até mesmo desconhecidos de construção da subjetividade e que podem caracterizar nossa época atual.

Não ha caminho de volta com relação ao conhecimento adquirido e não é o caso de recusarmos, como propõem alguns filósofos, essa gama de possibilidades abertas no mundo de hoje. Trata-se de pensar em como usá-las e como se processar isto tudo no universo simbólico, reconstruindo, recriando, resignificando cada experiência vivida, cada mudança, cada fato novo.

Portanto, embora resulte óbvio, é importante repetir que tais transformações não constituem obrigatoriamente patologias. São marcas iniludíveis da história da humanidade nas estruturas de funcionamento da vida humana.

Mas torna-se imprescindível, no entanto, termos um referencial que nos sustente na necessidade destas mudanças serem decodificadas, melhor compreendidas, elaboradas, para que adquiram significados e possam ser assimiladas e úteis para que as crianças, adolescentes e seus pais possam lidar com estas mesmas mudanças que os atropelam, afim de transforma-las a seu favor e para que possam integrá-las à sua individualidade.

Nesta sociedade atual, portanto, torna-se essencial ser compatível e eficiente em transformar-se, elaborando desafios em busca das melhores possibilidades.

E por este vértice pode-se pensar também a subjetividade, não somente construída na ocasião de certas condições familiares e sociais, mas concebê-la também como expressando um psiquismo operante, por toda a vida, sempre ao modo de configurações abertas e não em estado de fechamento ou de processo conclusivo.

A emergência do novo, do acaso passa a ser pensado como um conceito de evolução na direção de ganho de maior complexidade. Pode-se pensar o vazio também como possibilidade de abandonarmos uma posição outorgada pelas convicções e nos abirmos para possibilidades de um mundo infinito, cheio de questionamentos e interrogantes, que é o atual. Seja chamando de mundo de fluidez (Lewcovicz 2004) ou de modernidade líquida (como Bauman 2000) ou de areias movediças (Rujet 2002) Um mundo disperso, no qual talvez tenhamos perdido uma certa linearidade mas talvez possamos ganhar uma riqueza significativa.

Esta adaptação não passiva à realidade dá oportunidade ao ser humano de desenvolver um atributo, que não lhe é inato, para lidar com a adversidade Trata-se da capacidade de Resiliência. Capacidade esta de enfrentar, sobrepor-se ou sair fortalecido ou transformado por

experiências que lhe exigem trabalho mental para transformar-se e ao mundo que o rodeia. É uma postura interna do indivíduo que ao invés de “porque eu?” pergunta-se “para que eu?” o que leva à perspectiva de dar sentido ao fato. Os pilares da resiliência são boa auto-estima, tolerância ao diferente, capacidade de tolerar frustração mantendo a esperança e capacidade de aprender com a experiência. Mas para que estejam presentes esses elementos psíquicos torna-se necessário, justamente, que estejam presentes mesmo que minimamente as condições que citei anteriormente na construção da subjetividade.

Então chegamos novamente na mesma questão, talvez por caminhos diferentes. Para que o ser humano tenha condição de desenvolver capacidade de resiliência ele tem que ter uma configuração emocional básica integrada, ou seja, ter podido receber em seus vínculos primários a continência e interdição que o descolarão do sistema narcísico, mas que também só serão possíveis se os pais tiverem se independizado de suas famílias de origem, reelaborando sua transgeracionalidade, sua tradição herdada, o que agrega ao sujeito uma dimensão de certeza e segurança na própria realização do seu destino pessoal, alicerçado por seu senso de pertinência.

Acreditamos que o novo poderá acontecer à medida que conseguirmos uma margem de tolerância para o não saber relativo e, a cada momento histórico, tolerância para a falta de respostas nítidas, para a busca de perguntas que, quem sabe, ainda não puderam ser formuladas.

Assim, o que dizer sobre a constituição do sujeito nos dias de hoje? Que fatores podem ser tomados, pertencentes ao meio que o rodeia, como benéficos ou maléficos para o seu desenvolvimento?

Estarão em vigor os elementos, do ponto de vista psicanalítico, considerados estruturantes do processo de subjetivação? Ou não? Transformam-se os elementos ou a maneira deles se apresentarem? Falamos de uma subjetividade diferente ou de modos distintos de subjetivação?

Estariam disponíveis na sociedade e na família atual, principalmente enquanto instauradora do psiquismo e capacidade de pensar do ser humano, condições facilitadoras ou obstaculizantes de sua função primordial?

Sabendo-a atualmente multifacetada, turbulenta e em transição, Sonis Russel fala de famílias “incertas”, devido ao debilitamento das normas codificadas. Isto caracteriza seu destino? Estará fadada a desaparecer? Convém lembrar que estar em crise pode apontar tanto para um movimento de extinção como de transformação.

Não sou otimista, nem pessimista. Ao longo dos anos o ser humano tem passado por transformações impressionantes! Pode ser que o mundo sofra mudanças que destruam tudo o que apreciamos ou valorizamos, mas quem sabe também possa haver uma mutação para melhor. Não sabemos... não sabemos.... isso é tudo o que sabemos.

Mas se impõe uma necessidade de refletimos a respeito, sem saturar a elaboração, deixando-a em aberto...É o que a Psicanálise dos Vínculos de Família se propõe a fazer! Sem idealizar o passado,tampouco querer predizer o futuro,nos cabe acompanhar o presente para favorecer a elaboração dos recursos familiares no sentido de dar conta de um mundo que transcende ,com frequência,em rapidez e intensidade, a capacidade emocional do individuo de dar-lhe sentido e oferecer continência às dores psíquicas advindas deste processo.

Afinal, como nos diz Humberto Ecco:

“A verdadeira felicidade é a inquietude.É sair à caça, não matar o pássaro”.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM CORPORAL NA INFÂNCIA

Sônia Novaes de Rezende

Psicanalista, Profa. Unicamp e Univers. de Quebec

O texto que se segue é um resumo das principais idéias que desenvolvemos no XII Simpósio de Imagem Corporal na Infância.

Shakespeare nos lembra que somos feitos da mesma substância de que são feitos nossos sonhos. Não somos apenas células, ossos, músculos, nervos e sangue. Nosso corpo é feito com os amores e desamores que nele se inscreveram e daquilo com que o amor o recobriu e nomeou.

O conceito de imagem corporal é aplicado a uma extensa série de dimensões humanas ,normais e patológicas e as referências à imagem corporal são freqüentes na literatura médica, psicológica e psicanalítica. Vamos nos ater hoje apenas em alguns aspectos da construção da imagem corporal na criança, dentro do vértice psicanalítico.

Nos primórdios o *bebê* depende da decodificação verbal e afetiva da mãe. Sem alguém que possa cuidar dele e interpretar suas necessidades o bebê não saberá quem ele é. A forma como a mãe cuida e decodifica as mensagens do bebê constitui uma espécie de ponte entre a criança e o mundo; ocupa, num primeiro momento o lugar que o eu da criança irá ocupar mais tarde. É a mãe quem vai, por meio da decodificação do prazer e da dor no corpo do bebê e dos cuidados para com ele, apresentar o eu do bebê a ele mesmo.

O modo pelo qual a criança inicialmente exercita sua capacidade de pensar está ligado primordialmente ao seu corpo e aos cuidados que o acompanham realizados por seus cuidadores mais próximos, particularmente seus pais.

Melanie Klein, Donald Winnicott e Esther Bick realizaram importantes trabalhos de observação psicanalítica da relação pai-mãe-bebê na família que em breves palavras vamos apresentar:

Em seus estudos e experiências com análise de crianças pequenas Klein reflete sobre os aspectos mais primitivos e arcaicos o bebê recém-nascido: estes tem uma percepção das partes de

seu corpo desintegradas sentindo-se incapazes de distinguir entre o si mesmo e o outro. Para Bick a presença da mãe, seus braços, seu cheiro, sua voz, seus seios, a dureza ou a maciez do seu corpo, etc, funcionam como um primeiro objeto integrador, criando uma pele psíquica capaz de albergar representações, sentimentos e emoções. Retoma a noção de função continenteócontido descrita em 1962 por Wilfred Bion.

Já Didier Anzieu (1985) em estudos clínicos sobre o eu-pele: designa "uma figuração da qual se serve o eu da criança, no curso das fases precoces do seu desenvolvimento, para representar-se a si mesmo como um eu próprio que contém os conteúdos psíquicos a partir de sua experiência da superfície do corpo" ("Le Moi Peau"p 39).

Wilfred Bion traz uma contribuição que acrescenta elementos valiosos para se pensar o clima em que pode ser construída a imagem corporal no bebê. A *reverie* materna é um estado próximo à memória-sonho, à empatia e à capacidade de simbolizar e ressignificar permite que a mãe perceba e internalize as necessidades e angústias que a criança está experimentando. Por não ser capaz de tolerá-las ou de representá-las o bebê as projeta na mente da mãe. Sua ressonância e sintonia para com seu filho permite pensar o que ainda é impensável para ele, ressignificando psicologicamente o que no bebê estava na condição de impulsos corporais fragmentados: ao nomeá-los, dá-lhes forma e sentido.

Somente em torno dos seis meses é que a percepção visual do bebê adquire uma maturação suficiente para permitir o reconhecimento significativo de uma forma humana. Fusionando-se com os dados proprioceptivos fragmentados, as informações sensoriais virão se inscrever, ligadas ao corpo do outro; imediatamente esta imagem do outro ficará unida sob a forma de representação inconsciente ou Imago, através da proprioceptividade que lhe estava ligada.

Para Donald Winnicott o ambiente facilitador é sinônimo de mãe devotada comum, de mãe suficientemente boa. O desenvolvimento emocional primitivo é descrito em termos de uma jornada que vai da dependência absoluta a uma dependência relativa até chegar a uma autonomia relativa.

A preocupação materna primária: é um estado especial do funcionamento psico-afetivo da mãe que faz com que ela seja capaz de desenvolver uma sintonia fina com o seu bebê compreendendo-o por meio de uma surpreendente capacidade de identificação e constituindo com ele uma unidade. Se nessa fase a mãe não é capaz de conectar-se empaticamente com o seu bebê este experimenta um estado de desamparo e não integração tornando-se apenas um corpo dissociado e uma mente fragmentada, vazada, cheia de buracos.

“Sem ser alguém para a mãe o bebê jamais poderá ser alguém para si mesmo”.
(Winnicott,D, *O Brincar e a Realidade*).

A confiança de base que o bebê adquire advém de ter internamente a mesma coisa (continuidade) para construir o primeiro núcleo da imagem corporal e do si mesmo. O bebê é rítmico e sente-se seguro com a rotina. Se a mãe atender às solicitações do bebê antes mesmo que o desejo nasça, estará abortando a possibilidade do bebê criar um espaço de latência, de espera para seu desejo. Se demorar muito também podem ocorrer situações em que as angústias de aniquilamento (transformações das sensações de fome, sede, dor, etc.) podem invadir o bebê, promovendo estados de desamparo e desvalia que irrompem de modo traumático em seu corpo⇔mente. Esses estados trazem sentimentos de perda da continuidade da representação de si mesmo, sendo muitas vezes responsáveis pelo incremento dos mecanismos de cisão, tão danosos na constituição do sujeito humano.

A mãe suficientemente boa, pode identificar-se com as necessidades de seu bebê desenvolvendo uma área de comunicação sômato- psíquica entre ambos. No início, esta comunicação se dá no registro de sensações corporais e não de representações.

Handling (suporte), *Handling* (manuseio) e *Apresentação de Objetos* que a mãe oferece a seu filho, possibilitando condições favoráveis ao atendimento de suas necessidades básicas.

“O que o bebê vê no rosto de sua mãe?” (Winnicott,D). *O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento da criança*”(1967).

O que ele vê é ele mesmo, pois a mente do bebê, nestes primórdios da vida é auto-referente, sem distinção do eu e do outro.

Winnicott dá o exemplo do grande pintor irlandês do século XX, Francis Bacon.

"Os rostos disformes e corpos retorcidos de Bacon estão distantes da percepção real do pintor. Parecem, dolorosamente estar buscando um olhar vivo que vá para além da matéria(...)O mundo de nossa percepção é letra morta se ele não é animado por um olhar amoroso” nos diz Winnicott.

No processo que vai de dependência absoluta a uma autonomia relativa, a primeira tarefa da mãe é permitir o acesso do bebê à ilusão de que o mundo é uma criação sua. É imensa a importância da apresentação do mundo que a mãe faz à criança, proporcionando ao bebê a oportunidade para a ilusão de que o seio dela faz parte dele bebê.

Até que o bebê forme uma membrana divisória entre o eu e o não eu muitos fenômenos se passam. Perturbações nesta travessia produzem a sensação de falta de fronteiras no corpo, ameaçando o bebê de:

- Des integração

- Despersonalização
- Vertigem
- De cair sempre num buraco sem fim
- De vazio
- De estar internamente esburacado
- De falta de fronteiras no corpo
- De falta de coesão psíquica e corporal
- Encontramos:
- nos estados fronteiriços (*borderline*),
- nos estados autísticos,
- nos distúrbios sômato-psíquicos,
- os transtornos alimentares , como a anorexia e a bulimia, nas adições como a
- toxicomania,
- e e demais patologias do vazio.
- Winnicott nomeia estes estados: AGONIAS IMPENSÁVEIS, por ainda não existir na criança uma imagem corporal integrada e um eu suficiente para pensá-las.

Winnicott chama de espaço potencial às possibilidades psíquicas que o bebê possui de tolerar a ausência da mãe e encontrar algo da realidade pelo uso da capacidade imaginativa. Esta sustentação materna (holding) permite o sentimento de continuidade do ser indispensável para uma imagem corporal integrada.

O objeto transicional possui uma importante função na construção da imagem corporal na criança Este objeto (pode ser uma fralda, um cobertor, um ursinho de pelúcia, etc.) pois este objeto transita ao mesmo tempo entre:

- O corpo próprio ⇔ o corpo do outro
- O eu ⇔ outro
- O dentro ⇔ fora // A realidade ⇔ fantasia.
- Fazendo uso desses objetos o bebê vai gradualmente
- reconhecendo o outro como separado de si,
- reconhece o mundo como parte de si mesmo e ao mesmo tempo independente de suas fantasias.

A imagem do corpo é própria de cada um, ela está ligada ao sujeito e à sua história além de um importante fator para podermos entrar em comunicação com o outro.

Julia Kristeva traz uma contribuição muito valiosa valendo-se do conceito filosófico "KHÔRA" para designar designa uma situação que deixa marcas no psiquismo humano. No *"Timeu"* de Platão. *Khôra* é tudo aquilo que inscreve uma marca no inconsciente do bebê, vindo a constituir suas primeiras impressões mnêmicas de seu corpo. *Khôra* é uma espécie de porta marcas, em francês "*porte-empreinte*" metáfora da arte de gravar. Assim *Khôra* é uma marca em alto ou baixo relevo deixada por um corpo que se imprime em um outro corpo. A *khôra* é uma matriz e está no pólo anacrônico mais arcaico e primitivo do ser. A *khôra* é uma espécie de sítio, de lugar sômato psíquico, (Pierre Fèdida) onde vivemos nossas primeiras experiências de contato com a mãe. Estas imagens ficarão registradas enquanto experiências corporais no inconsciente do indivíduo; passarão a constituir a matéria prima básica que futuramente será o eu próprio que habitará um corpo próprio em sua singularidade.

A *khôra* figura o lugar de inscrição de tudo aquilo que no mundo psíquico fica marcado.

VIOLÊNCIA: ATO DESTRUTIVO, AÇÃO SIMBÓLICA

Eva Maria Migliavacca

Professora Titular no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de participar deste Simpósio. Estou muito contente e honrada por estar aqui. Obrigada em especial à Deise Basso pela gentileza e consideração em me convidar.

Propus abordar este tema, violência, por alguns motivos. É um tema que refere-se a uma característica humana presente ao longo da história da espécie. Não temos controle e nem previsão suficiente para interferir em suas manifestações tanto quanto seria, talvez, desejável. É das relações sociais, mas também fortemente atuante nos indivíduos. É de nossa convivência diária, com efeitos que nem sempre conseguimos avaliar com precisão. Fomos dotados pela natureza de determinadas características e a capacidade de agir violentamente é uma delas. Todos a temos e não sabemos com absoluta segurança aonde podemos chegar. Felizmente, temos outras características também, que possibilitam que a espécie sobreviva.

Não é, portanto, um tema circunscrito ao campo das patologias atuais, que é a proposta do simpósio; nem mesmo pode ser considerado uma afecção patológica, mas desconfio que seja um componente básico das patologias e, em sendo assim, merece reflexão – ainda que não só por esse motivo.

A palavra violência poderia e talvez devesse ser substituída por outra mais apropriada. Ela pode ser usada em inúmeras direções e para indicar uma infinidade de comportamentos ou mesmo de posições filosóficas. De fato, há inúmeras possibilidades de expressão para o que denominamos violência. Violência doméstica, social, econômica, sexual, da pobreza, do abandono, guerra, fome, violência gratuita, intencional, passional, inadvertida, reativa, a lista é interminável. Espero que, ao longo dessa apresentação o tema venha a ficar delimitado em um campo suficientemente organizado.

Em um de seus primeiros textos e às voltas com a expressão clara de seu pensamento, Freud (1893, p. 44) empresta a observação de um escritor que disse que o homem civilizou-se na primeira vez em que “lançou um insulto a um inimigo ao invés de lançar uma flecha”. Em sendo assim, desde então, o homem civilizado vive um processo ininterrupto de perda e reconquista daquele instante iluminado e fugidio. A substituição de um ato destrutivo por uma ação simbólica, que a representa, liberta o homem do determinismo exclusivo da natureza, e evidencia o nascer e possibilita o desenvolver da vida psíquica. No entanto, o ponto de chegada é novo ponto de partida, em um caminhar que reinicia a cada vez que nasce uma criança, sem nunca chegar ao fim. Constitui-se assim uma dinâmica contínua e incessante, ainda que não linear, na qual revela-se o engenho humano em construir e expressar a experiência do viver em suas inúmeras facetas.

Quando observamos as convulsões intermináveis do mundo em que vivemos, percebemos também nossa impotência diante delas. Tenho lido um livro sobre o pós-guerra escrito pelo historiador inglês Tony Judt, recentemente falecido. Ele fez imensa pesquisa, o livro é de 2007, publicado no Brasil em 2008, e tem mais de 800 páginas. Os acontecimentos que afetam e modificam a ordem mundial, são extremamente complexos, ultra sobredeterminados e sucedem-se em ritmos incontroláveis como as águas de um rio caudaloso. Sou como a grande maioria das pessoas, fico sabendo das notícias, impressiono-me e sofro com elas, mas continuo tocando a vida. Não se trata de frieza, mas de senso de realidade, percepção de limites. Se eu tivesse a estatura de um herói ou mesmo talento poético, provavelmente faria diferente, mas sou uma pessoa comum. É fato, porém, que percebe

-r o desamparo, nossa pouca influência sobre os eventos próximos ou distantes, a vulnerabilidade, os ataques a que estamos sujeitos, perceber-nos integrantes de uma espécie dotada de elevada capacidade para a violência e do pouco que podemos fazer a respeito, provoca muito desconforto. Além disso, à medida que a consciência se amplia, passamos do desconforto para incômodo, medo, ódio, dor.

Seria esse um sofrimento contemporâneo? Ou atemporal? Não seria, aliás, todo sofrimento atemporal, apenas com novas roupagens?

Sofremos com a própria percepção daquilo que nós, como seres humanos, somos capazes de fazer conosco mesmos e com o outro, nosso semelhante. Mesmo que não o façamos individualmente, conhecemos nossa natureza, e nosso semelhante nos lembra dela a todo instante; que seja a cada notícia de jornal.

Sofremos mais quando percebemos, ainda que à força, nosso precário preparo metodológico ou mesmo pessoal, sejamos honestos, para lidar com a mente de uma pessoa, por exemplo, como a daquele rapaz que matou os estudantes da escola Realengo no Rio de Janeiro. Não sei se um dia teremos. Pouco, pouquíssimo sabemos a respeito do abismo que é a mente humana. Lidamos com o desconhecido e com nossa ignorância a todo instante.

Somos seres dotados de capacidades que nem sempre apreciamos. Em geral, evitamos reconhecer que temos um considerável potencial de violência e que, inevitavelmente, ele ocupa espaço dentro de nós. Nesse sentido, convivemos com a dor decorrente da percepção, da ampliação de consciência e da integração da nossa realidade humana em nosso campo existencial.

O que fazemos diante dessa constatação? Como usamos o que aprendemos? No que transformamos a experiência de contato direto ou indireto com a realidade da nossa condição humana? Às vezes, conseguimos usá-la como estímulo para reflexões – e isso não é pouco.

Às vezes, o conhecimento do passado muda o modo de ver o presente, e essa mudança projeta-se para o futuro. Nossa atitude em relação a nosso passado é vislumbrada na atitude mental em relação a nosso presente. Esse, aliás, é um ponto central na prática clínica psicanalítica. O analista não analisa propriamente o passado, o qual serve para esclarecer a vida presente e dar-lhe um novo sentido e maior compreensão; não se escapa de seus efeitos e eles constituem parte importante do funcionamento mental, mas, em si mesmo, o passado é inapreensível. A mudança acontece pela ampliação da consciência e elaboração no presente dos significados das experiências passadas.

Talentos especiais, como na arte, possibilitam realizações que adquirem um valor social que ultrapassa limites temporais e geográficos. Realizações com as quais nos identificamos, às quais preservamos e apreciamos por aquilo que contêm de verdadeiro quanto à captação e composição, no plano sensorial, da realidade não-sensorial e da vida em sua variedade infinita, fruto e alimento da vida psíquica. A par daquela parcela conhecida como talento, somado às competências técnicas, o

processo interno que faz nascer o artista em um indivíduo constitui-se ainda um mistério a ser esclarecido – se é que um dia o será. Aparentemente consiste de um processo relacionado com liberdade interior.

A grande maioria de nós não é dotada de talento artístico – o que não constitui defeito. Obras de arte podem inspirar a lida das pequenas coisas do cotidiano, nossas relações pessoais, conflitos diários, nossos dramas particulares, exigências e necessidades, tudo aquilo que nos move na vida e que exige de nós alguma manifestação. Viver o dia-a-dia com algum conforto interno em si mesmo já é uma arte, é um saber fazer que requer capacidade de continência, pensamento, amor à vida e... técnica. Ou seja, contradições e incongruências coexistem no espírito de cada indivíduo. Conseguir separar-se intimamente desses aspectos e fazer uma reflexão e expressá-los de algum modo requer desenvolvimento de recursos internos. A qualidade de nossa resposta depende das condições internas que desenvolvemos ao longo da experiência.

Uma das funções da arte consiste em preservar a memória da passagem dos homens pela vida. Memória concreta, memória de eventos, da existência de indivíduos com talento artístico; sim, mas acima de tudo, memória de uma experiência emocional, intelectual e estética vivida pelo artista, que podemos supor sem nunca alcançar integralmente. Amamos e valorizamos as obras de arte por vários motivos; dentre eles, porque nelas vislumbramos uma parcela de nós mesmos para a qual possivelmente não encontramos ainda expressão.

É na clínica que podemos nos debruçar, mais proximamente do que nunca, sobre as vicissitudes da nossa condição. Usar obras de arte e eventualmente, aspectos da vida do artista, ajuda-nos a ilustrar a natureza humana ao mesmo tempo em que protegemos os pacientes que atendemos na clínica. Ainda que correndo o risco de ficar em um plano genérico, espero, pelo menos, inspirar alguma inquietação e reflexão para fazer em casa.

Pouco sabemos e muito especulamos sobre o valor do que hoje são vestígios de tempos remotíssimos, para homens que desapareceram há muito tempo. As representações em cerâmica, em pedras tumulares ou, antes ainda, as imagens em cavernas que remontam à pré-história, constituem registros da passagem de um homem que viveu uma experiência que o levou a traçar linhas e curvas com as quais representou suas impressões da realidade. Desconhecemos aquela experiência, apenas podemos supô-la, ou dela nos aproximarmos, por identificação. Isso serve tanto para a vida individual quanto grupal.

Experiências mais recentes e preservadas pela História talvez sejam mais acessíveis, uma vez que podemos identificar um rosto, um corpo, um contexto, um tempo e um lugar onde viveu o artista.

O pintor Francisco Goya y Lucientes viveu tempos turbulentos, sob a invasão napoleônica na Espanha do século XVIII, uma das guerras mais sangrentas que já aconteceram. Em recente biografia do pintor, farta de informações, o crítico de arte Hughes (2007) traça um panorama das convulsões políticas e sociais pelas quais passou a Espanha do século XVIII ao XIX, percorrendo as contradições do governo dos Bourbons em seus aspectos benéficos e perniciosos para as pessoas e o país. Ele desenrola sob nossos olhos as vidas de homens e mulheres usando e sendo usados por circunstâncias sempre mutáveis e incertas, soprando e sendo soprados pelos ventos das influências e do poder. Hughes destaca os horrores decorrentes das Guerras Napoleônicas e da Inquisição, com seus nefastos efeitos sobre a vida na Espanha, impondo um fardo de violência, mortes, doenças, abandono, dor e medo. Outros tempos, nossos tempos.

Goya acompanha de perto e sofre diretamente o impacto daquelas convulsões. Ele viveu 82 anos, uma façanha e tanto em sua época, pois a expectativa de vida pouco ultrapassava os 50 anos mesmo entre os ricos, e dificilmente os 35 para os trabalhadores! Ter vivido tanto, aliás, elimina a hipótese de que a surdez absoluta, que o acometeu aos 40 anos, tenha sido decorrente de sífilis, pois ele não apresentou sintomas colaterais ao longo da vida.

Um dos testemunhos, se é que podemos arriscar essa palavra, dos recortes de percepção de Goya são as *Pinturas Negras*. Assim como a série de gravuras *Desastres da guerra*, as *Pinturas Negras* foram mantidas por Goya longe do público; ele as fez para si. Pintadas nas paredes de sua casa, são enigmáticas como conjunto, quem sabe tivessem significados subjetivos impublicáveis, quem sabe fossem tentativas de solucionar problemas pictóricos (um dos pontos altos de angústia de todo pintor, segundo Baxandal, 2000), ou ainda retratos de pesadelos de Goya, dentre tantas possibilidades. Como todo enigma, a resposta tem variantes, mesmo que todas convirjam para o mesmo ponto.

Goya observa e vê as atrocidades da guerra. O que ele vê tem um efeito em seu espírito: expressa o que vê, assim como o efeito que sofre, pela pintura. Extremamente notável, para mim, é o *Duelo con garrotazos*, dois homens gigantescos em luta com bastões.



Goya, Duelo con garrotazos, 1820-24

O quadro põe em evidência a força, a violência, o impulso dos contendores. Pode-se prever um resultado sangrento. O rosto de um deles já está ensangüentado. Um dos aspectos mais impressionantes e significativos é o fato de que os lutadores não têm pernas, só coxas e joelhos. Em geral interpreta-se como os lutadores afundando-se na lama e que seu destino será o de serem engolidos por ela, numa alusão à violência aterrorizante que Goya presenciava na Espanha do vingativo e irrefreável Felipe VII. Essa interpretação faz sentido, mas podem-se fazer outras sugestões. Prefiro dizer que os contendores estão nascendo da terra, brotando, saindo para o mundo da superfície, como uma alusão à violência sem controle das forças impulsivas e destrutivas. A terra, mãe nutriz, também gera o monstruoso e violento. Na mitologia grega, todo ser ctônico é híbrido e dotado de violência. É da terra, simbólica fonte de vida e crescimento, que nascem também forças brutas e incontroláveis. Forças às quais o homem está submetido, as mais desconhecidas e temíveis. Forças que levam o homem a destruir a si mesmo e a seus semelhantes.

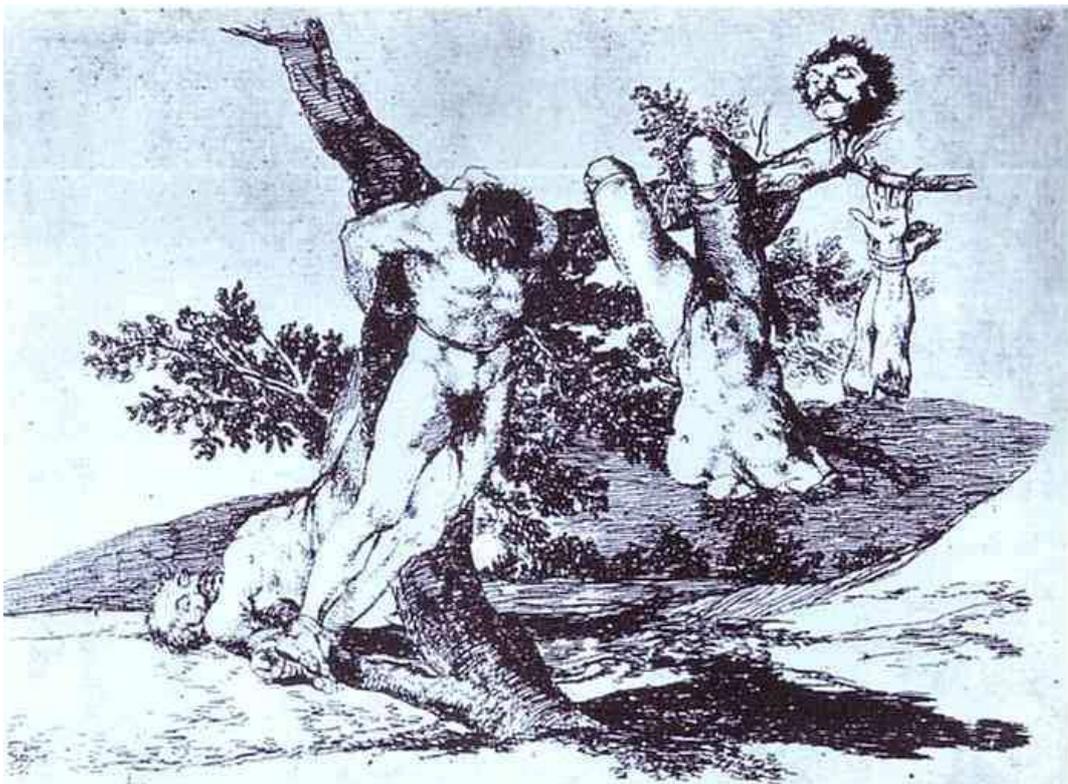
O artista expressa de modo peculiar aspectos da realidade, como ele os capta. Seja o movimento do mundo em que vive, seja sua vivência íntima, ou ainda o fruto do confronto entre o fato e o significado que ele atribui ao fato, o resultado do ato artístico torna-se a memória de sua época, de sua pessoa, de sua existência e experiência individual. Valorizado ou não, aceito ou não pela sociedade sua contemporânea, sempre é memória. Muitas vezes só adquire o *status* de obra artística bem depois de sua morte.

Na pintura, por exemplo, todo quadro é também auto-retrato do pintor; cada pincelada expõe uma parte de sua alma, de seu ser, ou antes, das transformações que ele fez das impressões da realidade que o cerca somadas à vida imaginativa que o habita. Se ele retrata, consciente ou

intuitivamente, como capta e vive os acontecimentos de seu tempo, sua obra torna-se um legado, ainda que ele não tenha assumido essa responsabilidade.

Goya faz uma obra que revela sua experiência particular, subjetiva, única – mas também comum a todo homem. Somos feras e de algum modo a violência que nos habita há de se expressar – nem sempre ao modo de Goya. Nesse sentido, sua pintura é memória de uma experiência passada que tem ligações com nosso presente, tanto pelo que temos de comum como indivíduos de mesma espécie, quanto no plano social.

Mais ainda ele o expressou no pungente conjunto de gravuras “Desastres da guerra”, gravuras que retratam a dor e o horror dos extremos que o homem é capaz de infligir ao homem. São gravuras que podemos afirmar com segurança não terem nascido da imaginação do pintor, mas sim da experiência real. Desse conjunto de dezenas de gravuras, selecionei uma que reverbera em outras mais recentes.



Goya – Desastres da guerra, 1810-1815

Selecionei essa gravura, admito que bem forte, porque quando estava preparando esta apresentação, fui surpreendida com algumas coincidências de imagens de épocas diferentes, como pretendo mostrar a seguir.

O pintor alemão Otto Dix, já na primeira metade do século XX, lutou na chamada Grande Guerra, a primeira, e fez também uma seqüência de gravuras motivadas por sua passagem pelas trincheiras. Ecoando os “Desastres da guerra”, Dix registrou a bico de pena cenas de cortar o coração como ele as viu e viveu nas trincheiras. São extremamente impressionantes. No entanto, vou mostrar um detalhe de um tríptico a óleo.



Dix – War Triptych, 1929-32 (Detalhe)

Dix, assim como seus companheiros pintores, tornou-se um ferrenho crítico da violência da guerra, das formas de autoridade, religiosa, militar ou educacional, e de políticas oportunistas. Fez parte do movimento dadaísta, cujos artistas evidenciaram na arte as agruras daquele tempo. Pinturas como essas, portanto, não são apenas retrato da experiência do pintor – ainda que isso seja inegável. Elas são também a memória de uma época e de uma experiência comum ao grupo – como de resto o é a arte em geral.

Em tempo ainda mais próximo, mais recente, Sebastião Salgado, fotógrafo brasileiro conhecido internacionalmente, registrou o medonho conflito Tutsis-Hutus em Ruanda. Excelentes

como fotografias e terríveis em seu retrato inequívoco do corpo humano destroçado, quando a vida do espírito se apaga, são cenas que fazem com que deixemos de ter qualquer dúvida quanto às pinturas de Goya e Dix serem reais – se é que as tínhamos.



Salgado – Ruanda, 1994

São três imagens feitas em épocas distintas e retratando conflitos diferentes, que preservam aspectos comuns. São imagens que comovem, despertam angústia e estimulam reflexões. Algumas, dentre muitas.

A presença humana no mundo é, por experiência e por definição, contraditória. O homem constrói e destrói, arrasa e realiza. O homem e o mundo vivem mergulhados em guerras e violência desde sempre. Na mesma cidade de Atenas em que algumas das mais notáveis realizações humanas desabrocharam, lançando um facho criativo imperecível do qual somos beneficiários, ao mesmo tempo germinou uma guerra devastadora. Aqueles gregos no século V, que despertam tanta admiração, não conseguiram ficar sequer 10 anos seguidos sem guerra. O século do auge da cultura, o século do esplendor da Grécia antiga, também foi regado com sangue, mortes e perdas, evidenciando o que já foi chamado de "um insensato impulso de autodestruição" (Colli, 1988, p. 21). Ficamos pensativos diante de fatos como esse. Silenciamos e refletimos a respeito da curiosa espécie à qual pertencemos. Capazes de cultivar árvores vigorosas que nascem e frutificam em

campos devastados. Ali onde uma civilização é criativa, também florescem as flores da morte. Ou invertendo a frase: onde florescem as flores da morte, também brota a criatividade humana.

Não podemos evitar admitir que somos filhos de Caim. Isso pode ser visto à luz de uma pintura como a de Georg Grosz, contemporâneo de Otto Dix.



Grosz – Caim ou Hitler no inferno, 1944.

Mas, pode ser visto também à luz de outro vértice, digamos, aquele que considera que nosso destino é seguir adiante, a meu ver bem representado por Fernand Cormon, outro pintor do século XIX.



Cormon – Caim, 1880

Talvez nosso sofrimento maior no que diz respeito à violência seja o de conviver com a percepção e preservar a consciência de que fazemos parte de uma espécie cheia de contradições. E que um elemento marcante em nossa natureza é justamente aquele capaz de devastações. No entanto, continuamos sobrevivendo. E realizando maravilhas.

Como espécie, estamos sempre caminhando, é inevitável, mesmo que não seja em linha reta – o que também é inevitável. E por esse contínuo caminhar, essencialmente contraditório, também somos capazes de realizações plenas de suma beleza e doçura – e essas também são incontáveis.

Como pode-se ver a seguir:



Andrea Del Sarto – Retrato de um jovem, 1517

Ou em Da Vinci, entre tantos outros:



Leonardo da Vinci – A Virgem das rochas (Detalhe)

O artista empresta seu talento em usar imagens ou palavras, como na poesia, para dar vida e representação a experiências humanas de amplo significado, de tal forma que homens de diferentes épocas e lugares encontram a si mesmo naquelas obras. Poucos somos artistas, como já disse, mas muito podemos usufruir daqueles que o são. O ato criativo realiza a passagem do latente para o manifesto, ou seja, do Caos para o Cosmo. O disforme passa a ter forma. E nela encontramos a nós mesmos.

No campo social como na vida individual, o problema assinalado por Freud em 1893 descobre a natureza humana e cobra do homem uma ação e uma expressão. O homem responde, como grupo ou como indivíduo. A resposta pode dar vazão à destrutividade ou a realizações de caráter integrador, contribuições para o incremento do acervo de valores humanos. As soluções são pessoais.

Freud (1919) considerou a arte como resultado de transformação de angústias. Ainda que isso também possa acontecer, creio que o artista na verdade empresta suas possibilidades ao subjetivo de sua experiência, traduzindo-a para um modo visível no qual, por via dos pontos de identificação individuais, encontramos nossa própria face oculta. Ao que parece, o problema do analista é ainda mais complexo do que aquele do artista, pois ele apreende a experiência emocional em trânsito com seu paciente e a expressa em palavras. Traduzir em palavras a complexidade do relacionamento humano em um vínculo simultaneamente vivido e observado requer condições de criatividade de alto desenvolvimento.

Frente à complexa realidade de nossa existência, fica claro que não precisamos de nossa intolerância e condenação. Precisamos sim, de firmeza e de capacidade de mudanças, a começar pelas coisas mezinhas de nosso dia-a-dia. As relações próximas, as atividades do cotidiano, aceitação de limites, tolerância com os próprios erros, com frustrações, pequenas coisas que podem fazer diferença, essas estão ao alcance de todos, artistas ou não.

Para levar avante a doce e terrível tarefa do viver, precisamos, na verdade, de compaixão, tão maravilhosamente representada por Michelangelo em mais de uma *Pietà*.

Que poderia ser essa:



Ou essa:



E que certamente inspirou Max Ernst, pintor contemporâneo de Dix e Grozs, que deu-nos um Freud compassivo a la Michelangelo.



Max Ernst, Pietá, 1920.

E com esta imagem, encerro.

Obrigada.

Referências

- Baxandall, M. (2006) *Padrões de intenção – a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das letras.
- Colli, G. (1988) *O nascimento da filosofia*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Freud, S. (1893/1978) Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, III, 35-50.

Freud, S. (1911/2004) Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, I, 63-78.

Hughes, R. (1995) *Goya*. São Paulo: Companhia das letras.

Judt, T. (2008) *Pós-guerra – Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva.

04 de junho de 2011

A intrusão de Narciso: violência nas construções vinculares.

Dra. Bruneide Menegazzo Padilha

Doutora em Psicologia pela PUC-Campinas, Psicanalista, Supervisora Clínica-Institucional da Rede Pública de Campinas, Docente do CEFAS-Campinas

Este trabalho se propõe a pensar a violência urdida nas tramas tecidas pelos vínculos narcísicos tão presentes na nossa contemporaneidade; cada vez mais, o foco idealizado daquilo que parecemos ser, nos afasta da possibilidade de tecer redes sustentadas na discriminação, reconhecimento do outro e estabelecimento de relações objetais amorosas. Como sustentação teórica buscaremos, através de Herbert Rosenfeld, conceitos que possam sustentar o olhar; a escola inglesa ampliou o estudo das relações objetais, estruturante do psiquismo enquanto alvo da pulsão e que interage com dinâmicas pulsionais próprias, formando um campo relacional onde o ser humano se desenvolve. Rosenfeld trouxe contribuições fundamentais para o pensamento psicanalítico, principalmente quanto ao estudo teórico e técnico da clínica da psicose.

Entrar em contato com o pensamento de Rosenfeld é encontrar um clínico em busca de uma teoria que sustente sua prática e inquietação teórica; é da experiência clínica com pacientes psicóticos que conceitos como "estados confusionais, concretude do pensamento psicótico, transferência psicótica, fusão patológica das pulsões" vão sendo propostos no desenvolvimento de sua articulação teórica.

Barros (1988), no prefácio do livro " Impasse e interpretação " (1987), mostra a fecunda circulação de idéias presente no grupo kleiniano entre as décadas de 50 a 70 e apresenta Rosenfeld como precursor de conceitos sobre a organização psicótica da personalidade, focando, principalmente, as relações objetais que se estruturam nesta patologia; assinala a importância da teoria da narcisismo de Rosenfeld para o entendimento e desenvolvimento técnico da clínica psicanalítica.

"O desenvolvimento do conceito (e da clínica) do narcisismo do ponto de vista da teoria das relações objetais foi, provavelmente, a contribuição mais original de Rosenfeld, a partir de 1964". (Barros, 1988, p.19).

Estudar o conceito de narcisismo em Rosenfeld é, portanto, lançar-se nas águas do pensamento kleiniano, na teoria das posições com suas relações objetais, angústias e defesas próprias; é neste espaço conceitual que Rosenfeld coloca sua marca .

Sua primeira publicação sobre o conceito data de 1964, onde trabalha o narcisismo como uma defesa contra qualquer reconhecimento da existência de separação entre o self e o objeto. A questão se coloca, portanto, na possibilidade de discriminação do self. A discriminação self-objeto acusa a dependência que se tem do objeto, o reconhecimento do objeto valoroso, possuidor de bens dos quais se necessita, o que leva à ansiedade e ao sofrimento pelas frustrações inevitáveis e pela agressividade. Esta capacidade de discriminação é fundamental para o desenvolvimento psíquico, uma vez que dela depende a cisão do ego e do objeto em dois pólos: bom e mau. Quando este processo não é possível, instala-se o estado confusional descrito por Rosenfeld em 1950, onde a falha na discriminação entre sentimentos de amor e ódio, objetos bons e maus, impede os processos normais de cisão no ego e é base para os quadros confusionais da esquizofrenia.

Esta capacidade progressiva de discriminação implica no reconhecimento pari-passu do objeto e da dependência que se tem deste, o que incrementa a inveja e leva a ataques destrutivos dirigidos ao objeto idealizado. Estes ataques invejosos interferem na incorporação do bom objeto como núcleo do ego e, conseqüentemente, com a estruturação do ego, dificultando os mecanismos de cisão inicial pela perda das características idealizadas do objeto e instaurando os estados confusionais.

É neste contexto que Rosenfeld define as relações de objetos narcísicas, pontua a onipotência e a identificação (projetiva e introjetiva) como mecanismos característicos desta modalidade relacional, onde a discriminação self-objeto tem que ser recusada. O que o paciente narcísico ataca é a percepção da separação self-objeto, pois esta percepção ativa a inveja e desencadeia o ataque ao objeto que é onipotentemente incorporado ao ego, desaparecendo assim qualquer discriminação; neste movimento psíquico o mecanismo da identificação é estruturante.

Na identificação introjetiva o objeto é onipotentemente incorporado, o self identifica-se com o objeto e qualquer identidade separada pode, então, ser recusada.

Na identificação projetiva partes do self penetram onipotentemente no objeto, de modo a apropriar-se das qualidades que o objeto possui e que são desejadas, reivindicando-as para si, identificando-se com o objeto ou com partes destes e recusando a separação.

"A identificação é fator importante nas relações de objeto narcísicas. Ela pode ocorrer por introjeção ou por projeção. Quando o objeto é onipotentemente incorporado, o eu se identifica tanto com o objeto incorporado que nega toda identidade separada ou qualquer limite entre o eu e o objeto. Na identificação projetiva, partes do eu entram onipotentemente no objeto, por exemplo na mãe, para se apossar de certas qualidades desejáveis, e se proclamam, por conseguinte, o objeto ou o objeto parcial". (Rosenfeld, 1964, p.195).

Estes mecanismos atuam, portanto, contra a capacidade de discriminação e protegem contra a inveja que pode ser devastadora para o self em desenvolvimento. Ao se dar conta da dependência do seio (externo ao eu), o bebê percebe que necessita vorazmente dos conteúdos vitais deste seio valorizado, e vê sua inveja exarcebada; através da identificação projetiva e introjetiva pode negar a existência do seio e aplacar a inveja: ele se torna o seio. A inveja pode ser negada e expelida para fora do eu; a agressividade dirige-se para as relações objetais afim de atacar o objeto valoroso que pode ativar novamente o círculo da inveja.

As relações de objeto narcísicas onipotentemente evitam tanto os sentimentos agressivos causados pela frustração, como toda percepção da inveja, pois, ao se apossarem do objeto invejado, negam a separação e, como um só, não têm o que invejar. O narcisismo aparece como uma poderosa defesa frente à inveja.

"Parece que a força e persistência das relações de objeto narcísicas intimamente se relacionam com a intensidade da inveja do bebê. A inveja apresenta características onipotentes; parece que ela contribui para a onipotência das relações de objeto narcísicas, enquanto a inveja propriamente é, a um tempo, expelida e negada". (Rosenfeld, 1964, p.195).

A inveja e o narcisismo são as duas faces de uma moeda: na inveja ocorre a idealização de um objeto externo e no narcisismo é um objeto interno que é idealizado. Na relação analítica o paciente estrutura uma idealização do self que o mantém como detentor de conteúdos bons idealizados, e organiza defesas vigorosas que negam onipotentemente tudo que possa perturbar esta idealização. São pacientes com dificuldades em perceber o analista como um objeto valoroso, pois esta percepção ativa a inveja que, por sua vez, aciona ou a desvalorização da relação analítica ou o apossamento do trabalho analítico.

As relações de objeto narcísicas impedem o contato real do paciente com seus sentimentos e com aspectos positivos do analista; o paciente fica confinado na manutenção de um self idealizado, auto-suficiente, impedido de poder necessitar, obrigado a fazer malabarismos psíquicos de auto-risco. Na profunda cisão de seu self encontramos uma parte que busca ajuda, busca a dependência e o amor objetal, mas não consegue aceita-la; um Narciso que busca a água que pode saciar a sede, mas não pode beber, recusando, inclusive, a percepção da própria sede.

Assim, Rosenfeld vai nos mostrando o aspecto agressivo do narcisismo e, em 1971, no artigo " Uma abordagem clínica à teoria das pulsões de vida e morte: uma investigação dos aspectos agressivos do narcisismo ", explicita o que havia sugerido em 1964: a destrutividade inata do ser humano encontra um espaço conceitual definido como **narcisismo destrutivo**. Desenvolve seu pensamento tendo como alicerce dois pilares: a teoria pulsional de vida e morte e o processo de fusão (ou defusão) destas pulsões; trabalha com o pressuposto da existência de uma força

mortífera e inata, que ataca tudo o que se relaciona com a vida e toda atitude do self que signifique ligações com esta vida. Esta pulsão é mitigada, neutralizada, por outra também inata, a pulsão de vida, e é neste processo que centra seu foco de estudo do narcisismo.

O processo de fusão das pulsões tem como base os mecanismos de identificação (projetiva e introjetiva) e de cisão. No desenvolvimento inicial o mecanismo de cisão, do ego e do objeto, possibilita manter amplamente separado no psiquismo o amor e o ódio, o idealizado e o persecutório, a vida e a morte; portanto atua a favor da defusão das pulsões tendo no mecanismo de identificação projetiva um facilitador da defusão, uma vez que atua para a manutenção da separação do objeto em idealizado e perseguidor.

Já o mecanismo de identificação introjetiva atua a favor da fusão das pulsões, na medida em que instala no ego objetos que dão vida, num mecanismo de apropriação, apossamento, de coisas vitais que mitigam a pulsão de morte. A tendência para a normalidade se dá na fusão onde a força para a vida mitiga a força para a desagregação, isto é, quando os aspectos libidinais do self predominam sobre os destrutivos.

Na fusão patológica ocorre o contrário e a energia destrutiva defundida se torna o principal obstáculo à vida, e colore as estruturas patológicas.

"Introduzi o conceito de fusão patológica para aqueles processos nos quais a mistura de impulsos libidinais e destrutivos, o poder dos impulsos destrutivos fica muito reforçado, enquanto na fusão normal a energia destrutiva fica mitigada ou neutralizada". (Rosenfeld, 1971, p.239).

É esta fusão patológica que potencializa o ataque às relações objetais feito pelas estruturas narcísicas. Retomando o seu ponto de vista de 1964, onde a separação leva à percepção da dependência do objeto sentido como possuidor de coisas desejáveis e necessárias, o que exarceba a inveja e desencadeia como defesa as relações de objeto narcísicas, Rosenfeld foca seu interesse nesta força que destrói e que ataca, não só o objeto visto como fonte de vida, mas também as partes sadias do self.

Diferencia o aspecto libidinal do aspecto destrutivo do narcisismo. No primeiro encontramos:

"A idealização do self é mantida por identificações projetivas e introjetivas onipotentes com objetos bons e suas qualidades". (Rosenfeld, 1971, p. 239/240).

Portanto, no narcisismo libidinal todo valor pertence ao sujeito ou é onipotentemente controlado por ele. O bom está colorido pela idealização e, via apossamento, pertence ao self, nublando a discriminação self-objeto.

No narcisismo destrutivo temos:

"...a idealização ocupa um papel central, mas agora é a idealização de partes destrutivas onipotentes do self. Elas se dirigem tanto contra qualquer relação libidinal positiva quanto contra qualquer parte libidinal do self que tem necessidade de um objeto e que deseja depender dele". (Rosenfeld, 1971, p.240).

Portanto, no narcisismo destrutivo ocorre uma drástica desvalorização do bom objeto externo, assim como um empobrecimento do self na medida em que o sujeito se vê confinado e impedido de estabelecer relações amorosas.

Quando os aspectos libidinais predominam, a destrutividade se apresenta para resguardar a idealização do self que não pode mais ser mantida no interjogo com o real, pois a frustração se apresenta e a discriminação self-objeto sinaliza a presença do objeto valoroso externo. Na tentativa de recuperar o self super valorizado e onipotente, a destrutividade ataca a vivência da necessidade (self libidinoso) e o objeto desejado, incorporando-o ao ego.

Quando predominam os aspectos destrutivos a inveja é mais acirrada, e aparece o desejo de ataque a tudo o que é percebido como vida (externo ao self), além de uma destruição auto-dirigida na medida em que a vida dentro do self significa um produto do objeto externo. Nesse movimento a morte é idealizada como um ataque vigoroso contra o objeto criativo e invejado, a pulsão de morte se apresenta separada da vida e parece dominar a parte sadia e dependente da personalidade. Quando a inveja se potencializa e as pulsões estão gravemente separadas, todo o self se identifica com este self destrutivo, o que leva a um ataque constante a qualquer relação objetal que represente vida; o self libidinoso e dependente é atacado como um recurso drástico para manter a vivência de superioridade e auto-admiração.

"Todo o self fica temporariamente identificado com o self destrutivo, que busca triunfar sobre a vida e a criatividade, representado pelos pais e pelo analista, destruindo o self libidinal dependente, vivido como a criança". (Rosenfeld, 1971, p.241)

Este tipo de estruturação psíquica trás a idéia de uma organização defensiva, o que implica na existência de um padrão relativamente estável e estruturado de defesas, ansiedades e relações entre objetos e entre esses e o self.

No narcisismo destrutivo temos uma estrutura que se forma na personalidade a partir da organização de objetos internos maus, de partes destrutivas do self que se tornam idealizadas. Esta destrutividade acarreta um enfraquecimento cada vez maior do self dependente e amoroso, assim como impede o acesso a qualquer objeto externo que possa atuar no sentido da dependência.

A idealização da destrutividade é feita pela parte libidinal e dependente do self, e tem a função de oferecer proteção frente ao sofrimento psíquico experimentado diante da frustração e da inveja.

O objetivo desta organização destrutiva é manter a idealização e o poder do self destrutivo, para o qual receber ajuda equivale a um sinal de fraqueza indicativo de ter falhado. O lado destrutivo é valorizado pelo self dependente pois oferece melhores cuidados do que uma relação de objeto pode dar, acenando com a ausência de dor psíquica. Na sua sedução, cerceia e mata qualquer possibilidade de necessidade e apego.

"No entanto, a organização narcísica não só aumenta a força do narcisismo destrutivo, mas mantém o propósito defensivo de se manter no poder e assim conservar o status quo. O principal objetivo parece ser impedir o enfraquecimento da organização e controlar os membros da quadrilha para que não deserdem da organização e se juntem às partes positivas do self". (Rosenfeld, 1971, p.243).

Estas estruturas destrutivas podem se ligar a perversões, havendo uma erotização dos aspectos destrutivos com total controle das partes libidinais; a violência e o poder ficam exarcebados pela erotização da pulsão agressiva. É como a figura social do "traficante de drogas de porta de escola" que seduz adolescentes prometendo a ausência de dor, proteção contra qualquer sofrimento e, perversamente, joga o adolescente num círculo prazeroso e destrutivo, onde há uma erotização da violência.

Outra manifestação possível desta organização destrutiva é a psicose; há uma cisão do resto da personalidade, com a formação de uma estrutura psicótica, instalando-se um mundo delirante dentro do qual partes do self ficam cerceadas e aprisionadas, formando núcleos psicóticos dentro da personalidade global. Nestas estruturas há o domínio onipotente do self por uma parte cruel, destrutiva, que leva a crença de que dentro do objeto delirante há ausência de dor psíquica, e que todo ataque sádico é possível e permitido.

"Toda estrutura está comprometida com a auto-suficiência narcísica e estritamente dirigida contra qualquer relação de objeto". (Rosenfeld, 1971, p.244).

Normalmente estas estruturas destrutivas se apresentam como benevolentes, seduzindo a parte sadia com promessas de ausência de dor e com soluções idealizadas para seus problemas, afim de atrair cada vez mais essas partes sadias do self, aprisionando-as neste núcleo delirante.

Há também casos em que o resultado do aprisionamento do self sadio leva a um exarcebado medo da morte; o desejo do paciente é a ausência total de atividade no aparelho psíquico, um estado nirvânico, uma aspiração pelo não-ser.

"...a parte dependente do paciente penetra no objeto delirante e se dá uma identificação projetiva em que o self sadio perde sua identidade e fica completamente dominado pelo processo destrutivo onipotente". (Rosenfeld, 1971, p.246).

O narcisismo destrutivo, fruto de uma fusão patológica com o predomínio da inveja primária, tem como objetivo o ataque às relações objetais criativas e à parte sadia do self capaz de estabelecer estas relações; este ataque se dirige contra a parte dependente e amorosa, aprisionando a pessoa numa organização psíquica que vai esvaziando o self de suas potencialidades na mesma medida em que, delirantemente, este se sente inundado.

Neste caminhar, em 1987, Rosenfeld publica o livro " Impasse e Interpretação " onde espelha os pressupostos teóricos explicitados na sua prática clínica.

Com este quadro psicopatológico, Rosenfeld nos leva a estudar o fenômeno da **reação terapêutica negativa** que pode levar a análise a um impasse; estruturalmente liga a reação terapêutica negativa aos pacientes com manifestações narcísicas. Discute a evolução do conceito reação terapêutica negativa desde que foi usado por Freud, caracterizando um fenômeno transferencial onde o paciente desenvolve uma resistência crônica a qualquer interpretação do analista e, portanto, à análise.

As reações terapêuticas negativas atacam a relação analítica na medida em que esta representa uma relação objetal de dependência, discriminada, ameaçando o self onipotente e auto-suficiente do paciente narcísico. Assim, na análise de pacientes com fortes manifestações narcísicas, a relação analítica é confrontada com a ambigüidade: ao mesmo tempo que uma parte sadia do self do paciente busca ajuda, a parte destrutiva tenta impedir qualquer possibilidade de usufruir desta ajuda, atacando não só a relação analítica mas também a parte sadia da personalidade, levando o paciente a se sentir lesado, roubado, empobrecido em seu self grandioso. O paciente recebe as interpretações como um ataque pessoal, numa atitude de superioridade e desprezo pela figura do analista; a possível ajuda que recebe é vivida como um dano narcísico, o que exarceba sua inveja.

Em termos técnicos, Rosenfeld abre caminhos recomendando, basicamente, dois passos a serem seguidos: o primeiro é resgatar a parte sadia do self, ajudar o paciente a perceber que existe uma parte que quer ser ajudada mas que se encontra presa por outra parte que o ataca sempre que sai em busca do outro; um segundo passo inclui a percepção da destrutividade que, uma vez rompida de seu isolamento do restante da personalidade, pode ser integrada e elaborada.

Recomenda que se foque os esforços interpretativos no pavor da dependência (o que implica no reconhecimento da discriminação e valor do objeto externo) e não nas manifestações destrutivas da inveja, pois assim não se corre o risco de ativar ainda mais a destrutividade e levar a análise a um impasse.

As implicações técnicas na análise de pacientes com manifestações narcísicas são fundamentais uma vez que abrem possibilidades para o tratamento de pacientes considerados de difícil acesso, como os casos borderline, psicóticos ou neuróticos graves. Até então, o terapeuta

podia sentir-se sem caminhos e num impasse: cada vez que seu trabalho era efetivo, o paciente piorava, quanto mais o terapeuta se aproximava do núcleo conflitivo, mais o paciente sentia suas interpretações como "crime de lesa majestade" e, ressentidamente, atacava o processo que, na maioria das vezes, era interrompido.

Rosenfeld nos ensina um manejo técnico de situações de impasse onde, através do conhecimento teórico consistente, é possível suportar a invasão contratransferencial que a identificação projetiva propicia e enxergar, vislumbrar vida num palco onde a destrutividade se apossa do papel principal.

Ao interiorizar o conflito, mostrando-o como intra-psíquico, Rosenfeld abre a possibilidade de diferenciar o mundo interno do externo (algo sempre difuso nos estados narcísicos), além de propiciar o alcance às origens das projeções como mais pertencentes ao mundo interno do que à relação transferencial; do impasse, através da interpretação, a uma nova relação objetal.

Em essência, para Rosenfeld o narcisismo significa:

- *um ataque às relações objetais, na medida em que a discriminação self-objeto se apresenta sinalizando a quebra da ilusão fusional com o objeto bom.*

- *narcisismo libidinal: defesa frente ao sentimento de separação e dependência do objeto bom, e que leva a identificação onipotente e incorporação deste objeto; com isso, a separação, a dependência e a inveja podem ser negados.*

- *narcisismo destrutivo: resultado de uma fusão patológica dos impulsos, com predomínio da inveja primária, que cria uma organização destrutiva formada por objetos maus do self e que tem por objetivo atacar as partes criativas e construtivas do self.*

O mito de Narciso: ressignificando a intrusão relacional.

Usaremos para compor a tela onde o pensamento possa ser tecido o mito de Narciso relatado por Ovídio (1983) em seu livro *Metamorfoses*.

O contexto em que Ovídio nos apresenta o mito coloca a questão da discriminação eu-outro como nó inicial para o desenvolvimento das angustias; é através de Tirésias que Narciso nos chega. Tirésias é apresentado como um ser que viveu a completude, a fusão, que não experienciou a dor do diferente, não teve a vivência do objeto que sinaliza a realidade interna-externa da falta; enquanto figura combinada (masculino e feminino), elemento terrorífico das fantasias infantís, não experimentou a separação e a necessidade, vivendo num gozo consigo mesmo. Tirésias, cego, prediz o destino terrorífico de Narciso, aquele que só poderá ter olhos para si, estando impedido do

contato com o olhar do outro que identifica. Nos olhos opacos do vidente reside o terror do reconhecimento.

Este início da saga de Narciso, remete ao início do desenvolvimento do ser humano, em sua dependência de um olhar que o reconheça, que o invista libidinalmente, ajudando a dar coesão num eu em desenvolvimento. A fusão narcísica inicial com a mãe, enquanto provedora de um investimento libidinal necessário para o desenvolvimento deve, no entanto, ser rompida; é preciso que a mãe possa ir individualizando o filho, propiciando a entrada da realidade, com suas demandas que acarretam frustrações, para que a criança possa ir se discriminando e saindo da ilusão de fusão narcísica.

Narciso é apresentado como excessivamente belo, que cresce ignorando todos os apelos e ofertas; é como se Narciso vagasse pelo mundo sem poder estar no mundo com suas demandas, pois receber ofertas é ter que dar-se conta de que existe o que ser ofertado, que existe algo fora que não existe dentro, o que abre espaço para o desejo e para o desejante.

O encontro com a ninfa Eco é a possibilidade de Narciso colocar-se no mundo, de poder inserir-se numa relação objetal com um outro, um diferente.

Podemos supor a presença de Eco em duas vertentes:

Eco ressonância: aquela que repete Narciso, que o confirma. A relação objetal narcísica é resignificada em sua plenitude; o objeto, enquanto continente para as identificações projetivas, não ameaça o self narcísico, pois se mantém como uma parte indiscriminada e confundida. Ao repetir Narciso, Eco se transforma em uma parte dele mesmo, fusionada e depositária. Esta vivência do objeto que se alinha às identificações projetivas, vem para mitigar a angústia de separação frente a percepção do objeto como externo ao eu, o que pode alavancar sentimentos dolorosos de dependência e inveja.

Eco discriminada e, por isso, repudiada. Ao se desalinhar das identificações projetivas apossadoras, Eco se apresenta como objeto real e sinaliza para Narciso a presença do diferente, inscrevendo o desejo em seu psiquismo. Essa vivência de discriminação self-objeto provoca o ódio de Narciso, que a repudia. Em sua fala Narciso diz preferir morrer a viver uma relação objetal; a vivência é de vida ou morte - ou vive psiquicamente Eco, ou Narciso. Aparece a impossibilidade de viver a dependência, de suportar a angústia emanada pela presença do desejo.

O ódio de Narciso aniquila o objeto: Eco morre, deixa de ser representada psiquicamente como objeto discriminado e retoma sua condição inicial de ressonância, isto é, volta a ter existência como um objeto depositário para as identificações projetivas onipotentes.

Eis o momento da morte psíquica de Narciso. Ao recusar a possibilidade do olhar-confronto que pode discriminar, Narciso nega e recusa o objeto que pode sinalizar o não-eu, além de silenciar

a parte de seu self que, originalmente, buscou contato - o self sadio. Ao passar de objeto fantasmagórico para objeto real, Eco ameaça o self idealizado e pleno de Narciso e desperta o seu ódio; inscreve o desejo num psiquismo que ataca e destrói o self desejante e o objeto de desejo.

Narciso recusa a realidade psíquica de Eco e debruça-se no lago psicótico das vivências delirantes. Chega a fonte que lhe será fatal através de Nêmesis, a deusa da vingança, que o castiga por seus excessos, fazendo-o sentir uma falta: a sede. A necessidade instintiva se inscreve no psiquismo. Porém, Narciso não pode usar a água disponível, não pode percebê-la ao alcance de suas mãos. Num ataque a seu self sadio que pode registrar a falta e ir ao encontro do objeto que pode sacia-lo, recusa a percepção daquilo que poderia salva-lo.

Nesse momento da narrativa do mito, é como se uma organização destrutiva interna o impedisse de buscar na realidade externa aquilo que poderia salva-lo da morte; regressivamente, a inscrição não é mais de um desejo, mas sim de uma necessidade que reassegure a vida, e Narciso se vê impedido de perceber tanto a necessidade como o objeto alvo. Deixa de sentir sede e não percebe a água. A parte destrutiva do self ganha amplitude, domínio, encapsulando o restante da personalidade; Narciso só vê a si refletido naquilo que poderia sacia-lo, e fica aprisionado em si mesmo. Rompe com qualquer percepção de si, não sente fome, frio ou sede; recusa qualquer percepção da realidade externa e não percebe a água ao alcance de suas mãos paralisadas e mortas. É um cego, um delirante que, na vivência da necessidade, destrói a si e ao objeto.

O monólogo que trava consigo mesmo refletido nas águas do lago, reflete o apossamento do objeto nas identificações projetivas e introjetivas; este mecanismo é turvado no momento em que Narciso se recupera do ataque feito à sua percepção e dá-se conta de seu delírio. Em sua fala a tomada de consciência se dá quando diz que se percebe desejante; o desejo, a falta, a discriminação self-objeto o faz sentir-se pobre. Narciso se vê limitado em sua onipotência pela conscientização de sua necessidade. Esta vivência ativa o círculo da inveja pois, ao se perceber pobre, o objeto fica como depositário das riquezas. A vivência que Narciso não pode suportar é perceber que deseja algo que pertence a outro. Não resiste à dor e clama pela morte. Narciso se deixa morrer na beira do lago.

O mito cumpre sua função ao ressignificar o apossamento narcísico tão presente em nosso cotidiano; os vínculos virtuais nos chats onde podemos ser qualquer um, de qualquer gênero, com vivências fantasiadas, as exigências para um desempenho pessoal, profissional cada vez mais idealizado, a fragilidade dos vínculos tão descartáveis, a adultescência cada vez mais afastando a responsabilização por um vínculo objetal que possa suportar as frustrações inerentes na parceria com o outro, a violência posta na nossa sociedade quando a morte é o meio para a anulação do

diferente. Sair do narcisismo, entrar numa relação objetal em que o outro agregue dor, amor, tristeza, raiva, pressupõe um self que pode suportar e se enriquecer com relações objetais plenas.

Na ambigüidade do ser humano, o narcisismo se apresenta enquanto fonte para a vida, inscrito no ser dependente que somos e que possibilita a intimidade com o olhar que, ao nos confrontar, nos re-conhece. Também se apresenta como fonte para a morte, inscrito na angústia de aniquilamento, na recusa do olhar-confronto do outro que nos individualiza.

Referências Bibliográficas.

Barros, E. M. (1988). Prefácio à edição brasileira. In: Rosenfeld, H. *Impasse e Interpretação*. Rio de Janeiro: Imago.

Ovídio. (1983). *As Metamorfoses*. Tradução de David Gomes Jardim Junior. Rio de Janeiro: Tecnoprint.

Rosenfeld, H. (1950). Nota a respeito da Psicopatologia dos estados confusionais nas esquizofrenias crônicas. In: Rosenfeld, H. *Estados Psicóticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____ (1964). Da psicopatologia do narcisismo: uma aproximação clínica. *ibid.*

_____ (1971). Uma abordagem clínica à teoria psicanalítica das pulsões de vida e morte: uma investigação dos aspectos agressivos da narcisismo. In: Barros, E. M. R. *Melanie Klein: Evoluções*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____ (1987). *Impasse e interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

Os Lugares e o ato analítico – A cidade entre a pólis e a aglomeração

Beatriz Helena Peres Stucchi, Francisca Vieitas Vergueiro,
Lourdes Tisuca Yamane, Luís Carlos Menezes, Marina Kon Bilenky,
Marina Ramalho Miranda, Patrícia Bohrer Pereira Leite, Sílvia Martinelli Deroualle.¹⁰

Resumo: A reflexão dos autores sobre as incidências do crescimento desordenado e acelerado de grandes cidades nas relações humanas e, portanto, na constituição subjetiva de seus habitantes, apóia-se: na teoria dos lugares usada por P. Fédida para pensar a escuta na prática psicanalítica e no ensaio de H. Arendt sobre o político, onde a “pólis” como “lugar estável” é condição para que a fala adquira sentido e permanência. Privilegiam o fato de que nas raízes da cultura humana encontram-se as sepulturas e os lugares sagrados como memoriais em torno dos quais se aglutinam os homens e formam-se as cidades. Nas megalópolis, descrevem um processo dinâmico de constituição e de destruição de “pólis”, lugares em que o tecido cultural é operante em oposição aos aglomerados, áreas lacunares em que este se desfaz. Enfatizam a força do desejo nos processos de reconstituição do humano e suas implicações como desafio político-ético.

Palavras-chave: megalópoles, humanização-desumanização, psicanálise.

Neste trabalho fazemos uma reflexão a respeito das transformações no desenho que as cidades, dos dias de hoje, vêm traçando, na perspectiva de interrogar o que se passa no interior de suas tramas. No mundo atual percebemos, numa velocidade crescente, as transformações na configuração da cidade. Como observa R. Meyer (2007) alguns urbanistas afirmam que, em um futuro próximo, nos países em desenvolvimento, encontraremos imensas cidades, com condições precaríssimas de sustentabilidade e infra-estrutura, enquanto, nos países desenvolvidos as metrópoles seguirão estáveis. Quando se fala dessas mudanças hoje não é mais da metrópole que se trata, mas das megalópoles ou *mega-cities* formadas por grandes conglomerados. Comenta, a propósito, a afirmação de Habermas de que a cidade que está aí é difícil para nós, porque o nosso coração está apegado a um conceito de cidade que não existe mais. Segundo o autor, baseados nesse conceito, não alcançamos mais a cidade contemporânea.

¹⁰ Este trabalho é fruto de um seminário na SBPSP, coordenado por Luís Carlos Menezes, no segundo semestre de 2007 e foi apresentado como tema livre no I Simpósio Latino-Americano de Psicanálise, Cultura e Comunidade.

Benjamin (1989), ao trabalhar a obra de Baudelaire, desenvolve um estudo sobre a modernidade, traçando uma relação entre a cidade moderna e as novas características da subjetividade em função das mudanças das relações sociais. Com o desenvolvimento do capitalismo e das grandes cidades, surge um sujeito que, ao se perder na multidão, encontra-se no anonimato. Nesse contexto, novas relações entre o espaço público e o privado se configuram.

Na metrópole da modernidade pensada por W. Benjamin (1989), o homem se perde na multidão, porém a construção e preservação de referências estáveis garantem uma pertinência social. Já na megalópole de hoje, o marco de referência se dilui e em seu lugar surgem os grandes conglomerados indiferenciados; o centro se desloca para a periferia na memória de seu habitante, que caminha às pressas, em meio ao barulho nervoso do aglomerado de pessoas e carros; o espaço coletivo torna-se residual, não apenas as pessoas, mas também os lugares se tornam anônimos.

Assistimos ao crescimento desordenado das cidades, que rápida e desajeitadamente se transformam em grandes agrupamentos populacionais de migrantes que, privados de suas raízes culturais, encontram-se em condições as mais adversas. O centro da cidade transforma-se num espaço vazio, já não mais configurando o lugar sagrado: repleto de memórias e sentidos de sua origem. É o caso de Pequim, onde bairros inteiros estão sendo destruídos juntamente com uma história milenar; e onde o cidadão que ali habitava e trafegava é desenraizado de seu grupo de referência e deslocado para a periferia da cidade, sem nenhum laço histórico de reconhecimento e de identificação.

Sem precisarmos ir tão longe, lemos em um jornal brasileiro de grande circulação: *São Paulo ganha um prédio por dia e bairros mudam de perfil*. (Folha de São Paulo 2007)¹¹ Quadras residenciais são inteiramente destruídas e, em seu lugar, imensos edifícios são projetados, dando-nos a impressão de terra devassada. Desse modo, perde-se toda uma trama tecida de memória e de relações de reconhecimento entre o habitante e seu bairro, o morador e seu vizinho; a pessoa e o padeiro do seu bairro, aquele em particular, que possui um nome, uma história para contar; entre a criança e a rua em que solta pipa e pedala a sua bicicleta. Desse crescimento desordenado resulta uma cidade fragmentada, colcha de retalhos, prenhe de sentidos entrecortados, abortados ou ainda não nascidos.

R. Meyer (2007) afirma: *O caos instaura-se como uma nova ordem, porém ainda não encontramos o seu código*.

Nas aglomerações nascidas a partir do crescimento desordenado das cidades, perdem-se os elos de comunicação entre as pessoas e as produções de sentido ficam desagregadas, gerando, na seqüência, seres em isolamento, vivendo num meio cultural empobrecido.

¹¹ Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, 16 de dezembro de 2007.

O crescimento sem planejamento interrompe as cadeias de transmissão cultural, não propiciando espaço e nem tempo de troca, de fala, de construção de narrativas e de re-memorização das mesmas. Nessas condições, a diversidade não soma, mas cria pequenas ilhas, cada qual com uma cultura própria, que desconhece as outras e não tem acesso a elas. Há lugares em que a malha viva das trocas e das referências culturalmente produzidas é operante e outros em que se encontra desvitalizada, esgarçada. Este processo é dinâmico e representa um desafio político para as pessoas implicadas ou para as que assim se sentem.

Para nos situarmos mais precisamente em relação a estas questões, foi-nos útil considerar as idéias curiosamente convergentes que encontramos em um psicanalista, P. Fédida, e em uma filósofa pensadora do social, H. Arendt, ambos com propósitos e épocas muito distintas. Fédida vai buscar em Platão uma teoria dos lugares: o filósofo afirma que entre o mundo do sensível e o mundo do inteligível é preciso postular um lugar engendrador de lugares tanto para o sensível como para o inteligível.

Fédida (1991) recorre a esta concepção para cercar de forma mais precisa e mais fina a condição da fala e da escuta na análise em seu poder de criar formulações e vivências significativas para o sujeito. Já H. Arendt (2002) em sua interrogação sobre o que seja o político, transporta-se também para a maneira como este era concebido na Grécia clássica. Para que, o que aquele que fala enquanto os outros o ouvem com atenção, torne-se significativo, adquirindo permanência - e não fique como um dito fugaz - é indispensável que esta fala ocorra em um “lugar estável” na cidade, a “pólis”.

Ora, de acordo com o que acabamos de considerar, somos levados a pensar que nas megalópoles dificilmente formam-se lugares estáveis possibilitadores do surgimento de sentido para o que ali se passa, se vive, se fala, e também que esses lugares tendem a ser destruídos ou nem chegam a se constituir de maneira estável. Formam-se assim lacunas no tecido cultural da cidade, com áreas que, de forma aproximativa, poderíamos dizer que não são “pólis”, mas amontoados, aglomerações instáveis e desestabilizadoras, refratárias à permanência do sentido nas relações intersubjetivas entre seus habitantes. Nestas lacunas reina um ir e vir nervoso entre o barulho da violência e a violência do silêncio, como mudez impotente das falas que nada conseguem dizer, que nada conseguem fazer acontecer do que mais lhes importaria em suas vidas.

O originário na formação da cidade

Pensar a cidade e suas tramas nos dias de hoje coloca-nos diante da necessidade de recuperar no tempo a sua história e origem. Uma das compreensões a respeito da formação da cidade nos seus

começos diz respeito à busca de proteção e abrigo pelo homem em relação aos predadores e às forças da natureza e guarida dos provimentos, ao redor da qual, procurava habitar. A psicanálise pode nos auxiliar a pensar mais além, no sentido de indicar que essas necessidades vão acompanhadas pela organização simbólica, como contraponto ao desamparo humano e ao caráter perecível dos que lhe são caros.

O nascimento da cidade é de fato associado, na origem da cultura humana, ao surgimento de uma espécie de espaço sagrado, sob o qual subjazem os sepultamentos dessas antigas civilizações. Assim é que os primeiros resíduos encontrados da história da humanidade têm na sua base o gesto de enterrar os mortos. A percepção da morte e os seus primeiros rituais religiosos são, pois, aquisições fundantes na formação da cultura humana.

No centro da cidade dos vivos encontram-se sepultados os entes queridos e pranteados; lugar sagrado, no qual se esperava a não violação por parte de outros agrupamentos culturais. Não por acaso, as catedrais, os castelos e fortes ocupavam o centro, o ponto demarcatório, a partir do qual as cidades se expandiram e se desenvolveram. Lugar das divindades religiosas e do poder político vigente.

Em Totem e tabu, Freud (1913/1977) afirma que foi diante da morte de uma pessoa amada que teria surgido a crença na alma, como algo imortal, não perecível. Foi nesta crença, tão poderosa e persistente, que se originaram, não só os temores em relação aos espíritos dos mortos, como a sua veneração e foi, com certeza, o que levou à prática dos rituais de sepultamento e aos ritos e crenças religiosas nas origens da cultura e da condição humana.

O colapso dos lugares

A inter-relação cidade e indivíduo remonta, pois, às origens da cultura humana, no sentido de que o psiquismo humano desenvolve-se a partir da organização em comunidade. Foi também em Totem e tabu que Freud criou o mito do surgimento do homem como ser de cultura. Segundo o mito, o primeiro ato civilizatório teria sido o assassinato do pai da horda. Os filhos, dominados por um pai tirânico e onipotente se rebelam, o matam e o devoram. Morto, retorna na forma de um ideal de grandeza e força a ser buscado por todos. Identificados com o pai morto, os irmãos são tomados por sentimentos de culpa e de nostalgia. Cria-se a partir de então um pacto contra o incesto e o assassinato. Assim, a criação da comunidade humana instaura as suas primeiras leis: não matar e a interdição do incesto, como forma de conter a intensidade de seus impulsos (Freud, 1913/1977). Porém, dizia Freud (1921/1977), “os destinos da horda primitiva deixam traços indestrutíveis na história da descendência humana”. E é com essa herança que se constituiu a história do homem em

todos os tempos. Na sucessão de momentos de obscuridade e cegueira alternados com os de luminosidade, observamos um movimento de báscula nessa fronteira frágil entre o humano e o desumano, entre a horda e a cultura.

Vemos que, na história da civilização, temos vivido períodos de grande feitos e produções culturais permeados por outros, de crises e regressão do espírito. As sucessivas guerras na história da humanidade apontam para isso. Nos períodos de tempos difíceis, uma espécie de colapso simbólico no tecido social se evidencia como, por exemplo, no advento da Segunda Guerra Mundial. Esse período revela como a condição humana oscila entre a marca simbólica da memória do morto, de sua lápide e a suspensão temporária dessa capacidade de abrigo simbólico, onde há homens que podem ser mortos impunemente, na medida em que não são percebidos pelo outro como semelhantes. Assim é que assistimos nos campos de concentração os corpos, às centenas, sendo jogados em valas, sem a possibilidade de que seja reconhecida, no morto, a identidade de um sujeito: um nome, uma história particular.

Nestas situações extremas torna-se particularmente perceptível, em grande escala, o que chamamos acima, de lacunas no tecido cultural. O que se desfaz é o delicado tecido do político, no sentido que lhe dá H. Arendt, pondo a nu a aridez dos corpos, cujas falas se tornaram, de saída, natimortas. Conglomerado compacto que inviabiliza brutalmente qualquer ato de fala capaz de criar lugares fecundos para os sonhos e os projetos, matéria de que são feitas as histórias individuais e coletivas. (Menezes, 2006)

A megalópole e suas fissuras

As lacunas resultantes da desagregação da rede simbólica que sustenta as trocas intersubjetivas podem se estender a cidades inteiras, quando deixa de existir a “pólis” em sua função geradora e estabilizadora de sentidos, com a conseqüente desarticulação do psiquismo humano, que se volta a modos primitivos de funcionamento, como o animismo e o pensamento mágico. A história das crianças-bruxas de Kinshasa ilustra tenebrosamente este movimento (Davis, 2006).

Kinshasa é a capital da República Democrática do Congo, país com enormes riquezas naturais, mas devastado por décadas de ditadura seguidas de guerra civil crônica, que desorganizaram todo seu sistema produtivo, político e econômico. A economia informal predomina e a população de Kinshasa vive uma completa erosão da estrutura social. Sem nenhum amparo institucional e rede social que as apóiem, as famílias não têm condições de criar seus filhos, somando-se ainda a essas limitações, a epidemia de *Aids* responsável por milhares de crianças órfãs

e portadoras do HIV. A este fenômeno, segue-se uma explosão de seitas pentecostais, assim como a denúncia em massa de milhares de crianças “bruxas”, e sua expulsão para as ruas, até seu assassinato.

“Quando as profecias falham, os pregadores podem facilmente atribuir a miséria constante a causas espúrias, como a bruxaria, muitas vezes apontando crianças como a causa, porque são fáceis de culpar e menos capazes de se defender. A família que busca o conselho do pregador pode ouvir, por exemplo, que seu filho deficiente está provocando o sofrimento de todos, tendo a deficiência da criança como indicador claro de que é uma bruxa.” (Davis, 2006, pg.195) Para N. Zaltzman (1999), a história política do século 20, cujos regimes totalitários praticaram formas inéditas de massacres, inscreve o assassinato como acontecimento possível fora de toda lei.

Em artigo inspirado no livro de G. Agamben, *O Homo Sacer* pergunta : “como pensar a partir de agora o crime nu, a vida reduzida a bios puramente degradável, e o homem definido como matável?”

G. Agamben (2002), filósofo da atualidade, ao apresentar a idéia de suspensão temporária da capacidade de abrigo simbólico, indica-nos a figura do homem nu, ou seja, o homem cuja vida perde seu halo de sacralidade culturalmente estabelecida e que passa a ser matável, num ato que não teria qualquer significado social e jurídico. A destruição de sua vida deixando de configurar um assassinato, para se tornar um fato sem qualquer significação legal ou moral.

Insistimos na idéia forte da psicanalista N. Zaltzman ao postular a existência de uma área primeira do psiquismo que escapa a qualquer registro da organização cultural humana em sua função de muro protetor do indivíduo, presente como um enclave pré-cultural, desumano no sentido de pré-humano, e que é da ordem do puro ato, destituído de qualquer significação.

Na relação civilizada entre os homens permaneceria, pois, latente um modo de relação em que o outro pode ser visto como excluído da condição humana, portanto "matável" como um inseto. Impõe-se a violência da indiferença (Zaltzman, 1999). Ao inverso, a autora enfatiza a importância de um invólucro de proteção e de sustentação primordial, inerente ao “fato” de pertencer à condição de humano.

Para o humano se manter, para sustentar o pacto gerador da cultura é necessário uma força psíquica no sentido de uma contínua construção da “pólis”. Não podemos esquecer que se nos referirmos ao pensamento de Freud, os marcos sagrados que sustentam a cultura se originam da memória imemorable de um assassinato, a morte e a devoração coletiva do pai primevo.

Um fato quase corriqueiro do noticiário dos jornais ilustra o quanto é frágil esta relação intersubjetiva da qual a cultura é fiadora: anos atrás em Brasília, jovens de classe média atearam fogo num homem que dormia num ponto de ônibus. Diante da revolta da tribo indígena, pois se

tratava de um índio, justificaram-se dizendo que pensavam que fosse um mendigo. Um mendigo... seria “matável”. A sua morte pelo fogo seria um mero divertimento que não implicaria em qualquer responsabilidade ou justificativa.

O engendramento de “lugares”

Como pensar a questão da subjetividade nos dias de hoje, quando esvaziada de sentido fecundo? O desejo humano é uma formação singular, no entanto, é preciso considerar que o eu faz-se também em conformidade com o entorno, protegendo-se na malha da cultura. Há sempre uma tensão entre o ser igual e o ser único. Apazigua-se a tensão com o reconhecimento da própria existência por meio do reconhecimento do outro e de si próprio.

Por isso as pessoas não cessam de buscar brechas nos muros de massificação, de violência e de indiferença criando estratégias espontâneas de encontro nos espaços na cidade.

Na construção dos novos marcos temos a possibilidade de resistência ou resgate de possibilidades de vida. Vemos assim tentativas de agrupamento por bairros, que se transformam em guetos de resistência, oásis de sobrevivência. Na geografia da cidade revelam-se lugares de troca de singularidades nas relações funcionais. Surge a importância da memória e da historicidade, como reduto contra a indiferença, a desterritorialização como respostas ou construções autoterapêuticas. Desígnio no qual se admite que algo de cada um tem lugar, permanência no tempo e espaço, apropriação de existência e suporte para a subjetividade.

É no momento em que parece não haver mais lugar para a existência de uma linguagem e relações humanas significativas, que vemos a tenacidade com que as pessoas lutam com os espaços urbanos hostis e, muitas vezes, conseguem reutilizá-los para a sua vida. No filme *Não por acaso*, Phillippe Barcinski (2007) retrata o uso do minhocão da cidade de São Paulo, aos domingos e feriados pelos pedestres da região. Nesses dias presenciamos, num movimento de ir e vir, carrinhos de nenês, pessoas pedalando bicicletas, passeando, jogando conversa fora, namorando, tocando violão. O cineasta conta que vê ali toda uma poesia. A etimologia sempre por perto do "dar origem", relançar a vida que força caminho por onde dá e quando dá, no meio das massas volumosas de concreto e nas pistas apinhadas de carros e caminhões.

No documentário *En el hoyo*, que retrata a construção de um gigantesco viaduto na cidade do México do ponto de vista dos operários, o cineasta Juan Carlos Rulso (2006) explora o contraste dos operários "pendurados" nas ferragens altíssimas, enquanto a cidade frenética se agita lá embaixo, no ir e vir dos automóveis, no barulho ensurdecedor de um tempo acelerado. Numa situação tão árida, hostil e turbulenta, emerge uma espécie de rede social e solidária em meio aos

operários. Desse lugar extraem-se depoimentos sensíveis como o do guarda de trânsito que comenta o quanto é difícil permanecer ali 10 horas por dia sendo agredido ao tentar organizar o trânsito, como o de um operário que diz não poder inaugurar esse viaduto, já que não sabe dirigir um carro e nem possui uma bicicleta. Ao final, fazem uma troca de fotos para que essa experiência possa ficar na memória.

Em seu ensaio *Ethos e amizade: a morada do homem*, Olgária Matos (2008) procura refletir sobre a questão do ético como condição de enraizamento e pertencimento a um mundo compartilhado, para que nessa morada possa criar valores, laços afetivos de reconhecimento entre os homens, de *phylia* e comunidade política.

Necessitamos de “lugares” onde seja possível exercer uma comunicação necessária para a sobrevivência, onde sejamos reconhecidos e encontremos algo que nos pertença e com o qual nos identifiquemos. Onde possamos, ativamente, nos deslocar e sermos reconhecidos.

Pensando o espaço analítico como um lugar de produção de sentidos, como construção do humano, discorreremos sobre um caso clínico, no qual uma criança, a partir do trabalho analítico, vive uma experiência de humanização e de inserção na cultura, fundando no interior de sua realidade psíquica a noção de eu e outro, de tempo e espaço. Ao mesmo tempo, pela primeira vez, a morte, passa a ter um lugar e reconhecimento na vida desse garoto.

Trabalho realizado por meio de rituais, como nos povos primitivos, a fim de dar abrigo psíquico a uma tentativa de elaboração do luto em relação à separação do objeto primário. Como é dito no final do Fausto de Goethe “*no princípio era o ato*”. E assim se sucedeu com essa criança.

Théo, um pequeno garoto que vivia alheio ao mundo humano, gostava de dizer que era um *alien*, um *ET* ou um *lobisomem*, ficando por um bom tempo a urrar como um lobo. Vivia aturdido, sem um fio condutor que sustentasse algum desejo, movimento ou idéia. Brincar não sabia. Pedia à analista para ensiná-lo, o que a comovia imensamente: *L, me ensina a brincar*. Gostava mesmo era de ficar fusionado ao corpo da mãe, *chuchando* o seu cabelo (o da mãe). Fora isso, nada mais lhe interessava. Sem o corpo da mãe só lhe restava ser um *alien*, já que não havia um espaço outro, no qual pudesse sustentar uma possibilidade de existência.

Alguns anos de análise, entre idas e vindas, num certo dia configurou-se um jogo de natureza simbólica. Surgiu um *grupo* composto de vários personagens e, simultaneamente, *o líder*, que se dispunha no centro divisor entre, de um lado, *os monstros*, os lagartos pré-históricos, o homem-sem-cabeça, o homem pau-nogueira e, de outro, *os humanos*, *as pessoas normais*, como gostava de chamá-los. Na verdade, eram dois grupos, o *dos monstros, do mal* e o *dos humanos, do bem*. Ocorre aqui a primeira expressão de uma cisão, o recalque primário.

Após repetir inúmeras vezes esse jogo, como um trabalho insistente de elaboração, Théo realiza de modo comovente o que vamos chamar de celebração de seu rito de passagem à cultura humana, por meio de um gesto inusitado: o do sepultamento do objeto perdido, o corpo materno. Nesse momento, morte, finitude e separação se introduzem na vida psíquica desse menino de sete anos.

Assim foi que, em uma determinada sessão, enquanto procurava os bonecos na sua gaveta para montar *o grupo*, encontrou por um acaso, uma cabeça solta a rolar entre os brinquedos. Durante muito tempo esse menino, com freqüência, arrancava a cabeça dos bonecos. Tomou-a em sua mão, a observar por alguns instantes, intrigado com aquela cabeça solta, sem saber o que fazer com ela. Comenta com a analista:

Ele está morto... Cortaram a cabeça dele... o que vamos fazer com ele?

Titubeante e indeciso vira para um lado, para outro, até que diz:

Já sei, vamos enterrar o morto aqui.

Revolve os brinquedos do fundo de sua gaveta e enterra o morto, jogando todo o material restante em cima.

No dia seguinte, Théo deparou-se novamente com a cabeça solta e, intrigado, comenta:

L, essa é a cabeça do morto! ...

Théo pede uma bacia à analista e enche de água. Dispõe ao seu redor *o grupo*, composto dessa vez, pelos lagartos pré-históricos, o líder e o juiz. E com a tesoura, passa a cortar a cabeça, pedaço por pedaço, e diz:

L, agora vamos rezar para ele... Vamos L, reza!...

Como podemos rezar Théo?

O paciente une as duas mãos, inclina levemente a cabeça e começa a orar:

Morto, que você vá para o céu, vá ressuscitar em paz, lá no céu... E... o demônio também!...

(faz um gesto como que para espantar um espírito mau). *Amém.*

E todos os outros personagens participam, ao redor da bacia, desse ritual totêmico. Nesse momento Théo já pode contar com um recurso, agora de natureza mágica e onipotente, para lidar com suas ansiedades.

Fusão e separação do corpo materno; elaboração do luto; reconhecimento da morte que traz em si a possibilidade de vida; noção de finitude que se abre para a temporalidade; cisão e recalque primário; relação dual que se desdobra em direção à triangulação edípica; ritual totêmico e de sepultamento, todos esses ingredientes vieram selar o despertar de Théo para a vida. Ao criar no seu imaginário um grupo sortido de objetos internos pôde realizar o seu próprio ritual de passagem ao universo da cultura humana. No entanto, é preciso ressaltar que *esse destino indestrutível da horda*

primitiva sobrevive na forma de um *alien* ou *ET*, não sabemos até quando, mergulhado em águas calmas sob um novo movimento que impulsiona Théo para a vida.

Vida e morte se movimentam como um pêndulo nesse pequeno garoto, movimento este agora permeado de humanidade.

Reencontramos a passagem antes mencionada de *Totem e tabu* sobre a origem da idéia da alma e dos rituais de sepultamento. Essa – a idéia da alma - supõe que a morte acarreta uma perda dolorosa para quem fica, por ser o morto uma pessoa amada, ou seja, uma pessoa que tem importância. Daí a crença de que apenas o corpo perece, mas que a pessoa continua vivendo como espírito.

É assim que, como afirma Freud (1913/1977) a morte é reconhecida como uma potência contra a qual o sujeito nada pode e que fere frontalmente a sua onipotência narcísica, mas é também, ao mesmo tempo, negada pela afirmação de uma alma que continua existindo, por ser imortal. Essa crença, formação de compromisso, situa-se nas bordas em que se constitui a cultura e o humano, como dois termos indissociáveis.

A operação pela qual nos identificamos com nossos objetos de amor, com o outro tomado como um semelhante a nós mesmos e aos que amamos, é a única via para que sintamos algo - sofrimento, indignação, horror - diante da morte ou sofrimento de desconhecidos. Esta identificação, condição de empatia, encontra-se no terreno entre o Eu Ideal – o Eu como objeto de amor único, e o Ideal do Eu - amor pelo outro com quem partilha os mesmos valores, as mesmas expectativas e que também aspira alcançá-las. As formações da cultura são o que assegura, com alguma precariedade, a comunidade do humano. O limite entre o humano e o desumano na relação com o outro, como já assinalamos, depende de um trabalho sempre atual da cultura, como algo processual em constante transcorrer, como desafio ético-político do dia a dia no social e na “pólis”.

É inegável que a memória da “pólis” ou a memória na “pólis” torna-se cada vez mais difícil de ser mantida nos dias de hoje, movida que é por uma atmosfera de pressão excessiva e turbulenta imposta pelas megalópoles.

A nós, resta encontrar referências estáveis, os marcos de nosso interesse na cidade, a memória que vai construindo a história em oposição aos lugares anônimos, de maneira a recuperar a capacidade de uma escuta que favorece a fala, ao despertar suas potencialidades mito-poiéticas na produção de sentido.

Contra a violência da indiferença e a anomia permanece a possibilidade de construção, através de surgimentos espontâneos, de encontros movidos pelo desejo nas brechas de um novo espaço nos tempos da vida e da cidade.

Referências

- Agambem, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG. (Trabalho original publicado em 1995).
- Arendt, H. (2002). *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1993).
- Barcinski, P. *Não por acaso*, São Paulo, 2007
- Benjamin, W. (1989). *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas:v.3).
- Davis, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Davis, M. (2007). *Cidades Mortas*. Rio de Janeiro: Record.
- Fédida, P. (1991). *Nome, figura e memória. A linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Fédida, P.(2007).Humain/Déshumain. L'oubli, l'effacement des traces, l'éradication subjective, la disparition. In P. Fédida e al. *Humain / Déshumain*. Paris: PUF.
- Freud, S. (1977). Totem e tabu. In S. Freud, *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol.13. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1977). Psicologia de grupo e a análise do ego. In S. Freud, *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol.18. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).
- Matos, O. C. F. (2008) Ethos e amizade: a morada do homem. *Revista IDE, Cultura*, nº 46, vol. 31, 2008.
- Menezes, L. C. (2006). Preservem as flores selvagens. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 40(2).
- Meyer, R. (2007). Nova ordem urbana: vida cotidiana e subjetividades. Conferência realizada na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo em 15/9/2007.
- Rulso, J.C. *En el hoyo*, México, 2006.
- Zaltzman, N. (1998). *De la guérison psychanalytique*. Paris: PUF.
- Zaltzman, N. (1999). *La résistance de l'humain*. Paris: PUF.

C- RESUMOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS EM PÔSTERES

TÍTULO	AUTORES
1- PROJETO METAMORFOSEANDO: A TRANSIÇÃO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL; p. 103.	Ana Flávia Silva Luz; Edilson Guarnieri Junior; Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da Rocha.
2-FORMAÇÃO EM ARTETERAPIA: UMA FORMAÇÃO PARA ALÉM DA TEORIA; p. 104.	Maíra Bonafê Sei
3- A ARTETERAPIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR; p. 105.	Maria Erotildes Campos Leme do Prado
4- O BULLYING COMO ELEMENTO DE PERTENCIMENTO AO GRUPO; P.106.	Renata Fernandes Pimenta; Antonio Terzis
5- PSICOTERAPIA DE GRUPO: CONSTRUÇÕES TEÓRICAS; P.107.	Andréa Vicentin; Antonios Térzis
6- QUANDO A PRÁTICA VEM ANTES DA QUALIFICAÇÃO; P.108.	Ana Emilia Velloso Mousinho

**PROJETO METAMORFOSEANDO:
A TRANSIÇÃO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Ana Flávia Silva Luz¹²

Edilson Guarnieri Junior¹³

Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da Rocha¹⁴

Resumo: O projeto foi realizado em uma instituição de Educação Infantil não-formal num bairro da periferia da cidade de Campinas-SP, por meio do trabalho de estagiários da disciplina de Estágio Supervisionado em Educação/Escola I, da Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas. Propôs-se auxiliar os alunos a enfrentarem a passagem da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental, de forma que o processo de rompimento de vínculos e o estabelecimento das futuras relações ocorresse de modo saudável, buscou-se prevenir futuros problemas relacionados a essa passagem. Abalizada pelo aporte teórico-metodológico da Psicologia Histórico-Cultural, principalmente as postulações de Vigotsky. Teve como foco uma sala do Jardim II; os participantes eram 22 crianças de 5 e 6 anos, que foram divididas em 4 grupos; cada estagiário trabalhou com dois grupos, em encontros semanais de uma hora cada. Realizou-se técnicas que promovessem reflexões acerca da temática metamorfose, principalmente estimulando a imaginação. Ao fim da intervenção, as crianças estavam menos inseguras e davam pistas de terem expectativas altamente positivas em relação ao que aconteceria após as férias; reviveram lembranças de suas vidas na creche, para que esse ciclo pudesse ter sido fechado da maneira mais saudável possível. Considera-se que seria importante trabalhar com os professores que atuam com tais crianças, para que reconheçam a necessidade de projetos desta natureza e aprimorem suas capacidades para lidar com a transição; realizando atividades ao longo do ano para que as crianças revivenciem e aprofundem as experiências vividas e possam enfrentar com mais segurança e coragem os novos desafios.

Palavras-chave: educação infantil, ensino fundamental, transição.

¹² Estudante do 9º período da Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas.

E-mail: anaf_luz@hotmail.com

¹³ Estudante do 9º período da Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas.

E-mail: edilsonguarnieri@hotmail.com

¹⁴ Docente da disciplina Estágio Supervisionado em Educação/Escola I, da Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas.
E-mail: silrocha@uol.com.br

FORMAÇÃO EM ARTETERAPIA: UMA FORMAÇÃO PARA ALÉM DA TEORIA

Máira Bonafé Sei¹⁵

Resumo: A Arteterapia se configura como um campo em expansão no país, com ampliação do número de cursos de formação, de profissionais atuantes, de pesquisas e publicações na área. Diante deste panorama, foram criadas as associações regionais de Arteterapia e a União Brasileira das Associações de Arteterapia (UBAAT), responsáveis por primar pela qualificação deste campo, criar requisitos mínimos para os cursos de formação em Arteterapia, que devem ter conteúdos relativos à Arteterapia, Artes, Psicologia, Psicopatologia, prática supervisionada e monografia. Defende-se que, ao longo da formação, o arteterapeuta experimente, ele próprio, se expressar por meio das Artes, desenvolvendo sua linguagem e refletindo sobre seu processo expressivo. Neste sentido, entende-se que a formação em Arteterapia deve estar para além das teorias expostas, partilhadas ao longo das aulas e aprofundadas com leituras e estudos posteriores. A prática supervisionada é o momento de integração entre teoria e prática, mas deve ser precedido pela experimentação deste processo pelo profissional em formação que, como em qualquer outra formação em terapia, deve conhecer a si próprio. Quanto às aulas que compõem uma formação em Arteterapia, defende-se que estas conciliem a exposição teórica com a vivência daquilo que é exposto oralmente, com contemplação do material produzido, de forma que se construa gradualmente o olhar do arteterapeuta. Com isso, pensa-se que cuidados como número de alunos que compõem a turma, espaço físico, distribuição das atividades, projeto do curso devem ser alvo de atenção de um coordenador de uma formação como esta.

Palavras-chave: arteterapia, formação, psicanálise.

15 Psicóloga (CRP 06/69177), Arteterapeuta (AATESP 062/0506), Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pelo IP-USP, Coordenadora do Curso de Especialização em Arteterapia do CEFAS – Campinas.

A ARTETERAPIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Maria Erotildes Campos Leme do Prado¹⁶

Resumo: Este estudo mostra a importância da criatividade na formação pessoal e profissional do educador e do educando. Relaciona a criatividade com o autoconhecimento, mostrando que é ao usá-la que se descobre novas possibilidades de soluções para as mesmas situações, favorecendo as mudanças. Analisa a necessidade das transformações na Educação, permitindo ao aluno uma aprendizagem fácil e tornando o educador mais flexível em suas atitudes, levando a uma paz interior, com compreensão de si mesmo e do outro. A Arteterapia vem colocar o educador em contato com diferentes recursos artísticos que permitem trabalhar as emoções, os conflitos de uma maneira muito mais suave. Através das observações, vivências, experiências, pesquisas, relações interpessoais, profissionais a Arteterapia é um recurso a mais para auxiliar tanto o trabalho educacional como a vida pessoal do educando e do educador. A Arte faz parte do ser humano e agrega aos conhecimentos a leveza e a flexibilidade para uma melhora da qualidade de vida das pessoas. O profissional de educação vive constantemente sob pressões psicológicas, emocionais, financeiras do próprio ambiente de trabalho e que refletem na sua vida pessoal sendo necessária a criatividade para superar essas dificuldades. Há necessidade de mudanças na educação e colocando o enfoque da Arteterapia como recurso e apoio nas transformações de atitudes, na melhora da qualidade de vida do profissional da educação, tendo o reflexo na sua vida pessoal e na do outro (educando e educador).

Palavras-chave: arteterapia, criatividade, educação.

¹⁶ Especialização em Magistério 1º e 2º Grau-UNISAL.

Administração Escolar-ITU. Pedagogia –ITU.

Artes Plásticas – PUC-CAMPINAS.

Pós -graduação – Arteterapia- Universidade Castelo Branco.

Pós-graduação - Psicopedagogia-FACINTER

O BULLYING COMO ELEMENTO DE PERTENCIMENTO AO GRUPO

*Renata Fernandes Pimenta*¹⁷

*Antonios Terzis*¹⁸

Resumo: O presente projeto será ligado ao grupo de pesquisa “Psicanálise e Grupalidade” que tem por objetivo desenvolver o trabalho psicanalítico nos grupos. O projeto de iniciação científica objetiva compreender a visão que adolescentes de Escola Pública têm sobre o *bullying*. Também é de interesse compreender os processos mentais que ocorrem coletivamente nestes pequenos grupos. Embora o *bullying* exista há muito tempo, somente há alguns anos temos nos deparado com o assunto na mídia, em função do aumento da violência nas escolas. Sendo assim, nas últimas décadas, o *bullying* vem se tornando foco de preocupação nos meios educacionais e sociais, sendo divulgado em estudos, páginas na web, chats e linhas telefônicas para esclarecer dúvidas e receber denúncias. (Neme, Mello, Gazzola, Justi, 2008). O estudo sobre o tema *bullying* é relevante devido a sua complexidade, desse modo deve ser tratado com seriedade pela escola, família e sociedade por ser uma forma de violência que evidencia desigualdade e injustiça social, podendo causar prejuízos de curto ou longo prazo como dificuldades acadêmicas, sociais, emocionais e legais. (Ferreira & Tavares, 2009). Utilizaremos o referencial teórico de Psicanálise Grupal de Bion (1975), e artigos nacionais e internacionais dos últimos cinco anos para articular esta discussão, e depois desenvolveremos um projeto de pesquisa de campo para pensarmos novas estratégias de prevenção e intervenção no campo da saúde mental dos alunos que produzem esse fenômeno.

Palavras-chave: psicanálise, psicoterapia de grupo, adolescente.

¹⁷ *Graduanda do 5º período, em 2011, do Curso de Psicologia– Puc-Campinas.*

E- mail: renatafpq@hotmail.com

¹⁸ *Professor, orientador PUCCAMP-Pós-Graduação. Doutor em Psicologia.*

E- mail: aterzis@puc-campinas.edu.br

PSICOTERAPIA DE GRUPO: CONSTRUÇÕES TEÓRICAS¹⁹

Andréa Vicentin²⁰

Antonios Térzis²¹

Resumo: O presente projeto será ligado ao grupo de pesquisa “Psicanálise e Grupalidade” que tem por objetivo desenvolver o trabalho psicanalítico nos grupos. O projeto de iniciação científica objetiva o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica que possibilite identificar as características mais relevantes das diferentes tendências atuais em “Psicoterapia de Grupo” de orientação Psicanalítica. Inicialmente faremos uma breve referência ao desenvolvimento histórico da psicanálise de grupo e depois uma análise crítica mais detalhada sobre as contribuições teóricas de cada uma das três escolas aqui investigadas: a escola de Tavistok (Londres), cujos primeiros trabalhos publicados já estavam assinados por Ezriel, Foulkes e Bion; a escola Francesa de psicoterapia de grupos, a partir dos trabalhos de Pontalis, Anziel, Kaës e outros; e a escola da América Latina, a partir dos trabalhos de Pichon-Rivière “Grupos Operativos” e Grimberg, Langer e Rodrigué “Psicoterapia Analítica de grupo”. O desenvolvimento destes estudos é importante para a construção de um pensamento psicanalítico a respeito de grupos e de sua prática clínica, podendo, a partir dos resultados encontrados, construir uma proposta original no campo das teorias grupo analíticas, que encontre sua fundamentação na coerência teórica e em uma prática transformadora no campo da saúde mental.

Palavras-chave: grupanálise, psicanálise, método.

¹⁹ Grande Área do Conhecimento- CNPq – Sub-Área do Conhecimento – CNPq Modalidade de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq)

²⁰ Puc- Campinas. E-mail: andrea_v5@hotmail.com

²¹ Professor Titular do Programa de Pós-graduação e Professor da graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil. E-mail: aterzis@uol.com.br

QUANDO A PRÁTICA VEM ANTES DA QUALIFICAÇÃO

Ana Emilia Velloso Mousinho²²

Resumo: A experiência que será relatada ocorreu em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III - entre os anos de 2001 e 2005. Pretende ilustrar a importância da formação do profissional de saúde para o atendimento em grupo na rede pública de saúde mental, os riscos da prática sem a capacitação permanente do profissional em serviço e a urgência da capacitação permanente dos profissionais nos serviços públicos de saúde e de saúde mental. Serão relatadas duas experiências com grupos de psicoterapia: um que floresceu e um que não deu certo. Nos dois relatos serão analisados os acertos e erros baseados, no conteúdo do Curso de Especialização em Saúde Mental e Intervenções Terapêuticas: casal, família, grupos e instituições - módulo Psicoterapia de Grupo e contribuições de Bion: teoria e técnica - do CEFAS, identificando os conceitos de Aparelho Psíquico Grupal baseado nos conceitos dos seguintes autores: Terzis, Folkes, Bion, Anzieu, Kaës e Zimerman.

Palavras-chave: grupoterapia, CAPS III , formação de grupos.

²² Psicóloga. E-mail: aemousinho@hotmail.com